



Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
Escola de Ciências Sociais e da Saúde
Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia

Psicopatia e Vitimização em Autores de Violência Sexual contra Crianças e

Adolescentes

Julia Nunes de Souza Teixeira

Orientador(a): Prof.^(a) Dr.^(a) Ana Cristina Resende

Goiânia, outubro de 2017



Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
Escola de Ciências Sociais e da Saúde
Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia

Psicopatia e Vitimização em Autores de Violência Sexual contra Crianças e

Adolescentes

Julia Nunes de Souza Teixeira

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação *Strito Sensu* em Psicologia da PUCGoiás como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientador(a): Prof.^(a) Dr.^(a) Ana Cristina Resende

Goiânia, outubro de 2017

T266p

Teixeira, Julia Nunes de Souza

Psicopatia e vitimização em autores de violência sexual
contra crianças e adolescentes[manuscrito]/ Julia Nunes
de Souza Teixeira.-- 2017.

66 f.; 30 cm

Texto em português com resumo em inglês

Dissertação (mestrado) - Pontifícia Universidade Católica
de Goiás, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu
em Psicologia, Goiânia, 2017

Inclui referências f. 51-55

1. Crime sexual contra as crianças. 2. Distúrbios
da personalidade. 3. Vitimização. 4. Crime sexual
- adolescentes. I. Resende, Ana Cristina. II. Pontifícia
Universidade Católica de Goiás. III. Título.

CDU: 159.9:364.633-053.2(043)

Ficha de Avaliação

Teixeira, J. N. S. (2017). *Psicopatia e Vitimização em Autores de Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes*. Orientadora: Ana Cristina Resende.

Esta Dissertação foi submetida à banca examinadora:

Prof.^a Dr.^a Ana Cristina Resende
Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Presidente da banca

Prof. Dr. Nelson Hauck Filho
Universidade São Francisco
Membro interno convidado externo

Prof.^a Dr.^a Sebastião Benício da Costa Neto
Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Membro convidado interno

Prof. Dr. Daniela Sacramento Zanini
Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Membro Suplente

*“Não é sobre ter todas as pessoas do mundo pra si
É sobre saber que em algum lugar, alguém zela por ti
É sobre cantar e poder escutar mais do que a própria voz
É sobre dançar na chuva de vida que cai sobre nós*

*É saber se sentir infinito
Num universo tão vasto e bonito, é saber sonhar
Então fazer valer a pena
Cada verso daquele poema sobre acreditar*

*Não é sobre chegar no topo do mundo e saber que venceu
É sobre escalar e sentir que o caminho te fortaleceu
É sobre ser abrigo e também ter morada em outros corações
E assim ter amigos contigo em todas as situações*

*A gente não pode ter tudo
Qual seria a graça do mundo se fosse assim?
Por isso eu prefiro sorrisos
E os presentes que a vida trouxe para perto de mim*

*Não é sobre tudo que o seu dinheiro é capaz de comprar
E sim sobre cada momento, sorriso a se compartilhar
Também não é sobre correr contra o tempo pra ter sempre mais
Porque quando menos se espera, a vida já ficou pra trás*

*Segura teu filho no colo
Sorria e abraça os teus pais enquanto estão aqui
Que a vida é trem bala, parceiro
E a gente é só passageiro prestes a partir...”*

(Ana Vilela – Trem Bala)

Agradecimentos

A Deus, em primeiro lugar, pela dádiva da vida, por ser Todo amor, bondade e misericórdia. Por não me desamparar durante esta longa e árdua caminhada, por me carregar nos braços quando meus pés não mais ousavam dar passadas.

À minha mãe, Noelci, por sempre me incentivar e batalhar junto comigo e por ter sido minha grande inspiração na vida. Seu carinho, seu incentivo e sua batalha diária para me proporcionar um futuro melhor, trouxeram-me até aqui. Obrigada, mãezinha!

Ao meu pai, Izaias, e sua esposa, Juliana, pelo amor e cuidado, pela acolhida durante este processo e pela torcida sempre sincera.

Ao meu esposo, Diego, pela amizade, cumplicidade, paciência, dedicação, força e apoio. O seu amor e a sua lealdade me deram suporte para levantar depois de cada tombo, erguer a cabeça e tentar novamente. Obrigada por se fazer tão presente em minha vida. Obrigada pela paciência e compreensão. Amo-te!

Ao meu filho, Diego Arthur, que chegou em meio ao tumulto e correria do final do Mestrado, mas veio para me dar forças e motivos para continuar, para jamais desistir dos meus objetivos. Você veio para colorir a minha vida e para me mostrar novos horizontes. Você foi e é a página mais perfeita que Deus escreveu na minha história. Amo você incondicionalmente!

Aos meus avós maternos, Dermival e Amélia, pela torcida, força e apoio. Esse carinho e cuidado devotado a mim por vocês foram essenciais para a conclusão desta longa jornada.

Ao meu avô, Nelson (*in memoriam*), por ter sido exemplo de luta e coragem. Por ter sido um ser humano ímpar, capaz de marcar profundamente o coração daqueles com quem teve a oportunidade de conviver. Obrigada por ter feito parte da minha trajetória de vida avozinho!

Ao meu irmão, Dermival Neto, pela força, apoio e admiração. À minha pequena e doce irmã, Maria Eduarda, pela presença acolhedora, pelos sorrisos e abraços que sempre me acalentaram nos momentos de angústia e correria. Amo vocês!

Às minhas amigas, Keilane e Jeisca, com as quais pude dividir as angústias deste processo de crescimento profissional. Agradeço por terem sido tão presentes e pacientes, por não desistirem de mim, por me ajudarem a ver que eu poderia ir além, mesmo quando já não havia mais forças em mim. Me mostraram que eu poderia levantar do chão e alçar voo em direção aos meus objetivos.

A Arthur, meu eterno terapeuta, por compartilhar comigo os melhores e piores momentos deste processo. Por ter sido meu maior auxílio no processo de autodescobrimento. Por ter transformado, com maestria, minhas angústias em degraus para o meu crescimento e melhoramento como pessoa.

Aos amigos que o Mestrado me trouxe – Áquila, Rodrigo e Larissa – que foram fontes inesgotáveis de auxílio durante esta caminhada. Agradeço a ajuda e a cooperação. Vocês foram essenciais à realização deste trabalho.

Aos membros do grupo de pesquisa “AVS e Psicopatia” – Ísla, Darlene e Tatiana – que muito contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho. Meu agradecimento especial a Omar, que dedicou seu tempo e esforço me auxiliando na parte burocrática e de coleta de dados.

A Martha – secretária do programa de Pós-Graduação – pela disponibilidade e presteza, por ser um ser humano incrível e pelo socorro sempre presente.

À minha orientadora, Ana Cristina Resende, pelo carinho, disponibilidade e paciência. Por compartilhar conhecimento e me guiar nesta jornada cheia de descobertas e aprendizados. Pelas palavras amigas e pelas broncas que foram, para mim, fonte inesgotável de crescimento e melhoramento. A ela, minha sincera gratidão.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás – FAPEG – pela bolsa de estudos concedida.

RESUMO

Teixeira, J. N. S. (2017). *Psicopatia e Vitimização em Autores de Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia.

A presente dissertação de mestrado está organizada em dois artigos que têm como objetivo compreender os traços de psicopatia em autores de violência sexual contra crianças e adolescentes (AVS), assim como a relação desses traços com a vivência de vitimização ao longo da vida. O primeiro artigo tem como objetivo explorar e sintetizar o conhecimento produzido sobre o uso do *Psychopathy Checklist-Revised* - PCL-R em autores de violência sexual. Foi encontrado um total de 19 artigos por meio dos quais foi possível constatar que o PCL-R, na maioria dos casos, pode ser considerado um instrumento útil e válido para avaliar a psicopatia em AVS nos contextos culturais em que o instrumento foi aplicado, bem como para prever a reincidência criminal nessa amostra específica. O segundo artigo trata de um estudo empírico, cujo objetivo principal foi investigar os traços de personalidade de AVS por meio do PCL-R e as vitimizações sofridas por eles por meio do *Juvenile Victimization Questionnaire* - JVQ. Participaram do estudo 30 AVS, voluntários, do sexo masculino, cumprindo pena em regime fechado em uma penitenciária do estado de Goiás, que foram subdivididos em dois grupos: G1 AVS considerados psicopatas (PCL-R \geq 30 pontos) e o G2 (AVS não considerados psicopatas (PCL-R $<$ 30). Os resultados indicaram que 33,3% da amostra preenchiam os critérios para psicopatia (pontuação \geq 30 no PCL-R). Os resultados mostraram diferenças significativas entre os grupos: quanto mais jovem o AVS maior foi a pontuação no PCL-R; quanto mais elevada a pontuação no PCL-R, maior a variedade de crimes cometidos, maior o número de vítimas, mais fugas e rebeliões, maior o número de processos que respondiam e maior o tempo total de pena. Os resultados apontaram também correlação positiva entre a pontuação no PCL-R e maus tratos para o G1, revelando que quanto maior a pontuação no PCL-R, maior o número de vitimizações sofridas no crivo maus tratos.

Palavras-chave: PCL-R, psicopatia, JVQ, vitimização, autor de violência sexual

ABSTRACT

Teixeira, J. N. S. (2017). *Psychopathy and Victimization in Sexual Offender against Children and Adolescents*. Masters dissertation. Stricto Sensu Post-Graduate Program in Psychology, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia.

This dissertation is organized into two articles that aim to understand psychopathic traits in sex offender against children and adolescents, as well as their relationship with the experience of victimization throughout life. The first article aims to systematically explore and synthesize the knowledge produced about the use of Psychopathy Checklist-Revised - PCL-R in sex offender against children and adolescents. It was found a total of 19 articles through which it was possible to verify that PCL-R, in most cases, can be considered a useful and valid instrument to assess the psychopathy in SVA in the cultural contexts in which the instrument was applied, as well as to predict criminal recidivism in this specific sample. The second article is an empirical study, whose main objective was to investigate the personality traits of SVA through PCL-R and the victimizations suffered by them through the Juvenile Victimization Questionnaire - JVQ. Thirty SVA, male volunteers, serving a prison sentence in a state penitentiary in the state of Goiás, were divided into two groups: G1 AVS considered psychopathic (PCL-R \geq 30 points) and G2 (SVA (PCL-R <30) not considered psychopaths. The results indicated that 33.3% of the sample met the criteria for psychopathy (score > 30 in PCL-R). The results showed significant differences between groups: the younger the SVA, the greater the PCL-R score; the higher the PCL-R score, the greater the variety of crimes committed, the greater the number of victims, the more escapes and rebellions, the greater the number of cases responding and the longer the total time of punishment. The results also indicated a positive correlation between the PCL-R score and G1 malpractice, revealing that the higher the PCL-R score, the greater the number of victimizations suffered in the maltreatment screening.

Keywords: PCL-R, psychopathy, JVQ, victimization, sex offender

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| LISTA DE SIGLAS | ix |
| INTRODUÇÃO | x |
| | |
| ARTIGO I - PCL-R em Autores de Violência Sexual: Uma Revisão da Literatura | |
| RESUMO/ABSTRACT..... | 1 |
| INTRODUÇÃO..... | 2 |
| MÉTODO..... | 6 |
| RESULTADOS E DISCUSSÃO..... | 7 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 21 |
| REFERÊNCIAS..... | 22 |
| | |
| ARTIGO II – Psicopatia e Vitimização em Autores de Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes | |
| RESUMO/ABSTRACT..... | 28 |
| INTRODUÇÃO..... | 29 |
| MÉTODO..... | 34 |
| RESULTADOS..... | 39 |
| DISCUSSÃO..... | 47 |
| REFERÊNCIAS..... | 51 |
| | |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS DA DISSERTAÇÃO..... | 56 |
| | |
| ANEXO A - Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da PUC Goiás..... | 61 |
| ANEXO B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido..... | 62 |
| ANEXO C – Carta ao Diretor da Penitenciária Odenir Guimarães..... | 63 |
| ANEXO D - <i>Juvenile Victimization Questionnaire (JVQ)</i>..... | 65 |

LISTA DE SIGLAS

| | |
|---------------|--|
| AVS | Autor de Violência Sexual |
| CFP | Conselho Federal de Psicologia |
| DP | Desvio Padrão |
| F1 | Fator 1 |
| F2 | Fator 2 |
| G1 | Grupo 1 |
| G2 | Grupo 2 |
| GT | Grupo todo |
| ICC | <i>Intraclass Correlation Coefficient</i> |
| JVQ | <i>Juvenile Victimization Questionnaire</i> |
| PCL-R | <i>Psychopathy Checklist-Revised</i> |
| PUC-GO | Pontifícia Universidade Católica de Goiás |
| SPSS | <i>Statistical Package for the Social Sciences</i> |
| TCLE | Termo de Consentimento Livre e Esclarecido |
| TPA | Transtorno de Personalidade Antissocial |

INTRODUÇÃO

A presente Dissertação de Mestrado, intitulada “*Psicopatia e Vitimização em Autores de Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes*”, está vinculada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Psicologia (PSSP) da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), na linha de pesquisa Psicopatologia Clínica e Psicologia da Saúde. A dissertação originou-se a partir de um projeto de pesquisa maior intitulado “*Características de Personalidade de Autores de Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes por meio do Rorschach e da Escala Hare PCL-R*”, com registro no Comitê de Ética em Pesquisa da PUC-GO sob o CAAE 0110.0.168.168-11. O projeto contou com o apoio financeiro de uma instituição de fomento à pesquisa: a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG), que colaborou com a Bolsa de estudos na modalidade Mestrado, sendo designada à autora desta dissertação.

Esta dissertação está fundamentada na área da Avaliação Psicológica, que é uma área do conhecimento que surgiu a partir do desenvolvimento dos testes psicológicos no século XX e compõe um campo específico da psicologia. Para o desenvolvimento da mesma, foram usados dois instrumentos distintos: o *Psychopathy Checklist-Revised* -PLC-R, criado por Rorbert Hare (Hare, 1991 e 2003) nos Estados Unidos; o *Juvenile Victimization Questionnaire* - JVQ, criado por Finkelhor, Hamby, Ormord e Turner (2005).

No decorrer da elaboração desta dissertação, dados preliminares foram divulgados em eventos científicos locais e nacionais sob a forma de apresentações orais e pôster, a saber: “A Investigação dos Traços de Psicopatia em Autores de Violência Sexual por meio do Psychopathy Checklist-Revised (PCL-R)” (Teixeira, Resende & Pereira Junior, 2016), na modalidade pôster, apresentado no VIII Congresso da Associação Brasileira de Rorschach e Métodos Projetivos (ASBRo) na cidade de Florianópolis-SC; “A Investigação da Psicopatia em Autores de Violência Sexual por meio da Escala Hare: Dois Estudos de Caso” (Teixeira, Pereira Junior & Resende, 2016), na modalidade Mesa Redonda, apresentado no XVI Encontro de Produção Científica de Psicologia da PUC-GO, na cidade de Goiânia; “A Psicopatia em Autores de Violência Sexual Avaliada por meio do PCL-R e R-PAS” (Resende, Teixeira, Perissinotto, Zilki & Pereira Junior, 2017), na modalidade Mesa Redonda, apresentada no 8º Congresso Brasileiro de Avaliação Psicológica (IBAP) na cidade de Florianópolis-SC e “Aspectos Psicológicos de Autores de Violência Sexual (Teixeira & Resende, 2017) na modalidade Mesa Redonda, apresentado no XVII Encontro de Produção Científica de Psicologia da PUC-GO, na cidade de Goiânia.

Na presente dissertação, o termo Autor de Violência Sexual (AVS) foi usado para nomear o indivíduo que cometeu qualquer crime de natureza sexual. O termo psicopatia foi usado para se referir aos AVS com pontuações igual ou superior a 30 pontos no PCL-R. O termo vitimização refere-se aos tipos de violência sofridas pelos AVS levantados pelo JVQ.

Embora diversos instrumentos atuais desempenhem um papel importante na avaliação da psicopatia, a escala *Psychopathy Checklist-Revised* (PCL-R) é o único instrumento de avaliação psicológica forense para uso no país. No Brasil, essa escala é reconhecida pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) como um teste psicológico que pode ser utilizado no contexto profissional, o que indica que apresenta adequadas propriedades psicométricas no que se refere a evidências de validade, precisão, normatização e padronização. A versão brasileira do PCL-R é destinada à população forense masculina, embora já exista essa escala adaptada para outras populações forenses de adolescentes (Schmitt, Pinto, Gomes, Quevedo & Stein, 2006; Burke, Loeber & Lahey, 2007) e mulheres (Kennealy, Hicks & Patrick, 2007; Sevecke, Pukrop, Kosson & Krischer, 2009; Eisenbarth, Osterheider, Nedopil & Stadtland, 2012).

O PCL-R é escala que propõe um modelo bifatorial para a avaliação da psicopatia (Fator 1 e 2), agrupando de um lado os aspectos afetivos e interpessoais, denominado de Fator 1. Por outro lado, estão aqueles aspectos relativos a um estilo de vida impulsivo e comportamentos antissociais, denominado Fator 2. Esse modelo descreve a psicopatia como duas tendências temperamentais, que são elas, inclinações predatórias e reatividade emocional deficiente, que estariam associadas ao Fator 1 (psicopatia) do PCL-R, e a impulsividade/desinibição comportamental, que estariam associadas ao Fator 2 (transtorno da personalidade antissocial) do PCL-R (Fowles e Dindo, 2006).

O JVQ é um instrumento de rastreio de diferentes tipos de vitimização (crime convencional, maus tratos, vitimização por pares, vitimização sexual, vitimização indireta e vitimização virtual), composto por 39 itens. Trata-se de um questionário de autorrelato, criado por Finkelhor, Hamby, Ormord e Turner (2005). A versão utilizada nesta dissertação foi a de Faria e Zanini (2011), adaptada para o português do Brasil e reformulada para uma linguagem adequada à população, mantendo sua estrutura original.

Embora estudos com o PCL-R tenham apontado propriedades psicométricas de validade e confiabilidade da escala para avaliar o que propõem (Walters, Knight & Thornton, 2009; Rettenberger, Matthes, Boer, & Eher, 2010; Murrie e Boccaccini, 2012; Krstic, Neumann, Robertson, Kninght & Hare, 2017), Yamada (2016) elaborou um parecer técnico para o Conselho Federal de Psicologia (CFP), criticando vários itens da escala, em que enfatiza

a dissonância entre os itens e os princípios fundamentais do Código de Ética Profissional do Psicólogo e a promoção dos Direitos Humanos. Contudo, Yamada (2016) não apresenta nenhum estudo científico publicado em periódicos que sustente o seu parecer. Por outro lado, esta dissertação buscou apresentar os seus resultados e discuti-los com base na literatura científica da área.

A ênfase desta dissertação está na investigação de traços de psicopatia em autores de violência sexual contra crianças e adolescentes, bem como no levantamento das experiências de vitimizações sofridas ao longo da vida relatadas por eles. A psicopatia está comumente relacionada a um conjunto de traços crônicos, de difícil remissão, de pessoas egocêntricas, manipuladoras, que violam normas sociais, que não sentem remorso ou culpa por atitudes que prejudicam o outro, ausência de ansiedade, empatia e metas realistas, bem como são caracterizados como irresponsáveis e impulsivos (Hare, 2006; Hare & Neumann, 2006; Hill, Habermann, Klusmann, Berner & Briken, 2008; van Ghesel Grothe, Waldorp, Watts, Edens, Skeem & Noordhof, 2017).

Estima-se que a psicopatia esteja presente em cerca de 1% da população geral e em 15% a 20% da população carcerária. Entre os AVS, a porcentagem de pessoas com psicopatia pode ser ligeiramente maior do que em criminosos no geral (Hare, 2003; Hauck Filho, Teixeira & Dias, 2012; Hare, Hart & Harpur, 1991; Hemphill, Hare & Wong, 1998).

Além do modelo teórico de avaliação da psicopatia proposto por Hare (1991), dentro de uma concepção bifatorial, atualmente existem outros dois modelos. O primeiro divide a psicopatia entre primária e secundária (Blackburn, 1998; Lynkken, 1995; Warburton & Anderson, 2015). Na psicopatia primária, o comportamento inadequado é presumido como uma consequência de algum déficit intrínseco que dificulta a auto regulação e a adaptação normal do indivíduo, já a psicopatia secundária é vista como uma consequência indireta de inteligência inadequada, pensamento psicótico, ansiedade neurótica excessiva, desejo sexual incomum ou outros atributos que aumentam a vulnerabilidade de uma pessoa ao mau comportamento crônico. Assim, a psicopatia primária está associada a um Sistema de Inibição Comportamental (BIS) hiporreativo e fraco e ao Sistema de Ativação Comportamental (BAS) normal (ou seja, na média). A psicopatia secundária seria resultado de um BAS hiperativo e de um BIS normal (Lykken, 1995). A psicopatia primária e secundária são, de forma aproximada, correspondentes ao Fator 1 e ao Fator 2 do PCL-R (Barbosa, Gonçalves, Almeida, Ferreira-Santos, & Marques-Teixeira, 2014; Coelho, Paixão e Silva, 2010).

O segundo modelo de psicopatia é conhecido como concepção triárquica de psicopatia proposta por Patrick, Fowles e Krueger (2009). A essência do modelo triárquico é que

a psicopatia abrange três construções fenotípicas distintas, que têm subjacentes processos desenvolvimentais e etiológicos distintos: a desinibição (*disinhibition*), a ousadia (*boldness*) e a maldade (*meanness*). No que diz respeito à desinibição, reflete uma propensão geral em relação aos problemas de controle de impulsos, que implicam em falta de planejamento, redução da regulação de afetos, insistência na gratificação imediata e restrição comportamental deficiente, o que reflete uma tendência para a impulsividade, a irresponsabilidade e a raiva ou a hostilidade. A vulnerabilidade para a desinibição normalmente tem sua origem em défices no funcionamento de sistemas superiores do cérebro - o córtice préfrontal e o córtice cingulado anterior (Patrick et al., 2009).

A ousadia (*boldness*), por sua vez, corresponde à combinação de dominância ou domínio social altos, ansiedade baixa ou baixa reatividade ao estresse e busca constante por emoção e aventura. Esta é a capacidade de se manter calmo e concentrado em situações que envolvem pressão ou ameaça, bem como o habilidade de se recuperar rapidamente de acontecimentos que envolvem stress e perigo. A ousadia é considerada uma expressão fenotípica adaptativa de uma disposição para a falta de medo. Foi postulado que déficits em estruturas cerebrais, designadamente a amígdala, desempenham um papel na emergência desta disposição e existem também outros fatores que contribuem para este fenótipo (e.g., o funcionamento do circuito cerebral superior implicado na regulação emocional, influências parentais que promovam competência e autoridade (Patrick et al., 2009).

A maldade (*meanness*) é definida como empatia deficiente, desdém, falta de vínculos estáveis e busca por excitação, exploração, agressividade e crueldade. Reflete uma tendência para a frieza, a agressão predatória e a procura de sensações fortes. Apesar de a maldade (*meanness*) ser fenotipicamente distinta da ousadia (*boldness*), ambas partilham a mesma base etiológica: déficits no sistema de medo (*trait fearlessness*). Existem influências ambientais que também são suscetíveis de desenvolver a maldade, tais como os maus-tratos parentais e o abuso sexual físico precoce, e, provavelmente, também contribuem influências constitucionais genéticas distintas (Patrick et al., 2009; Newman, MacCoun, Vaughn & Sadeh, 2005).

Considerando a relação entre o modelo triárquico e o bifatorial de Hare (1991), a ousadia é a que está mais relacionada com o aspeto interpessoal do PCL-R, refletindo o charme, a grandiosidade, a dissimulação e a manipulação. A maldade é a que está mais relacionada com a faceta afetiva, refletindo a frieza, a ausência de remorso, o afeto superficial e a falta de planos a longo prazo. E, a desinibição é a que está mais relacionada com a característica estilo de vida, refletindo a impulsividade, a irresponsabilidade, a propensão para

o tédio, o estilo de vida parasita e a falta de planos a longo prazo. Todas os três construtos observador no modelo triárquico contribuem independentemente na predição da faceta do comportamento antissocial do PCL-R, refletindo problemas do comportamento precoces, delinquência juvenil, agressividade, versatilidade criminal e propensão para reincidir. O PCL-R abrange a desinibição e a maldade primariamente, e a ousadia secundariamente (Patrick, 2010)

No que diz respeito à vitimização, a literatura científica aponta que muitas pessoas que cometeram crimes sexuais contra crianças e adolescentes foram vitimadas em algum momento da vida (Abbiati et al, 2014; Mendes & França, 2012; Prentky, Knight & Lee, 2008), ou seja, vivenciaram alguma situação de violência muito marcante em suas vidas. Segundo Finkelhor, Ormrod & Turnee (2007), na vitimização, os danos são causados a um indivíduo por ações de outrem, que violou as normas sociais e deixou algum tipo de sequelas.

As vitimizações sofridas por uma pessoa, geralmente, interferem no seu desenvolvimento psicológico (cognitivo, afetivo, interpessoal e autopercepção) e neurobiológico, com modificações nos níveis de cortisol, dopamina, noradrenalina e serotonina. Em nível estrutural, foram encontradas diminuições em regiões como córtex frontal e hipocampo em adultos vítimas de maus-tratos na infância. Contudo, o achado mais consistente tem sido a associação entre vitimizações e presença de quadros psiquiátricos na vida adulta (Nanni, Uher, & Danese, 2012).

No que tange ao AVS, O típico agressor é homem e, embora não componham um grupo homogêneo, tem idade entre 30 e 40 anos, são próximos de suas vítimas (pais, padrastos, vizinhos) e têm preferência por vítimas crianças e adolescentes (Huss, 2011; Soares, Silva, Matos, Araújo, Silva & Lago, 2016; Martins & Jorge, 2010; Santos, Costa, Amaral, Nascimento Sobrinho, Musse & Costa, 2015). De acordo com os escritos de Hill, Habermann, Klusmann, Bener e Briken (2008), mais da metade dos criminosos sexuais condenados que acabam de cumprir pena voltam para a penitenciária antes de um ano. Em dois anos esse percentual sobe para 77,9%. A taxa de reincidência varia entre 18% e 45%. Os resultados da pesquisa dos autores apontam que, quanto mais violento o crime, maior a probabilidade de o criminoso repeti-lo.

A psicopatia é um transtorno de personalidade que, comumente, está associado aos autores de violência sexual contra crianças e adolescentes. Tal transtorno é responsável insensibilidade afetiva, diminuição da capacidade empática e elevado comportamento antissocial com manifestação de evidente crueldade na conduta sexual. O AVS psicopata não experimenta o prazer com o sexo, e sim com o sofrimento de sua vítima, que é reduzida a

mero objeto de degradação e rejeição (Gacono, Meloy & Bridges, 2000; Hare, 2006; Hill et al., 2008).

Embora, no Brasil, não exista uma lei diferenciada para criminosos psicopatas, estudar e avaliar os traços de psicopatia em AVS é uma tarefa importante, uma vez que mediante essas informações, novas alternativas de tratamento podem ser elencadas, a depender de cada caso, além de poder avaliar melhor o risco de reincidência criminal, a necessidade de acompanhamento psiquiátrico e psicológico e elaboração de práticas preventivas para o comportamento sexual desajustado.

À vista disso, o objetivo principal da presente dissertação foi avaliar as diferenças criminais entre psicopatas e não psicopatas em uma amostra de agressores sexuais contra crianças e adolescentes, assim como avaliar as vitimizações sofridas por esses AVS ao longo da vida.

Assim, esta dissertação foi organizada em dois artigos. O artigo I, intitulado “PCL-R em Homens Autores de Violência Sexual: Uma Revisão da Literatura”, cujo objetivo foi elaborar uma revisão da literatura com o intuito compreender melhor a relação entre a prática de violência sexual e traços de psicopatia por meio do PCL-R em AVS. Para tanto, realizou-se uma busca em periódicos científicos nacionais e internacionais sobre o PCL-R administrado em AVS nos últimos 11 anos (2006 a março de 2017). Foram selecionados um total de 19 artigos pertinentes ao tema, por meio dos quais foi possível observar que o PCL-R pode ser considerado um instrumento válido para avaliar traços de psicopatia em AVS e para prever reincidência criminal nessa população forense específica.

O artigo II, intitulado “Psicopatia e Vitimização em Autores de Violência Sexual contra Crianças e Adolescente”, consistiu em um estudo empírico que teve como objetivo geral avaliar diferenças criminais entre psicopatas e não-psicopatas em uma amostra de autores de violência sexual contra crianças e adolescentes, assim como sua relação com a vivência de vitimização ao longo da vida.. Para tanto, participaram do estudo 30 reeducandos cumprindo pena em regime fechado por crimes sexuais contra crianças e adolescentes em uma penitenciária do estado de Goiás. Os 30 participantes foram divididos em dois grupos de estudo: o Grupo 1 (G1), constituído por dez AVS com maior número de traços de psicopatia, de acordo com os critérios do PCL-R (pontuação maior ou igual a 30) (Edberg, 2010; DeMatteo et al., 2014; Krstic et al., 2017); Grupo 2 (G2), constituído pelos demais 20 AVS que tiveram pontuações menores do que 30 no PCL-R. Os resultados apontam diferenças positivas significativas entre os dois grupos no que diz respeito ao perfil criminal, destacando um perfil criminal mais comprometido no grupo de psicopatia, assim como diferenças

significativas nos grupos com relação à vivência de vitimizações, apontando que o grupo de psicopatia relata mais vivências de vitimizações que o grupo sem psicopatia. Os resultados alcançados são consistentes e apontam a validade do PCL-R quando usado com autores de violência sexual contra crianças e adolescentes.

Referências

- Abiatti, M. Mezzo, B.; Waeny-Desponds, J.; Minervini, J.; Mormont, C. & Gravier, B. (2014). Victimization in Childhood of Male Sex Offenders: Relationship between Violence Experienced and Subsequent Offenses through Discourse Analysis. *Victims and Offenders*, 9, 234–254.
- Barbosa, F., Gonçalves, S., Almeida, P. R., Ferreira-Santos, F. e Marques-Teixeira, J. (2014). The Levenson Self-Report Psychopathy Scale (LSRPS): Translation and adaptation to European Portuguese (LabReport No. 7). Porto: Laboratory of Neuropsychophysiology (Universidade do Porto). Disponível em http://www.fpce.up.pt/labpsi/data_files/09labreports/LabReport_7.pdf
- Blackburn, R. (1998). Psychopathy and personality disorder: Implications of interpersonal theory. In D. J. Cooke, A. E. Forth, & R. D. Hare (Eds.) *Psychopathy: Theory, research, and implications for society*, (pp. 269–301). Dordrecht, The Netherlands: Kluwer.
- Burke, J. D., Loeber, R., Lahey, B. B. (2007). Adolescent conduct disorder and interpersonal callousness as predictors of psychopathy in young adults. *Journal Clinical Child and Adolescent Psychology*, 36 (3), 334-346.
- Campos, D. C. (2015). *Vitimização e Revitimização em Estudantes Universitários: Influência de Fatores Individuais e Sociais*. Tese de Doutorado em Psicologia Não-Publicada, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia.
- Coelho, L., Paixão, R. & Silva, J. T. (2010). O Levenson,s Self Report Psychopathy Scale (LSRP). *Psychologica*, 53, 413-421.
- Eisenbarth, H., Osterheider, M., Nedopil, N. & Stadtland, C. (2012). Recidivism in female offenders: PCL-R lifestyle factor and VRAG show predictive validity in a German sample. *Behavioral Sciences & The Law*, 30 (5), 575-584.
- Faria, M. R. G. V., & Zanini, D. S. (2011). *Análise da compreensão dos itens do Questionário de Vitimização (JVQ) após tradução para o português*. Trabalho apresentado como Pôster na 63ª Reunião Anual da SBPC, 10 a 15 de julho de 2011- UFG- Goiânia, GO. Retirado de: <http://www.sbpcnet.org.br/livro/63ra/resumos/resumos/6155.htm>
- Finkelhor, D., Hamby, S. L., Ormrod, R., & Turner, H. (2005). The juvenile victimization questionnaire: reliability, validity, and national norms. *Child Abuse & Neglect*, 29, 383-412.

- Finkelhor, D., Ormrod, R., & Turner, H. (2007). Re-victimization patterns in a national longitudinal sample of children and youth. *Child Abuse & Neglect*, 31, 479-502.
- Fowles, D. C., & Dindo, L. (2006). *A dual-deficit model of psychopathy*. In C. J. Patrick (Ed.), *Handbook of Psychopathy* (pp. 14–34). New York: Guilford Press.
- Gacono, V. B., Meloy, J. R. & Bridges, M. (2008). A Rorschach Understanding of Psychopaths, Sexual Homicide Perpetrators, and Nonviolent Pedophiles. In C. Gacono, B. Evans. *The Handbook of Forensic Rorschach Assessment*. New York, Routledge.
- Hare, R. D. (1991). *Manual for the Revised Psychopathy Checklist*. Toronto, Canadá: Multi-Health Systems.
- Hare, R. D., Hart, S. D. & Harpur, T. J. (1991). Psychopathy and the DSM-IV criteria for Antisocial Personality disorder. *Journal of Abnormal Psychology*, 100, 391-398.
- Hare, R. D. (2003). *Manual for the Revised Psychopathy Checklist* (2nd edition). Toronto, Canadá: Multi-Health Systems.
- Hare, R. D. (2006). Psychopathy: a clinical and forensic overview. *Psychiatric Clinic of North American*, 29(3), 709-724.
- Hare, R. D. & Neumann, C. S. (2006). *The PCL-R assessment of Psychopathy: Development, structural properties and new directions*. In C. Patrick (Ed.), *Handbook of Psychopathy* (pp. 58-90). New York: Guilford.
- Hill, A.; Habermann, N; Klusmann, D.; Berner, W. & Briken, P. (2008). Criminal Recidivism in Sexual Homicide Perpetrators. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 52 (1), 5-20.
- Hauck Filho, N., Teixeira, M. A. P., & Dias, A. C. G. (2012). Psicopatia: uma perspectiva dimensional e não-criminosa do construto. *Avances en Psicologia Latinoamericana*, 30 (2), 317-327.
- Hemphill, J. F., Hare, R. D., & Wong, S. (1998). Psychopathy and recidivism: A review. *Legal and Criminological Psychology*, 3, 139-170.
- Huss, M. T. (2011). *Psicologia Forense: Pesquisa, Prática Clínica e Aplicações*. Porto Alegre: Artmed.
- Kennealy, P. J., Hicks, B. M. & Patrick, C. J. (2007). Validity of factors of the Psychopathy Checklist-Revised in female prisoners: Discriminant relations with antisocial behavior, substance abuse, and personality. *Assessment*, 14 (4), 323-340.
- Lykken, D. T. (1995). *The antisocial personalities*. Hillsdale, NJ: LEA.
- Martins, C. B. G., & Jorge, M. H. P. M. (2010). Abuso Sexual na Infância e Adolescência: Perfil das Vítimas e Agressores em Município do Sul do Brasil. *Texto Contexto Enfermagem*, 19 (2), 246-255.

- Mendes, A. P. N. & França, C. P. (2012). Contribuições de Sándor Ferenczi para a Compreensão dos Efeitos Psíquicos da Violência Sexual. *Psicologia em Estudo*, 17 (1), 121-130.
- Morana, H. C. P. (2003). *Identificação do ponto de corte para a escala PCL-R (Psychopathy Checklist Revised) em população forense brasileira: caracterização de dois subtipos de personalidade; transtorno global e parcial*. Tese de Doutorado Não-Publicada. Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.
- Morana, H. (2004). *Escala Hare PCL-R: critérios para pontuação de psicopatia revisados*. Versão brasileira. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Nanni, V., Uher, R., & Danese, A. (2012). *Childhood maltreatment predicts unfavorable course of illness and treatment outcome in depression: a meta-analysis*. *American Journal of Psychiatry*, 169(2), 141-151. doi:10.1176/appi.ajp.2011.11020335
- Newman, J. P., MacCoon, D. G., Vaughn, L. J., & Sadeh, N. (2005). Validating a distinction between primary and secondary psychopathy with measures of Gray's BIS and BAS constructs. *Journal of Abnormal Psychology*, 114, 319-323.
- Patrick, C. J., Fowles, D. C., & Krueger, R. F. (2009). Triarchic conceptualization of psychopathy: Developmental origins of disinhibition, boldness, and meanness. *Development and Psychopathology*, 21, 913-938.
- Prentky, R. A.; Knight, R. A. & Lee, A. F. S. (2008). Child Sexual Molestation. In C. R. Bartol & A. M. Bartol. *Current Perspectives in Forensic Psychology and Criminal Behavior*. (pp. 123-134) ed. 2. Los Angeles: Sage.
- Resende, A. C., Teixeira, J. N. S., Perissinotto, R., Zilki, A. & Pereira Junior, O. (2017). *A Psicopatia em Autores de Violência Sexual Avaliada por meio do PCL-R e R-PAS*. Em 8º Congresso Brasileiro de Avaliação Psicológica (IBAP) - Florianópolis-SC.
- Santos, C. A.; Costa, M. C. O.; Amaral, M. T. R.; Nascimento Sobrinho, C. L.; Musse, J. O. & Costa, A. M. (2015). Agressor Sexual de Crianças e Adolescentes: Análise de Situações Relacionadas à Violação e Vítimas. *Adolescência e Saúde*, 12 (3), 7-20
- Schmitt, R., Pinto, T. P., Gomes, K. M., Quevedo, J. & Stein, A. (2006). Psychopathy Personality in a Sample of Young Brazilian Offenders. *Archives of Clinical Psychiatry*, 33 (6), 297-303.
- Serafim, A. D. P., Saffi, F., Rigonatti, S. P., Casoy, I., & Barros, D. M. D. (2009). Perfil psicológico e comportamental de agressores sexuais de crianças. *Revista de Psiquiatria Clínica*, 36(3), 101-111.
- Sevecke, K., Pukrop, R., Kosson, D. S. & Krischer, M. K. (2009). Factor structure of the Hare Psychopathy Checklist: Youth version in German female and male detainees and community adolescents. *Psychological Assessment*, 21(1), 45-56.
- Soares, E. M. R.; Silva, N. L.; Matos, M. A. S.; Araújo, E. T. H.; Silva, L. R. & Lago, E. C. (2016). Perfil da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes. *Revista Interdisciplinar*, 9 (1), 87-96.

- Teixeira, J. N. S. & Resende, A. C. (2017). Aspectos Psicológicos de Autores de Violência Sexual. Em XVII Encontro de Produção Científica de Psicologia da PUC-GO - Goiânia.
- Teixeira, J. N. S. & Resende, A. C. (2017). Psicopatia e Vitimização em Autores de Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Trabalho apresentado como Pôster no Dia C da Ciência, 26 de outubro de 2017 – Goiânia-Go.
- Teixeira, J. N. S., Pereira Junior, O. & Resende, A. C. (2016). A Investigação da Psicopatia em Autores de Violência Sexual por meio da Escala Hare: Dois Estudos de Caso. Em XVI Encontro de Produção Científica de Psicologia da PUC-GO – Goiânia-Go.
- Teixeira, J. N. S., Resende, A. C. & Pereira Junior, O. (2016). A Investigação dos Traços de Psicopatia em Autores de Violência Sexual por meio do Psychopathy Checklist-Revised (PCL-R. Trabalho apresentado como Pôster no VIII Congresso da Associação Brasileira de Rorschach e Métodos Projetivos (ASBRo), 31 de agosto a 03 de setembro de 2016 - Florianópolis-SC.
- Urbina, S. (2007). Fundamentos da testagem psicológica (C. Dornelles, trad.). Porto Alegre: Artmed.
- van Ghesel Grothe, A. S., Waldorp, L., Watts, A., Edens, J. F., Skeem, J., & Noordhof, A. (2017). What Features of Psychopathy Might be Central? A Network Analysis of the Psychopathy Checklist-Revised (PCL-R) in Three Large Samples.
- Vitacco, M. J., Neumann, C. S., & Jackson, R. L. (2005). Testing a four-factor model of psychopathy and its association with ethnicity, gender, intelligence, and violence. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 73(3), 466-476. doi:10.1037/0022-006X.73.3.466
- Warburton, W. A. e Anderson, C. A. (2015). Social psychology of aggression. Em J. D. Wright (Ed.), *International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences* (2.^a ed., Vol. 1, pp. 373-380). Amsterdam, Netherlands: Elsevier. doi:10.1016/B978-0-08-097086-8.24002-6
- Yamada, L. (2016). Parecer Técnico Sobre A Escala Hare PCL-R. In F. França, P. O. Pacheco & R. Torres (orgs.). *O trabalho da (o) psicóloga (o) no sistema prisional* (pp. 113-132)

ARTIGO I

PCL-R em homens Autores de Violência Sexual: Uma Revisão da Literatura

Julia Nunes de Souza Teixeira
Ana Cristina Resende

Resumo. O objetivo foi explorar e sintetizar estudos que levantaram traços de psicopatia em amostras forenses específicas de autores de violência sexual (AVS) por meio do *Psychopathy Checklist-Revised* (PCL-R). O método consistiu na busca nas bases de dados PsycNet, PubMed, Lilacs, Web of Science e Scielo nos últimos onze anos. O único termo utilizado foi “Psychopathy Checklist Revised”. Os critérios de inclusão para seleção dos artigos foram: estudos realizados com AVS, adultos, do sexo masculino; escritos em português ou inglês; uso do PCL-R para coleta de dados. Foram localizados 19 estudos pertinentes. Nenhum estudo brasileiro foi realizado somente com essa população específica. Tais estudos discutem a relação entre traços de psicopatia e reincidência criminal, a validade e a confiabilidade entre juízes do instrumento para uso com essa população forense específica (AVS). Alguns estudos chegaram a resultados divergentes, o que pode ter ocorrido pelas diferenças socioculturais, como também pelos diferentes tamanhos de amostras. Implicações desses resultados e sugestões de pesquisas futuras são apresentadas ao final.

Palavras Chave: Psicopatia, PCL-R, Autores de violência sexual

The PCL-R in Male Sexual Offender: A Systematic Review

Julia Nunes de Souza Teixeira
Ana Cristina Resende

Abstract. The objective was to explore and synthesize studies that have shown traces of psychopathy in specific forensic samples of sex offender against children and adolescents through Psychopathy Checklist-Revised (PCL-R). The method consisted of searching the PsycNet, PubMed, Lilacs, Web of Science and Scielo databases for the last eleven years. The only term used was “Psychopathy Checklist Revised”. The inclusion criteria for selection of articles were: studies conducted with sex offender against children and adolescents, adults, male; written in Portuguese or English; use of PCL-R for data collection. Nineteen relevant studies were found. No Brazilian study was conducted with this specific population alone. Such studies discuss the relationship between psychopathic traits and criminal recidivism, the validity of the instrument, and the reliability among judges for this specific forensic population. Some studies have found divergent results, which may have occurred because of sociocultural differences, as well as different sample sizes. Implications of these findings and suggestions for future research are presented at the end.

Keywords: Psychopathy, PCL-R, Sex Offender

INTRODUÇÃO

O conceito de psicopatia e o uso dessa nomenclatura se estabeleceram somente a partir do trabalho de Harvery Cleckley, em 1941, intitulado “*The Mask of Sanity*” (A Máscara da Sanidade). Esse autor forneceu um retrato clínico sistemático da psicopatia quando apresentou uma lista contendo 16 características inerentes ao indivíduo com esse quadro, não sendo necessária a presença de todas elas ao mesmo tempo para ser considerado um psicopata. As características listadas por Cleckley (1988) foram: 1) charme superficial e boa inteligência; 2) ausência de delírios e de outras alterações patológicas do pensamento; 3) ausência de nervosismo ou manifestações psiconeuróticas; 4) não confiabilidade; 5) desprezo para com a verdade e a insinceridade; 6) ausência de remorso ou culpa; 7) comportamento antissocial inadequadamente motivado; 8) juízo empobrecido e falta de aprender com a experiência; 9) egocentrismo patológico e incapacidade de amar; 10) pobreza generalizada em termos de relações afetivas; 11) perda específica de *insight*; 12) falta de reciprocidade nas relações interpessoais; 13) comportamento extravagante e inconveniente, às vezes, sob a influência de álcool, e outras não; 14) Ameaças de suicídio raramente levadas à cabo; 15) vida sexual impessoal, trivial e mal integrada; 16) falha em seguir qualquer plano de vida. Tal obra estabeleceu alguns critérios que possibilitaram operacionalizar o construto em comportamentos observáveis (Hauck Filho, Teixeira & Dias, 2009; Vough & Howard, 2005).

Desse modo, a psicopatia é um construto psicológico um tanto complexo que envolve múltiplos comportamentos e disposições de personalidade. De acordo com vários autores (Hare, 2003; Hauck Filho, Teixeira & Dias, 2009; Hauck Filho, Teixeira e Dias, 2012; Hiatt & Newman, 2006; Patrick, Cuthbert & Lang, 1994; Vasconcelos, Salvador-Silva, Dias, Davoglio, & Gauer, 2014; Williamson, Hare & Wong, 1987), a psicopatia pode ser definida como um transtorno de personalidade grave, cuja etiologia e desenvolvimento ainda têm sido estudados. Além disso, esse transtorno envolveria algumas anomalias cognitivas sutis (na atenção, processamento de linguagem, inibição comportamental e funcionamento neuropsicológico - Hiatt & Newman, 2006); características comportamentais desviantes ou socialmente indesejáveis, incluindo aqui comportamentos sexuais agressivos também; deficiências referentes à compreensão e experiência de determinadas emoções em que a pessoa se mostra menos afetada pelas emoções alheias, bem como falta de relacionamentos interpessoais significativos. Esses indivíduos tendem a ser mais propensos a agir contra as pessoas com as quais estabelecem interações sociais e não temem punição para seus atos, o que os

deixam mais suscetíveis aos padrões de comportamentos violentos e ao alto risco de reincidência criminal.

A psicopatia pode ser considerada como a mais grave alteração de personalidade, uma vez que os indivíduos caracterizados por essa patologia são responsáveis pela maioria dos crimes violentos e apresentam os maiores índices de reincidência criminal quando comparados com aqueles que cometem crimes, mas não são diagnosticados com esse transtorno (Gacono, Meloy & Bridges 2008; Balsis, Busch, Wilfong, Newman & Edens, 2017). A criação de instrumentos de avaliação da psicopatia trouxe avanços para a área, pois exigiu que os pesquisadores estabelecessem critérios operacionais para definir o construto. Além disso, o uso de instrumentos possibilitou que a estrutura do construto fosse analisada por meio de técnicas estatísticas como análises fatoriais exploratórias e confirmatórias. E por fim, mas não menos importante, as medidas de psicopatia têm permitido estabelecer correlações entre o construto e outras variáveis psicológicas e diversos marcadores biológicos relevantes (Ambiel, 2006; Hauck Filho, Teixeira & Dias, 2009).

O *Psychopathy Checklist-Revised* (PCL-R)

O PCL-R, desenvolvida por Robert Hare a partir do trabalho teórico de diversos autores pioneiros na área, foi adaptada para a população forense masculina no Brasil por Morana (2004). Embora diversos instrumentos atuais desempenhem um papel importante na avaliação da psicopatia, a escala *Psychopathy Checklist-Revised* (PCL-R) foi considerada, por Vitacco, Neumann e Jackson (2005), nos Estados Unidos, o “padrão ouro” de tal avaliação, uma vez que a qualidade da escala tem sido demonstrada pelas suas propriedades científicas satisfatórias, o que a torna um instrumento confiável, válido e com padrões normativos para o diagnóstico da psicopatia. De acordo com Hare e Neumann (2006) e Olver e Wong (2015) o índice de confiabilidade entre avaliadores variou entre 0,87 e 0,94 considerando estudos norte americanos, ingleses e suecos; a consistência interna do instrumento, considerando o alfa de Crombach, variou de 0,81 a 0,87; o erro padrão da medida nesses estudos variou de 2,0 a 3,0 em estudos ingleses e norte-americanos, respectivamente. Para estudos suecos, o erro padrão da medida foi de aproximadamente 3,0. No estudo brasileiro, realizado por Morana (2004), o coeficiente de confiabilidade interavaliadores variou de 0,91 a 0,93; com relação à consistência interna do instrumento, os valores mostraram-se uniformemente elevados, com alfa de Crombach variando entre 0,85 e 0,87, e a correlação média interitens variando entre 0,22 a 0,26.; a confiabilidade teste-reteste foi de 0,94.

O PCL-R é composto por três partes: um roteiro de entrevista semiestruturado; outro roteiro para investigação de dados objetivos e de informações adicionais; e uma escala de pontuação de 20 itens. A primeira parte, o roteiro de entrevista, tem o objetivo de orientar as pontuações dos itens da escala e permitir ao examinador observar o estilo de relacionamento interpessoal do sujeito. Esse roteiro abrange os seguintes aspectos: ajustamento escolar; histórico profissional, carreira, metas futuras e finanças; saúde, vida familiar e sexual e relacionamentos; uso de drogas, comportamentos antissociais na infância, adolescência e vida adulta; informações gerais. A segunda parte, o roteiro de informações objetivas, é um *script* de registro de informações adicionais sobre o examinando. Essas informações adicionais podem ser levantadas a partir do processo criminal, de entrevistas com familiares e outros profissionais, ou outros documentos do participante.

A terceira parte trata de uma escala de 20 itens, pontuados por meio de uma escala Likert de três pontos (0 = não se aplica; 1 = presente em certa medida; 2 = definitivamente presente), a qual é o próprio examinador quem responde, após a realização da entrevista semiestruturada e da coleta de dados por meio do roteiro para investigação de dados objetivos. A escala perfaz um total de 40 pontos. O ponto de corte não é estabelecido de forma rígida, porém um resultado acima de 30 pontos, em situações forenses, traduziria um psicopata típico (Hauck Filho, Teixeira & Almeida, 2014; Davoglio & Argimon, 2010; Davoglio, Gauer, Jaeger & Tolotti, 2012).

A escala é composta por dois fatores. O Fator 1 é definido pelas características nucleares dos traços da personalidade que compõem o perfil prototípico da condição de psicopatia, incluindo superficialidade, falsidade, insensibilidade/crueldade; ausência de afeto, culpa, remorso ou empatia, mentira patológica, vigarice e manipulação, incapacidade de aceitar responsabilidade pelos próprios erros e superestima. O Fator 2 é definido por comportamentos associados à instabilidade do comportamento, impulsividade e estilo de vida antissocial, levando ao que é conhecido como tendências a comportamentos socialmente desviantes (Hare, 1991). Neste Fator 2 destacam-se os seguintes comportamentos: necessidade de estimulação, estilo de vida parasitário, descontroles comportamentais, ausência de metas reais de longo prazo, comportamento impulsivo e irresponsável.

Contudo, uma década após a publicação do PCL-R, Cooke e Michie (2001) não conseguiram replicar a validade estrutural do modelo de 2 fatores. Desse modo, os autores encontraram um modelo de 3 fatores que essencialmente dividiu os dois fatores anteriores em quatro partes: o Fator 1 original foi dividido em dois fatores separados, afetivo (novo Fator

1) e interpessoal (novo Fator 2), e o Fator 2 original foi dividido em um fator comportamental separado (novo Fator 3) e os cinco itens que mediam criminalidade foram descartados. Partindo do pressuposto de que a remoção dos itens de criminalidade pode prejudicar a utilidade clínica do PCL-R, Hare (2003) propôs um modelo de 4 fatores, que mantém os itens de criminalidade descartados no modelo de 3 fatores como um fator adicional do PCL-R. O coeficiente de correlação intraclasse para o modelo de 4 fatores do PCL-R, em pesquisa recente (Krstic, Neumann, Robertson, Knight & Hare, 2017), foi de 0,87 e 0,89.

Autores de violência sexual e o PCL-R

A literatura tem apontado que os autores de violência sexual (AVS) tendem a ser heterogêneos quanto às características de personalidade e psicopatologias. Geralmente, possuem algum transtorno de personalidade ou de sexualidade. Diante disso, algumas características passam a ser evidentes, como as dificuldades no controle dos impulsos e no estabelecimento de relações de intimidade, personalidade imatura e instável, agressividade diante da frustração, hostilidade e autoestima rebaixada, distorção nos aspectos afetivos, sociais/re-lacionais e cognitivos (Duque, 2012; Prentky, Knight & Lee, 2008; Scortegagna & Amparo, 2013).

Estudos com a segunda edição¹ do manual do PCL-R apontaram que esse instrumento é válido para avaliar psicopatia em AVS (Hare & Neumann, 2006). Alguns autores observaram que a violência sexual se correlacionou positivamente com psicopatia e com maior probabilidade de reincidência criminal (Gonçalves & Vieira, 2005; Valverde, 2005; Gretton, McBride, Lewis, O'Shaughnessy e Hare, 1994).

Hare (2003) Hare e Neumann (2006) e Krstic et. al. (2017) afirmam que a psicopatia parece ser um construto importante na compreensão do comportamento de um grupo particular de homens fisicamente e sexualmente violentos, incluindo alguns pedófilos agressivos e assassinos sexuais em série. Estudos com o PCL-R indicam que as pessoas que cometem crimes sexuais tendem a ter mais traços psicopáticos do que outros que cometem outros tipos de crimes. Além disso, os AVS psicopatas tendem a ser mais oportunistas, sádicos e violen-

¹ Foi incluído na segunda edição do PCL-R dados descritivos e de validação do instrumento para uso em delinquentes, toxicod dependentes, autores de violência sexual, criminosos afro-americanos e pacientes psiquiátricos forenses, assim como também em infratores de vários outros países. A segunda edição conta com uma gama de dados disponíveis possibilitando estabelecer tabelas de comparação e estatística descritiva para grupos selecionados e para tratar de questões referentes às características de itens, validade, confiabilidade, generalização e estrutura dos fatores. Devido às adições feitas, a 2ª edição é três vezes maior que a primeira (222 vs 77 páginas).

tos em suas agressões sexuais do que aqueles AVS não psicopatas (Hare, 1993; Porter, Woodworth, Earle, Drugge, and Boer, 2003, Young, Justice & Edberg, 2010). E se a busca por emoção motiva os AVS psicopatas a cometerem crimes sexuais, pode-se esperar que eles selecionem uma gama mais ampla de vítimas (por exemplo, incluindo crianças, adolescentes e adultos) do que outros AVS com pontuações menores no PCL-R (Porter et al., 2003). Por este motivo, considerando a relação apontada entre a prática de violência sexual e traços de psicopatia, uma investigação aprofundada dessa relação apresenta importância teórica e prática para a comunidade científica.

Diante do que foi exposto, o objetivo do presente estudo foi elaborar uma revisão da literatura com o intuito de compreender melhor a relação entre a prática de violência sexual e traços de psicopatia por meio do PCL-R em AVS. Os objetivos específicos foram: classificar os estudos em termos de metodologia utilizada; descrever a amostra dos estudos; descrever os resultados desses estudos de acordo com seus objetivos; levantar os testes que foram utilizados junto com o PCL-R na coleta de dados.

MÉTODOS

Delineamento do estudo

Trata-se de um estudo de revisão da literatura, o qual faz uso de métodos explícitos de busca na literatura científica e síntese das informações selecionadas (Sampaio & Mancini, 2007).

Materiais

A fim de localizar artigos que se adequassem ao propósito deste estudo, foram realizadas buscas de artigos nacionais e internacionais por meio das bases de dados PsycNet, PubMed, Lilacs, Web of Science e Scielo. A escolha das bases de dados se deu mediante o fato de elas alcançarem um número extenso de publicações científicas na área de psicologia e psiquiatria.

Procedimentos

As consultas às bases de dados foram realizadas no período de março de 2015 a março de 2017, com as palavras-chave *Psychopathy Checklist Revised* para filtrar os artigos. Utilizou-se somente essas porque o objetivo foi ampliar as possibilidades de encontrar re-

sultados significativos referentes ao tema. Nesse levantamento foram compreendidos os artigos publicados em periódicos científicos e, de início, foi realizada uma seleção preliminar por meio da leitura dos resumos.

Os critérios de inclusão para seleção dos artigos foram: a) ter sido publicado nos últimos onze anos (2006- março de 2017); b) ser artigos nacionais e internacionais escritos em português e/ou inglês; c) ser estudo que investigasse o AVS; d) ter como participantes pessoas adultas e do sexo masculino²; e) ter utilizado o PCL-R para coleta de dados. Os critérios de exclusão foram: a) ser um artigo repetido b) não estar disponível na íntegra nas bases de dados.

A avaliação dos títulos e dos resumos identificados na busca inicial foi realizada por dois pesquisadores, independentemente e de forma cega. Eles adotaram um mesmo procedimento de análise, obedecendo aos critérios de inclusão e exclusão, para garantir a fidedignidade no levantamento dos dados. Ao comparar os resultados obtidos por cada um, verificou-se que ambos selecionaram os mesmos artigos, ou seja, o índice de concordância entre os dois pesquisadores foi de 100%.

Todos os artigos selecionados, considerando os critérios de inclusão e exclusão, foram recuperados na íntegra e extraídos os seguintes dados: autoria; ano de publicação; tipo de pesquisa; características das amostras; os resultados dos estudos de acordo com os objetivos; os instrumentos usados para coleta de dados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tendo em vista as bases de dados utilizadas para a pesquisa, foram encontrados um total de 910 artigos, dos quais 329 procedentes da base de dados *PsycNet*, 280 da base *PubMed*, 286 da base *Web of Science*, 9 da base *Scielo* e 6 da base *Lilacs*. Considerando os critérios de inclusão e exclusão, permaneceram um total de 19 artigos, sendo 13 da base *PsycNet*, 2 artigos da base *PubMed*, 4 artigos da base *Web of Science*, e nenhum artigo das bases *Scielo* e *Lilacs*, o que equivale a cerca de 2,4% de todos os artigos encontrados (Ver Tabela 1).

² Embora já exista o PCL-R validado para uso com população forense feminina, nesta pesquisa optou-se por estudos com população forense masculina, uma vez que a escala foi desenvolvida, inicialmente, para uso com população forense masculina, e em sua versão brasileira, a validação foi feita somente com população forense masculina.

Tabela 1. Resultado de busca por artigos nacionais e internacionais sobre PCL-R nas bases de dados.

| Bases de dados | Recuperados | Incluídos | Excluídos | | Nº final de artigos |
|------------------|-------------|-----------|-----------|-----|---------------------|
| | | | a | b | |
| PsycNet | 329 | 43 | 0 | 30 | 13 |
| Web of Science | 286 | 58 | 12 | 42 | 4 |
| PubMed | 280 | 42 | 10 | 30 | 2 |
| Scielo | 9 | 9 | 9 | 0 | 0 |
| Lilacs | 6 | 6 | 6 | 0 | 0 |
| Total de artigos | 910 | 158 | 37 | 102 | 19 |

a. ser um artigo repetido; b. não estar disponível na íntegra nas bases de dados.

Observou-se uma grande disparidade entre o número de artigos encontrados e o número de artigos selecionados. Isso se deu pelo fato de o presente estudo ter critérios de inclusão e exclusão bem definidos, o que reduziu consideravelmente o número de artigos incluídos, principalmente porque os estudos não tinham como objetivo principal o estudo do AVS. Embora tenha sido encontrado um bom número de publicações usando o PCL-R para coleta de dados, foi possível observar que existem poucas publicações onde o PCL-R foi usado com populações forenses específicas, como é o caso dos AVS. A maior parte das publicações foram feitas com população forense geral (detentos que cometeram todos os tipos de crimes).

A seguir encontra-se o Quadro 1 que apresenta as seguintes informações dos 19 artigos selecionados: autor/ano de publicação, revista na qual foi publicado, objetivos, participantes, resultados e considerações.

Quadro 1: Dados dos 19 artigos encontrados considerando os autores, anos da publicação, o periódico, os objetivos, os participantes e os resultados.

| Nº | Autores/Ano de publicação | Revista | Objetivos | Participantes | Resultados e Considerações |
|----|---|-------------------------------------|---|--|---|
| 1 | C. M. Weaver; R. G. Meyer; J. J. Van & L. Tristan, 2006 | Assessment | Comparar os modelos de dois, três e quatro fatores do PCL-R | 1.566 AVS adultos sob condições clínicas | O modelo de 2, 3 e 4 fatores apresentaram bom ajuste por meio de uma grande variedade de índices, porém o modelo de 3 fatores apresentou as melhores propriedades psicométricas e o de 2 fatores as piores. Os valores apoiam a validade do PCL-R, independentemente do modelo, quando AVS adultos são avaliados. |
| 2 | C. M. Langton, H. E. Barbaree, L. Harkins e E. J. Peacock, 2006 | Sexual abuse: a journal of research | Examinar a relação entre a reincidência e os resultados do | 418 AVS | Um total de 25,4% da amostra foi condenada por um novo crime grave em um período médio de 5,1 anos. Um total |

| | | | | | |
|---|---|---|--|--|---|
| | | and treatment | tratamento cognitivo-comportamental. | | de 11,1% da amostra foi condenada mais de uma vez por um novo crime sexual no tempo médio de 5,5 anos. Houve correlação positiva entre altas pontuações do PCL-R e abandono do tratamento. |
| 3 | M. E. Oliver e S. C. P. Wong, 2006 | Sexual abuse: a journal of research and treatment | - Avaliar a taxa de reincidência para os quatro tipos de AVS (Estupradores, infratores mistos, molestadores e agressores incestuosos) *; - Examinar a precisão e previsão do escore total do PCL-R, do Fator 1 e 2, para reincidência criminal. | 156 AVS | Independentemente do ponto de corte utilizado, a taxa básica de psicopatia foi maior entre estupradores e infratores mistos, do que entre molestadores e agressores incestuosos. A taxa de reincidência foi de 33% para estupradores, 27% para infratores mistos, 38% para molestadores e 59% para agressores incestuosos. A pontuação no Fator 1 foi a mesma para todos os grupos. O Fator 2 foi capaz de prever a reincidência de crimes de forma geral. |
| 4 | K. L. Nunes, R. K. Hanson, P. Firestone, H. M. Moulden, D. M. Greenberg & J. M. Bradford, 2007. | Sex Abuse | Verificar se reeducandos que possuem mais traços de psicopatia negam com mais frequência os crimes cometidos que aqueles com menos traços de psicopatia. | Estudo 1: 489 AVS Estudo 2: 287 AVS (grupo de estudo) e 300 Reeducandos (grupo controle) | - As taxas globais de reincidência foram de 14,9% em AVS e 24,5% em Reeducandos de Crimes Violentos - RCV (incluindo sexual). - Constatou-se que os reeducandos com mais traços de psicopatia tendem a negar menos os seus crimes. |
| 5 | M. T. Boccacini, D. B. Turner e D. C. Murrie, 2008 | Psychology, public policy and law | Examinar a confiabilidade do PCL-R de AVS entre vários juízes diferentes contratados pelo estado. | 425 protocolos de PCL-R de AVS provenientes do banco de dados do Ministério Público da Virgínia. | Os índices de concordância foram menores do que aqueles esperados em publicações científicas, mesmo quando os juízes trabalhavam do mesmo lado ou de lados opostos do caso. Mais de 30% da variabilidade nos escores do PCL-R foram atribuídas às diferenças entre os juízes em protocolos com escores médios variando de 17,5 a 31,5. Os resultados desse estudo sugerem que outros instrumentos utilizados na área forense também podem apresentar índices de confiabilidade pouco satisfatórios como os encontrados neste estudo. |
| 6 | S. M. Beggs & R. C. Grace, 2008. | Criminal Justice and Behavior | - Estudar as relações entre inteligência, psicopatia e reincidência criminal. | 216 AVS | Análises de regressão mostraram que a psicopatia estava relacionada com a reincidência criminal. Os AVS com menores índices de inteligência e pontuações de psicopatia altas tiveram |

| | | | | | |
|---|---|---|--|--|--|
| | | | - Investigar se a inteligência moderada a relação entre psicopatia (medida pelo PCL-R) e a reincidência em AVS | | uma probabilidade maior do que 4 vezes de recondenação sexual. Quanto mais alta a pontuação no PCL-R, mais baixos os escores de QI, contrariando as expectativas dos autores. Inteligência não estava relacionada com agressões sexuais. |
| 7 | M. E. Oliver e S. C. P. Wong, 2009 | Journal of Consulting and clinical psychology | - Investigar a relação entre psicopatia e abandono do tratamento; - Investigar a relação entre psicopatia e reincidência em crimes sexuais e violentos | 156 AVS participantes de um programa de tratamento para AVS | 28,8% da amostra preenchia os critérios para psicopatia (PCL-R \geq 25). A designação de psicopatia foram preditores significativos de abandono do tratamento. Não houve correlações significativas entre psicopatia e reincidência. No geral, os resultados sugerem que, dadas as intervenções adequadas de tratamento, AVS com traços significantes de psicopatia podem ser mantidos em um programa de tratamento institucional, e àqueles que mostram melhoras terapêuticas podem reduzir o risco de reincidência em crimes sexuais e violentos. |
| 8 | G. D. Walters; P. A. Knight & D. Thornton, 2009 | Criminal Justice and Behavior | Examinar a estrutura latente de violência sexual por meio das medidas mais populares de risco de reincidência criminal (PCL-R, MnSOST-R, RM-2000, Static-99, SO-RAG, SVR-20, e SRA auto-gestão). | 503 AVS | A estrutura latente de risco da violência sexual é contínua e não estática, tal como definida pelas seis medidas. O risco de violência sexual é uma distinção quantitativa ou de grau ao invés de distinção qualitativa ou de espécie. |
| 9 | D. C. Murrie e M. T. Boccacini, 2009 | Psychology, Public Policy, and Law | -Examinar a concordância entre avaliadores para as medidas STATIC-99 e MnSOST-R e PCL-R para avaliadores de lados opostos em processo judicial contraditório. | 74 AVS (dados provenientes do Ministério Público da Virgínia). | As diferenças entre os avaliadores de partes opostas eram muitas vezes maiores do que os índices esperados de concordância entre avaliadores relatados nos manuais dos instrumentos e na literatura de pesquisa. As diferenças entre os escores foram frequentemente em direção à posição de cada avaliador no processo. O índice de concordância foi maior no STATIC-99, (ICC=0,64), do que no MnSOST-R (ICC=0,48) e no PCL-r (ICC=0,42). Os escores do STATIC-99 foram menos influenciados pela confiabilidade entre avaliadores de lados opostos. Contudo, os re- |

| | | | | | |
|----|---|---|--|--|--|
| | | | | | sultados levantam a preocupação de que a confiabilidade entre avaliadores de lados opostos pode influenciar os escores de uma série de instrumentos utilizados na avaliação forense. |
| 10 | M. H. Young; J. V. Justice & P. Edberg, 2010 | International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology | <p>-Fornecer uma descrição empírica abrangente de AVS considerados violentos em tratamento psiquiátrico;</p> <p>- Descrever como os AVS diferiam de outros reeducandos por meio de medidas sociodemográficas, psicológicas e neuropsicológicas</p> | 120 reeducandos do sexo masculino, dos quais, 60 AVS 60 reeducandos autores de outros crimes (grupo controle). | <p>- 28% dos AVS foram considerados psicopatas (PCL-R de ≥ 30), com média no Fator 1= 9 e Fator 2= 12. A média do AVS foi maior no Fator 1 que no Fator 2.</p> <p>- Os AVS que tiveram classificações mais altas no Fator 1 do PCL-R, eram geralmente mais jovens e solteiros.</p> <p>Embora os resultados do estudo sejam consistentes com os resultados de outros estudos, não se pode generalizar os achados.</p> <p>Os AVS demonstraram significativamente mais comprometimento neuropsicológico sugerindo diferenças cerebrais difusas, com disfunção associada principalmente com o córtex temporal e frontal.</p> <p>Índices no Rorschach indicaram prejuízos na capacidade de estabelecer vínculos interpessoais, transtornos na auto percepção e indícios de serem emocionalmente impulsivos.</p> <p>Análise de regressão logística resultou em uma precisão de 80,2% para predizer o grupo de AVS.</p> |
| 11 | M. Rettenberger et. al., 2010 | International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology | Analisar a validade preditiva dos instrumentos de avaliação mais utilizados para prever risco de reincidência de agressores sexuais. | 394 AVS | Depois de um tempo médio de acompanhamento de 3 anos após o encarceramento, o RRASOR, Static-99, SO-RAG, SVR-20 e PCL-R produziram boa acurácia preditiva na amostra total para a maioria das categorias de reincidência, com resultados semelhantes ou melhores do que os que têm sido previamente relatados. Somente o PCL-R não conseguiu demonstrar a precisão da previsão satisfatória para reincidência sexual no total da amostra. |
| 12 | J. F. Edens; M. T. Boccaccini & D. W. Johnson, 2010 | Behavioral Sciences and the Law | Avaliar a confiabilidade do PCL-R, por meio de registros de prisão arquivados para comparar as | 20 AVS com pontuação 25 no PCL-R | Mesmo após a reavaliação, a pontuação de 25, o que sugere um nível bruto de consistência em termos de uma segunda |

| | | | | | |
|----|---|---|---|---|---|
| | | | pontuações de juízes independentes coletadas para uma amostra de reeducandos AVS. | | avaliação, mesmo com avaliadores diferentes. O índices de confiabilidade para o PCL-R foi de 0,42. |
| 13 | D. C. Murrie, M. T. Boccacini, J Caperton & K Rufino 2012 | Psychological Assessment | Analisar a validade do PCL-R (4 fatores) administrado em avaliações de rotina de AVS violentos e não violentos | 398 AVS. | Os tamanhos de efeito foram positivos ao prever a reincidência de AVS ou AVS violentos, embora a maioria dos efeitos preditivos foi pequena. Apenas o tamanho do efeito para o fator 4 (PCL-R) previu que a combinação de reincidência de AVS violentos e não violentos era grande o suficiente para revelar significância estatística. Esses resultados parecem ser em geral consistentes com outros achados recentes, sugerindo que o fator 4 do PCL-R tende a ser o mais poderoso preditor de comportamento criminoso, talvez porque ele compreende critérios relacionados com a criminalidade e agressão passada. |
| 14 | J. Nitschke, S. Istrefi, M. Osterheider e A. Mokros, 2012 | International Journal of Law and Psychiatry | Determinar se sádicos sexuais e agressores sexuais não-sádicos diferem em seus componentes cognitivos ou afetivos de empatia e controle do nível de traços psicopáticos medidos pelo PCL-R. | 35 AVS: 12 sádicos sexuais; 23 não-sádicos. | Não houve diferenças significativas entre os dois grupos com relação às pontuações do PCL-R. A diferença entre sádicos sexuais (M = 12,94, SE = 0,69) e agressores sexuais não-sádicos (M = 10,95, SE = 0,49) sobre a variável Empatia positiva representou um grande efeito (d = 0,87). |
| 15 | C. S. Miller, E. R. Kimonis, R. K. Otto, S. M. Kline e A. L. Wasserman, 2012. | Psychological Assessment | Analisar a confiabilidade inter-avaliadores das três medidas mais comumente usadas para avaliar risco de reincidência criminal: Static-99, MnSOST-R e o PCL-R. | 315 relatórios de avaliação de AVS do Departamento de Crianças e Famílias da Flórida. | Escore total MnSOST-R apresentaram menor concordância entre avaliadores do que Static-99 escores totais, e o PCL-R foi o que teve menor confiabilidade entre as três medidas, embora tenha havido maior concordância entre avaliadores com relação à traços psicopáticos de desvio antisocial (Fator 2 e Fator 4) de distanciamento emocional (Fator 1). A concordância entre avaliadores foram mais elevadas para o Static-99 |
| 16 | S. W. Hawes; M. T. Boccacini & D. M. Murrie, 2013 | Psychological Assessment | Fornecer um quadro mais detalhado da relação entre os escores PCL-R e reincidência de crimes sexuais a partir de | Amostras de 20 estudos que examinaram a capacidade do | Os resultados revelam que Fator 2 foi mais útil para prever a reincidência, especialmente reincidência de AVS violentos, mas os achados não podem ser aplicados a todos os |

| | | | | | |
|----|---|------------------------|--|--|---|
| | | | uma revisão da literatura. | PCL-R de prever reincidência criminal de AVS | estudos. Os resultados também foram favoráveis à combinação dos escores PCL-R com medidas de desvio sexual. |
| 17 | C. A. Robertson; R. A. Knight, 2014 | Aggressive Behavior | 1.Determinar o papel do sadismo e psicopatia na predição de violência sexual e não sexual 2.Elucidar a relação entre sadismo e os fatores de psicopatia. | Estudo 1: 315 AVS Estudo 2: 599 AVS | Os fatores do PCL-R previram todas as medidas de violência não-sexual, bem como os fatores de violência e fatores parafilicos. Os fatores do PCL-R predisseram significativamente todas as medidas de violência não-sexual, bem como todos os fatores de comportamento de crimes sexuais. Não foi possível observar uma relação direta entre sadismo e psicopatia em uma amostra relativamente pequena. |
| 18 | D. Turner, M Rettemberger, L Lohmann, R. Eher & Briken, 2014. | Child Abuse & Neglect | Avaliar quais as diferenças em relação aos fatores de risco, aos interesses sexuais pedófilos e indicadores de psicopatia em três grupos de AVS contra crianças: que trabalham com crianças (T), intrafamiliares (I) e extrafamiliares (E) | 248 AVS contra crianças subdivididos em 3 grupos: Intrafamiliar (I), Extrafamiliar (E) e que trabalham com crianças (T). | AVS-E tiveram maior pontuação no PCL-R em comparação com AVS-T. AVS-I não diferiram significativamente do E e T. Embora os resultados pareçam promissores no que diz respeito à sugestão de que a AVS-T diferem de AVS-I e AVS-E no seu nível de psicopatia e medida de interesse sexual pedofílico, elas estão limitadas pelo fato de que a maioria dos dados, com a exceção dos diagnósticos psiquiátricos e os escores dos instrumentos de avaliação de risco, foram avaliados retrospectivamente por meio de relatórios forenses. |
| 19 | D. Matteo et. al. 2014 | Law and Human Behavior | Avaliar a confiabilidade do PCL-R nos casos relatados | 214 processos de AVS | O ICC para um único avaliador para os escores PCL-R foi de apenas 0,58, e apenas 41,4% dos escores de diferença estavam dentro de um erro padrão de unidade de medida. A pontuação média relatada por especialistas do Ministério Público foi significativamente maior do que a pontuação média relatada por especialistas da defesa, e especialistas do Ministério Público informaram pontuação no PCL-R de 30 ou mais em quase 50% dos casos, em comparação com menos de 10% dos casos para especialistas da defesa (0,29). |

* Estupradores: vítimas com, pelo menos, 14 anos de idade, envolvendo penetração, uso de força, coerção e, ocasionalmente, uso de arma; molestadores: vítimas menores de 14 anos; mistos: tinham como vítimas pelo

menos um adulto e uma criança; incestuosos: vítimas com grau de parentesco muito próximo, tal que o casamento seria normalmente proibido.

No que diz respeito ao ano de publicação, nota-se que o maior número de produções ocorreu nos anos de 2006, 2009, 2010, 2013 e 2014 com três artigos cada. No ano de 2008, foram produzidos dois artigos, em 2007 e 2013 um artigo e nenhum artigo foi produzido nos anos de 2011, 2015 e 2016 (Figura 1). Por esses dados, observou-se que a produção de estudos com o PCL-R e AVS é pouco frequente nos últimos 11 anos e relativamente homogênea, variando entre 1 e 3 artigos por ano, com exceção dos anos de 2011, 2015 e 2016, em que não foi produzido nenhum artigo. Esses achados indicam a necessidade de mais estudos empíricos do PCL-R com AVS, uma vez que o número de publicações, a nível internacional, tem sido baixo.

Infere-se que o baixo número de publicações com o PCL-R nos últimos anos se deve ao fato de o instrumento exigir um treinamento específico do profissional, além de outros requisitos, tais como: ter experiência com populações forenses, estar registrado nas entidades regionais que regulamentam e fiscalizam a avaliação e os diagnósticos dos distúrbios mentais.

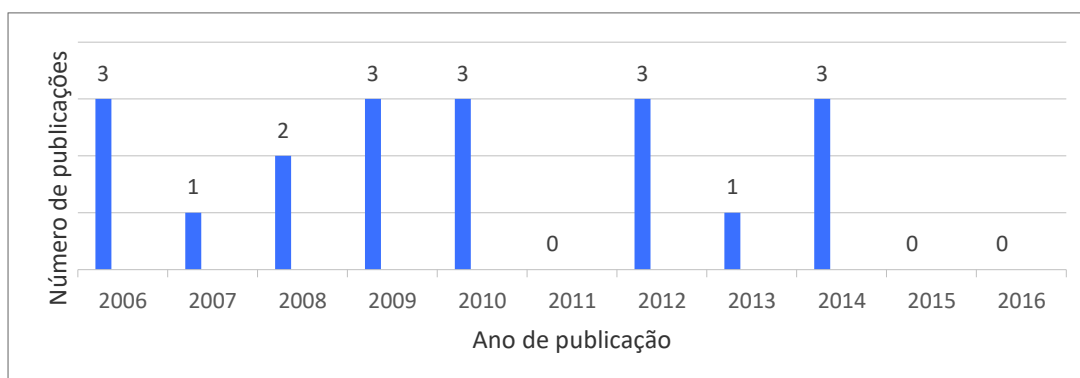


Figura 1. Número de publicações dos últimos 11 anos (2006-2016).

Com relação à metodologia, constata-se que um deles é artigo de revisão da literatura (N=1, 5,3%); outros de análise documental (N=3, 15,8%), por meio de material de arquivos, documentos, relatórios e dados de outros estudos para a coleta de dados. Os demais estudos tratavam de estudos descritivos (do tipo levantamento/comparativo/estudos de caso) (N=15, 78,9%). Nota-se que, embora haja um número pequeno de estudos do PCL-R com AVS, a grande maioria desses estudos são empíricos, em que foi possível estudar o PCL-R na prática. Estudos de revisão da literatura, como o presente estudo, são importantes porque, além de levantar o que já foi produzido, abrem espaço para observarmos o que ainda precisa ser produzido na área e o que precisa ser estudado com mais profundidade.

No que tange aos objetivos principais dos estudos, embora cada um tenha objetivos bem distintos, foi possível categorizá-los nas dimensões a seguir: 1) avaliar a validade do PCL-R (N= 6, 31,6%); 2) avaliar a confiabilidade do PCL-R (N= 3, 15,8%); 3) estudar os resultados de tratamento e reincidência criminal (N= 3, 15,8%); 4) compreender a psicopatia e sua relação com outros atributos psicológicos (N= 4, 21%); 5) categorizar os AVS; e 6) comparar os AVS com detentos que cometeram outros tipos de crimes (N= 3, 15,8%).

Avaliando os dados dos estudos que tinham como objetivo principal a validade do PCL-R no uso com AVS (N= 4, 21%), observou-se que o PCL-R, na maioria dos casos, pode ser considerado um instrumento útil para avaliar a psicopatia em AVS nos contextos culturais em que o instrumento foi aplicado. Dois desses estudos (Walters, Knight & Thornton, 2009; Rettenberger et. al., 2010) validaram o PCL-R por meio de comparação com outros instrumentos. No estudo de Rettenberger et al. (2010), o PCL-R foi comparado com o RRASOR, Static-99, SORAG e SVR-20. O índice de correlação de Pearson encontrados para o PCL-R foi de 0,24 com relação ao RRASOR, de 0,51 para o Static-99, de 0,78 para o SORAG e 0,77 para o SVR-20. O resultado mais baixo em relação ao RRASOR já seria esperado, porque essa escala foi o primeiro instrumento atuarial validado empiricamente e projetado especificamente para a avaliação da reincidência de delitos sexuais. Posteriormente, outros instrumentos foram desenvolvidos a partir dele. No estudo de Walters, Knight e Thornton (2009), análises taxométricas em uma amostra de AVS mostraram apoio consistente para uma interpretação dimensional da estrutura latente de risco da violência sexual e sexualidade psicopática. A validade dos indicadores para as medidas ficou acima do limiar mínimo esperado (d de Cohen = 1,25), o que favorece a validade para avaliar o que ela se propõe a medir.

O Estudo de Weaver et al. (2006) fez uma comparação entre os modelos de 2, 3 e 4 fatores do PCL-R. Os resultados apoiaram a validade do PCL-R quando usado com criminosos sexuais condenados. O modelo de 3 fatores mostrou-se mais adequado do que o modelo de dois fatores para avaliar esses criminosos. O estudo de Murrie e Boccaccini (2012) analisou a validade do PCL-R no modelo de 4 fatores. A pontuação do fator 4 (comportamento antissocial) do PCL-R foi a única com uma área sob a curva (AUC) superior a 0,50 (AUC = 0,53, $p = 0,85$), sendo também a única pontuação que se aproximou da significância estatística para prever reincidência na categoria combinada de agressor violento e sexualmente violento (AUC = 0,63, $d = 0,38$, $p = 0,08$).

No que diz respeito à confiabilidade do PCL-R, os artigos que avaliavam a propriedade psicométrica do teste utilizaram a técnica de confiabilidade entre juízes (N=3, 15,8%),

que é uma medida normalmente utilizada para demonstrar que não há viés dos psicólogos ou pesquisadores na pontuação e interpretação do teste. Ou seja, trata-se de uma medida que evidencia sobre a suficiência do método de correção utilizado, desde que realizado de forma sistemática e consistente por avaliadores/juízes bem treinados na técnica de correção. Por outro lado, baixas correlações comunicam acerca da necessidade de revisão e clarificação dos processos de correção ou pontuação do instrumento (Alves, Souza & Baptista, 2011; Cohen, Swerdlik & Sturman, 2014).

No primeiro estudo (Boccaccini, Turner & Murrie, 2008), os autores avaliaram a confiabilidade entre os juízes apenas para o PCL-R de dois fatores. O índice de concordância foi maior para o Fator 1 (ICC 0,34) do que para o Fator 2 (ICC 0,31). Embora os resultados de tais estudos sugere que os instrumentos utilizados na área forense também podem apresentar índices de confiabilidade satisfatórios, entende-se que o PCL-R demanda aprimoramento nesta propriedade psicométrica do teste.

O segundo estudo de confiabilidade entre juízes (Murrie & Boccaccini, 2009) apontou que as diferenças entre os escores foram frequentemente em direção à posição de cada avaliador no processo forense (avaliadores do lado da defesa costumavam dar uma pontuação menor, e avaliadores do lado da acusação, costumavam dar uma pontuação maior). O índice de concordância foi maior no STATIC-99 (coeficiente de correlação intraclasse – ICC= 0,64) do que no MnSOST-R (ICC=0,48) e no PCL-R (ICC=0,42). De acordo com a literatura científica (Cicchetti, 1994; Hunsley & Mash, 2008; Shrout & Fleiss, 1979), os índices do PCL-R e do MnSOST são considerados moderados (entre 0,39 e 0,58), enquanto o índice do STATIC-99 pode ser considerado bom (entre 0,59 e 0,74). De qualquer forma, a confiabilidade menor no PCL-R indica a necessidade de revisão e clarificação quanto à correção e pontuação desse instrumento.

No terceiro estudo (Miller, Kimonis, Otto, Kline & Wasserman, 2012), os autores encontraram índices de confiabilidade melhores, sendo todos considerados moderados. O STATIC-99 apresentou um índice de confiabilidade maior (ICC= 0,78) do que para o MnSOST-R (ICC- 0,74) e para o PCL-R (ICC=0,60), o que corrobora os achados do estudo citado anteriormente (Murrie & Boccaccini, 2009), em que o PCL-R é o que apresenta menor confiabilidade entre juízes.

Assim, considerando os três estudos de confiabilidade (Murrie & Boccaccini, 2009; Miller & col, 2012; Boccaccini, Turner & Murrie, 2008), todos eles indicam que os índices de concordância no PCL-R foram menores (ICC_{estudo1}= 0,42; ICC_{estudo2}= 0,60; ICC_{estudo3}= 0,34/0,31) do que os índices de outros dois instrumentos que avaliam aspectos semelhantes

(STATIC-99 ICC_{estudo1} = 0,64 STATIC-99_{estudo2} = 0,78; MnSOST-R ICC_{estudo1} = 0,48 ICC_{estudo2} = 0,74), ou até mesmo do que é esperado em publicações científicas, ou seja, índices de confiabilidade considerados excelentes ($> 0,74$) de acordo com Cicchetti (1994), Hunsley e Mash (2008) e Shrout & Fleiss (1979). Desse modo, essas baixas correlações nos três estudos citados apontam a necessidade de revisão e clarificação dos processos de correção e pontuação no PCL-R.

Quanto aos estudos que avaliam a reincidência criminal (N= 4, 21%), o resultado de um deles (Olver & Wong, 2009) revelou que 28,8% da amostra preenchiam os critérios para psicopatia (PCL-R ≥ 25), porém não houve correlação significativa entre psicopatia e reincidência para os AVS. A porcentagem encontrada é semelhante às porcentagens apontadas por outros estudos, que afirmam que a psicopatia está presente em aproximadamente 15% a 20% dos infratores criminosos (PCL-R ≥ 30), porém diverge quanto à relação entre psicopatia e reincidência, onde os estudos revelam que a psicopatia é um dos fatores consideráveis na recidiva de comportamentos violentos em detentos (Hauck Filho et al., 2012; Hare, Hart e Harpur, 1991; Hemphill, Hare e Wong, 1998). O estudo de Olver e Wong (2009) sugeriu que um maior número de traços de psicopatia pode não estar diretamente relacionado com a reincidência.

Os outros três estudos (Langton, Barbaree, Harkins & Peacock, 2006; Oliver & Wong, 2006; Hawes, Boccaccini & Murrie, 2013) chegaram a resultados diferentes do resultado de Oliver e Wong (2009), revelando correlação positiva entre altas pontuações no PCL-R e maior frequência de reincidência criminal. Isso pode ocorrer pelo fato de o psicopata não temer punição para seus atos, assim, esse transtorno caracteriza um grupo com potencial grave para o padrão de comportamento violento. Esses três estudos corroboram os autores que observaram que os criminosos com mais traços de psicopatia têm um alto risco de reincidência criminal (Hauck Filho et al., 2012; Hare, Hart e Harpur, 1991; Hemphill, Hare e Wong, 1998).

Porém, dois desses estudos (Oliver & Wong, 2006; Hawes, Boccaccini & Murrie, 2013) revelaram que o Fator 2 do PCL-R, que avalia traços antissociais, foi mais útil para prever a reincidência em AVS do que o Fator 1, que avalia as características mais prototípicas da psicopatia, incluindo superficialidade, falsidade, insensibilidade/crueldade; ausência de afeto, culpa, remorso ou empatia. Esses dados, por outro lado, reforçam mais uma vez que, em grupos de AVS, a reincidência não está diretamente relacionada com traços de psicopatia, embora esteja relacionada com pontuações mais elevadas no PCL-R.

Os estudos que avaliaram a relação entre a psicopatia e alguns atributos ou comportamentos (N=3, 15,8%) consideraram a negação do crime (Nunes, Hanson, Firestone, Moulden, Greenberg, & Bradford, 2007), o índice de inteligência (Beggs & Grace, 2008) e o sadismo (Nitschke, Istrefi, Osterheider & Mokros, 2012). O estudo que compara psicopatia e negação do crime cometido em AVS (Nunes et al., 2007), contrariando as expectativas dos autores, chegou à conclusão que os reeducandos com mais traços de psicopatia tendem a negar menos os seus crimes. Esse dado é surpreendente porque muitas pesquisas realizadas com casos de autores de violência sexual mostram que a maioria dos AVS nega ter cometido abuso sexual (Habigzang Koller, Azevedo & Machado, 2005, Langton et. al., 2006 & Yates, 2009). Entre os AVS que confirmaram o abuso, observa-se que, tanto nos motivos alegados, quanto nos argumentos utilizados para defesa, eles atribuíram a culpa à vítima ou à outra pessoa. Contudo, o achado do estudo de Nunes et al. (2007) sugere que em AVS com traço de psicopatia mais forte, a tendência é ocorrer menos negação do crime.

No estudo que investiga a correlação entre o traço de psicopatia e inteligência (Beggs & Grace, 2008), o resultado indica que quanto mais alta a pontuação do PCL-R, mais baixos os escores de QI, o que acabou contrariando as expectativas dos autores, já que uma das características do indivíduo psicopata listada por Cleckley (1988) é boa inteligência. Desse modo, o esperado seria que quando maior as pontuações no PCL-R, mais altos os escores de QI. No entanto, os achados desse estudo corroboram os achados de outros estudiosos, tais como Hiatt e Newman (2006) e Murray, Wood e Lilienfeld (2012), que apontam que a psicopatia pode envolver algumas anomalias cognitivas sutis, porém importantes em vários domínios úteis, incluindo atenção, processamento da linguagem, inibição comportamental e funcionamento neuropsicológico.

Por fim, no que se refere à psicopatia e ao sadismo (Robertson & Knight, 2014), não foi possível observar uma relação direta entre as duas instâncias, uma vez que os resultados mostraram não haver diferença significativa entre sádicos e não-sádicos com relação às pontuações do PCL-R. Esse resultado reforça o estudo de Reidy, Zeichner e Seibert (2011), em que a psicopatia (Fator 1 do PCL-R) previu uma maior probabilidade de agressão não provocada, entretanto, essa relação não foi mediada pelo sadismo. Em vez disso, psicopatia e sadismo, independentemente, predisseram agressão não provocada. Assim, os achados desses dois estudos não corroboram a ligação entre psicopatia e sadismo que Hart e Hare (1997) defenderam.

Para finalizar, temos os estudos cujo objetivos foram descrever, comparar e avaliar as diferenças entre os diferentes tipos de AVS e entre AVS e detentos que cometeram outros

tipos de crime (N=3, 15,8%). Um dos estudos (Turner, Rettemberger, Lohmann, Eher & Briken., 2014) avaliou os indicadores de psicopatia para AVS intrafamiliar, extrafamiliar e aqueles que trabalham com crianças. Os achados do estudo mostram que os AVS extrafamiliar tiveram maior pontuação no PCL-R em comparação com os outros dois grupos.

O segundo estudo (Nitschke et al., 2012) procurou determinar se AVS sádicos sexuais e AVS não-sádicos diferem em seus componentes cognitivos ou afetivos de empatia, e controle do nível de traços psicopáticos medidos pelo PCL-R. De acordo com os resultados, não houve diferença significativa entre os dois grupos com relação às pontuações do PCL-R. A diferença entre AVS sádicos (M = 12,94, SE = 0,69) e AVS não-sádicos (M = 10,95, SE = 0,49) sobre a variável Empatia positiva representou um grande efeito (d = 0,87). Mesmo a literatura apontando que AVS possuem algum transtorno de personalidade ou da sexualidade (Scortegagna & Amparo, 2013), e que há uma relação entre psicopatia e sadismo (Hart & Hare, 1997), o presente estudo indica que não há diferença significativa entre sádicos e não sádicos com relação aos traços de psicopatia.

O último estudo (Young, Justice & Edberg, 2010) buscou fornecer uma descrição empírica dos AVS considerados violentos. O resultado do estudo mostra que 28% dos AVS foram considerados psicopatas (pontuação PCL-R \geq 30), com média maior no Fator 1 que no Fator 2. Esse resultado corrobora o que Hare (2003), Hauck Filho et al. (2012); Hare, Hart e Harpur, (1991) e Hemphill, Hare e Wong (1998) também descrevem em seus estudos, que a psicopatia está presente em 15% a 20% da população carcerária e aponta que, entre os AVS, a porcentagem de pessoas com psicopatia pode ser ligeiramente maior do que em criminosos em geral. Os resultados apontam também que os AVS demonstram, significativamente, mais comprometimento neuropsicológico sugerindo diferenças cerebrais difusas, com relação aos reeducandos que cometeram outros tipos de crime. A avaliação de comprometimento neuropsicológico foi feita por profissionais treinados e credenciados por meio dos testes Non-Verbal Intelligence (TONI III), o teste Halstead-Reitan Neuropsychological Battery e o Wisconsin Card Sorting Test.

No que diz respeito ao tamanho das amostras dos estudos, variou de 20 a 1566 participantes. A maior parte deles (N=18, 95%) teve uma amostra entre 20 e 599, e apenas um (5%) teve uma amostra de 1566. Contudo, em alguns estudos (N=4, 21%), os participantes eram provenientes de arquivos ou banco de dados de outros estudos. Dois desses estudos (N=2, 50%) usaram protocolos de PCL-R de AVS provenientes do Ministério Público da Virgínia. Um outro artigo (25%) utilizou relatórios de avaliação de AVS do Departamento de Crianças e Família da Flórida. Finalmente, o outro (25%) fez uma metanálise a partir de

20 estudos que examinavam a capacidade do PCL-R de prever reincidência em AVS. O número de participantes não representa a qualidade do estudo, porém pode indicar maior representatividade do resultado para a população de onde saíram as amostras.

É relevante destacar que entre os estudos selecionados nesta revisão, outras medidas, além do PCL-R, foram usadas para coleta de dados. Apenas seis (31,6%) dos estudos usaram apenas o PCL-R como medida para a coleta de dados. Treze (68,4%) estudos usaram também outras medidas, entre elas, medidas que avaliam o risco de reincidência, como também medidas de inteligência e empatia. As medidas utilizadas foram o Rorschach, Static-99, o MnSOST-R, o RRASOR, RM-2000, SORAG, SRV-20, SRA, MIDSA, medidas sociodemográficas (entrevista semiestruturada elaborada pelos pesquisadores), neuropsicológicas (Test of Non-Verbal Intelligence - TONI III, Halstead-Reitan Neuropsychological Battery e Wisconsin Card Sorting Test), de empatia (Multifaceted Empathy Test - MET) e de inteligência (Culture Fair Test-Revised – CFT 20-R).

Diante do que foi exposto, podemos observar que algumas lacunas foram deixadas. A primeira diz respeito à confiabilidade entre juízes. O PCL-R é apontado na literatura como um dos principais instrumentos no meio forense para avaliar a psicopatia e prever reincidência criminal por conta de suas propriedades científicas satisfatórias e altos índices de confiabilidade (Hare e Neumann, 2006; Morana, 2004; Olver & Wong, 2015). Porém, não foi isso que os estudos dessa revisão demonstrou, quando foram consideradas amostras específicas de AVS. Tais estudos mostraram índices de confiabilidade aceitáveis, porém mais baixos que os demais instrumentos e dissonantes, quando se trata de avaliadores de lados opostos, mostrando uma tendência dos avaliadores de atribuir pontuações que favoreçam o lado no qual esteja trabalhando.

Uma segunda lacuna diz respeito ao instrumento ser útil para prever reincidência criminal. Embora a maior parte dos estudos tenham demonstrado a utilidade prática do instrumento para prever reincidência criminal em AVS, um dos estudos não chegou a esse resultado, abrindo margem para o questionamento “o PCL-R é ou não é válido para prever reincidência criminal em AVS?”. Tais questionamentos abrem espaço para que novos estudos sejam feitos com o propósito de preencher as lacunas deixadas pelos estudos que já foram feitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente revisão da literatura, acerca dos estudos que fizeram uso do PCL-R para avaliar traços de psicopatia em AVS, nos últimos 11 anos, identificou 19 artigos, considerando as bases dados PsycNet, PubMed e Web Of Science. Por meio desse material, constatou-se que o PCL-R, na maioria dos casos, pode ser considerado um instrumento útil e válido para avaliar a psicopatia em AVS nos contextos culturais em que o instrumento foi aplicado, bem como para prever a reincidência criminal nessa amostra específica. Os estudos que avaliaram a relação entre psicopatia e reincidência criminal revelaram correlação positiva, mostrando que quanto mais traços de psicopatia maior é a chance de reincidência criminal.

Contudo, no que diz respeito à confiabilidade entre juízes para o PCL-R, os índices de concordância encontrados nos estudos nem sempre foram satisfatórios, variando entre moderados e bons (ICC 0,31 a 0,64). Logo, essas baixas correlações nos estudos citados revelaram a necessidade de revisão e clarificação dos processos de correção e pontuação no PCL-R, especialmente quando esses índices são estudados na prática profissional.

Quando se fala de psicopatia e negação do crime cometido, observa-se que os AVS com mais traços de psicopatia tendem a negar menos os seus crimes. Considerando a relação entre psicopatia e inteligência, foi possível constatar que quanto mais elevada a pontuação no PCL-R, mais baixos eram os índices de inteligência dos AVS, bem como mais comprometimento neuropsicológico que os indivíduos que cometem outros tipos de crime.

Nessa revisão de literatura não foi observada correlações significativas entre psicopatia e sadismo, uma vez que não houve diferenças na pontuação do PCL-R para sádicos e não sádicos. Ao fazer um levantamento de AVS que podem ser considerados psicopatas, um alto índice foi encontrado, variando entre 28% (PCL-R \geq 30) e 28,8% (PCL-R \geq 25).

A literatura aponta que o modelo de 4 fatores do PCL-R foi útil para prever reincidência criminal. É um modelo que ainda não foi validado no Brasil, porém é muito utilizado em outros países. Desse modo, estudos com o PCL-R de 4 fatores no Brasil seriam interessantes não apenas para validar o teste para uso no país, como também para comparar a eficácia do modelo no Brasil com outros países.

No Brasil, poucos estudos foram produzidos usando o PCL-R para coleta de dados em população forense, e nenhum estudo foi produzido com um amostra específica de AVS,

o que nos remete à necessidade de investir em estudos que façam uso da escala com população forense de modo geral e com população forense mais específica, como é o caso dos AVS.

Poucos estudos de revisão da literatura, como é o caso do presente estudo, foram encontrados nas bases de dados. Estudos como este são importantes porque, além de levantar o que já foi produzido, abre espaço para observarmos o que ainda precisa ser produzido na área e o que precisa ser estudado com mais profundidade.

Estudos utilizando o PCL-R para coleta de dados com população forense feminina também seriam estudos válidos. Mesmo o PCL-R tendo sido desenvolvido para uso exclusivo com população forense masculina, em outros países já existem estudos do PCL-R em população forense feminina.

REFERÊNCIAS

- Alves, G. A. S., Souza, M. S. & Baptista, M. N. (2011). Validade e precisão de Testes Psicológicos. In R. A. M. Ambiel, I. S. Rabelo, S. V. Pacanaro, G. A. S. Alves & I. F. A. S. Leme (orgs.). *Avaliação Psicológica: Guia de Consulta para Estudantes e Profissionais de Psicologia* (pp. 109-127).
- Ambiel, R. A. M. (2006). Diagnóstico de Psicopatia: A Avaliação Psicológica no Âmbito Judicial. *Psico-USF*, 11(2), 265-266.
- Balsis, S., Busch, A. J., Wilfong, K. M., Newman, J. W. & Edens, J. F. (2017): A Statistical Consideration Regarding the Threshold of the Psychopathy Checklist–Revised. *Journal of Personality Assessment*, 13, 1-9.
- Beggs, S. M., & Grace, R. C. (2008). Psychopathy, Intelligence, and Recidivism in Child Molesters: Evidence of an Interaction Effect. *Criminal Justice and Behavior*, 35 (6), 683-695.
- Boccaccini, M. T., Turner, D. B., & Murrie, D. C. (2008). Do Some Evaluators Report Consistently Higher or Lower PCL–R Scores Than Others? Findings From a Statewide Sample of Sexually Violent Predator Evaluations. *Psychology, Public Policy, and Law*, 14 (4), 262-283.
- Cicchetti, D. V. (1994). Guidelines, criteria, and rules of thumb for evaluating normed and standardized assessment instruments in psychology. *Psychological Assessment*, 6, pp. 284–290.
- Cleckley, H. (1988). *The mask of Sanity* (5. ed.). *St. Louis: Mosby*. (Trabalho original publicado em 1941).

- Cohen, R. J., Swerdlik, M. E., & Sturman, E. D. (2014). Testagem e Avaliação Psicológica: Introdução a Testes e Medidas. 8 ed. *Porto Alegre: AMGH*.
- Cooke, D. J. & Michie, C. (2001). Refining the construct of psychopathy: towards a hierarchical model. *Psychological Assessment*, 13(2), 171-188.
- Davoglio, T. R., & Argimon, I. I. L. (2010). Avaliação de comportamentos antissociais e traços psicopatas em Psicologia Forense. *Avaliação Psicológica*, 9, 111-118.
- Davoglio, T. R., Gauer, G. J. C., Jaeger, J. V. H., & Tolotti, M. D. (2012). Personalidade e Psicopatia: Implicações Diagnósticas na Infância e Adolescência. *Estudos de Psicologia*, 17 (3), 453-460.
- DeMatteo, D., Edens, J. F., Galloway, M., Cox, J. & Smith, S. T. (2014). The Role and Reliability of the Psychopathy Checklist—Revised in U.S. Sexually Violent Predator Evaluations: A Case Law Survey. *Law and Human Behavior*, 38 (3), 248-255.
- Edens, J. F., Boccaccini, M. T., & Johnson, D. W. (2010). Inter-Rater Reliability of the PCL-R Total and Factor Scores among Psychopathic Sex Offenders: Are Personality Features More Prone to Disagreement than Behavioral Features?. *Behavioral Sciences and the Law*, 28, 106-119.
- Faúndes, A., Rosas, C. F., Bedone, A. J., & Orozco, L. T. (2006). Violência sexual: procedimentos indicados e seus resultados no atendimento de urgência de mulheres vítimas de estupro. *Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia*, 28 (2), 126-135.
- Gacono, V. B., Meloy, J. R. & Bridges, M. (2008). A Rorschach Understanding of Psychopaths, Sexual Homicide Perpetrators, and Nonviolent Pedophiles. In C. Gacono, B. Evans. *The Handbook of Forensic Rorschach Assessment*. New York, Routledge.
- Gomes, M. L. M., Falbo Neto, G. H., Viana, C. H., & Silva, M. A. (2006). Perfil clínico-epidemiológico de crianças e adolescentes do sexo feminino vítimas de violência atendidas em um Serviço de Apoio à Mulher, Recife, Pernambuco. *Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil*, 6 (1), 27-34.
- Gonçalves, R. A. & Vieira, S. (2005). A Avaliação do estilo de vida criminal em ofensores sexuais. *Psicologia: Teoria, Investigação e Prática*, 1, 81-92.
- Gretton, H., McBride, M., Lewis, K., O'Shaughnessy, R., & Hare, R. D. (1994). *Patterns of violence and victimization in adolescent sexual psychopaths*. Paper presented at the biennial meeting of the American Psychology na Law Society, NM.
- Habigzang, L. F., Koller, S. H., Azevedo, G. A., & Machado, P. X. (2005). Abuso sexual infantil e dinâmica familiar: Aspectos observados em processos jurídicos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 21(3), 341-348.
- Hare, R. D. (1991). *The Hare Psychopathy Checklist-Revised (PCL-R)*. Toronto, Ontario: Multi-Health Systems.

- Hare, R. D. (1996). A Clinical construct whose Time Has Come. *Criminal Justice and Behavior*, 23(1), 25-54.
- Hare, R. D. (2003). *Hare Psychopathy Checklist–Revised Technical Manual* (2nd ed.). Toronto, ON, Canada: Multi-Health Systems.
- Hare, R. D., Hart, S. D. & Harpur, T. J. (1991). Psychopathy and the DSM-IV criteria for Antisocial Personality disorder. *Journal of Abnormal Psychology*, 100, 391-398.
- Hare, R. D. & Neumann, C. S. (2006). *The PCL-R assessment of Psychopathy: Development, structural properties and new directions*. In C. Patrick (Ed.), *Handbook of Psychopathy* (pp. 58-90). New York: Guilford.
- Hart, S. D., & Hare, R. D. (1997). Psychopathy: Assessment and association with criminal conduct. In D. Stoff, J. Breiling, & J. Maser (Eds.), *Handbook of antisocial behavior* (pp. 22-35). New York, NY: Wiley & Sons.
- Hauck Filho, N., Teixeira, M. A. P., & Dias, A. C. G. (2009). Psicopatia: O Construto e sua Avaliação. *Avaliação Psicológica*, 8 (3), 337-346.
- Hauck Filho, N., Teixeira, M. A. P., & Dias, A. C. G. (2012). Psicopatia: uma perspectiva dimensional e não-criminosa do construto. *Avances en Psicología Latinoamericana*, 30 (2), 317-327.
- Hauck Filho, N., Teixeira, M. A. P., & Almeida, R. M. M. (2014). Estrutura Fatorial da Escala Psychopathy Checklist- Revised (PCL-R): Uma Revisão Sistemática. *Avaliação Psicológica*, 13(2), 247-256.
- Hawes, S. W., Boccaccini, M. T., & Murrie, D. C. (2013). Psychopathy and the Combination of Psychopathy and Sexual Deviance as Predictors of Sexual Recidivism: Meta-Analytic Findings Using the Psychopathy Checklist—Revised. *Psychological Assessment*, 25 (1), 233-243.
- Hemphill, J. F., Hare, R. D., & Wong, S. (1998). Psychopathy and recidivism: A review. *Legal and Criminological Psychology*, 3, 139-170.
- Hiatt, K.D. & Newman, J.P. (2006). Understanding psychopathy: The cognitive side. In C.J. Patrick (Ed.) *Handbook of Psychopathy*. New York, NY: Guilford Press (pp 334-352).
- Hunsley, J.; & Mash, E. J. (2008). *A Guide to Assessments that Work*. New York, NY: Oxford University Press.
- Krstic, S.; Neumann, C. S.; Roy, S.; Robertson, C.A.; Knight, R. A. & Hare, R. D. (2017). Using Latent Variable- and Person-Centered Approaches to Examine the Role of Psychopathic Traits in Sex Offenders. *Personality Disorders*. DOI: 10.1037/per0000249.

- Langton, C. M.; Barbaree, H. E.; Harkins, L. & Peacock, E. J. (2006). Sex Offenders' Response to Treatment and its Association with Recidivism as a Function of Psychopathy. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 18 (1), 99-120.
- Morana, H. (2004). *Escala Hare PCL-R: critérios para pontuação de psicopatia revisados*. Versão brasileira. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Miller, C. S., Kimonis, E. R., Otto, R. K., Kline, S. M & Wasserman, A. L. (2012). Reliability of Risk Assessment Measures Used in Sexually Violent Predator Proceedings. *Psychological Assessment*, 24 (4), 944-953.
- Murray, A. A., Wood, J. M. & Lilienfeld, S. O. (2012). Psychopathic personality traits and cognitive dissonance: Individual differences in attitude change. *Journal of Research in Personality*, 46, 525-536.
- Murrie, D. C., Boccaccini, M. T., Turner, D. B., Meeks, M. & Woods, C. (2009). Rater (Dis)agreement on Risk Assessment Measures in Sexually Violent Predator Proceedings. *Psychology, Public Policy, and Law*, 15 (1), 19-53.
- Murrie, D. C., Boccaccini, M. T., Caperton, J., & Rufino, K. (2012). Field Validity of the Psychopathy Checklist–Revised in Sex Offender Risk Assessment. *Psychological Assessment*, 24 (2), 524-529.
- Myers, W. C., Chan, H. C. O., Justen Vo, E., & Lazarou E. (2010). Sexual Sadism, Psychopathy, and Recidivism in Juvenile Sexual Murderers. *Journal of Investigative Psychology and Offender Profiling*, 7, 49-58.
- Nitschke, J., Istrefi, J., Osterheider, M., & Mokros, A. (2012). Empathy in sexually sadistic offenders: An experimental comparison with non-sadistic sexual Offenders. *International Journal of Law and Psychiatry*, 35, 165-167.
- Nunes, K. L., Hanson, R. K., Firestone, P., Moulden, H. M., Greenberg, D. M. & Bradford, J. M. (2007). Denial Predicts Recidivism for Some Sexual Offenders. *Sex abuse*, 19, 91-105.
- Duque, C. (2012). Parafilias e crimes sexuais. In: Taborda, J. G. V., Abdalla-Filho, E. & Chalub, M. (Org.). *Psiquiatria forense* (pp. 297-313). Porto Alegre: Artmed.
- Oliver, M. E., & Wong, S. C. P. (2006). Psychopathy, Sexual Deviance, and Recidivism Among Sex Offenders. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 18 (1), 65-82.
- Oliver, M. E., & Wong, S. C. P. (2009). Therapeutic Responses of Psychopathic Sexual Offenders: Treatment Attrition, Therapeutic Change, and Long-Term Recidivism. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 77 (2), 328-336.

- Olver, M. E., & Wong, S. C. P. (2015). Short- and long-term recidivism prediction of the PCL-R and the effects of age: A 24-year follow-up. *Personality Disorders: Theory, Research, and Treatment*, 6(1), 97-105.
- Patrick, C. J., Cuthbert, B. N., & Lang, P. J. (1994). Emotion in the criminal psychopath: Fear image processing. *Journal of Abnormal Psychology*, 103 (3), 523-534.
- Prentky, R. A., Knight, R. A. & Lee, A. F. S. (2008). Child sexual molestation. In: Bartol, C. R. & Bartol, A. M. *Current perspectives in forensic psychology and criminal behavior*. (p. 123-134). Los Angeles: Sage.
- Porter, S., Woodworth, M., Earle, J., Drugge, J. & Boer, D. (2003). Characteristics of Sexual Homicides Committed by Psychopathic and Nonpsychopathic Offenders. *Law and Human Behavior*, 27(5), 459-470.
- Rettenberger, M., Matthes, A., Boer, D. P., & Eher, R. (2010). Prospective Actuarial Risk Assessment: A Comparison of Five Risk Assessment Instruments in Different Sexual Offender Subtypes. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 54 (2), 169-186.
- Reidy, D. E., Zeichner, A. and Seibert, L. A. (2011), Unprovoked Aggression: Effects of Psychopathic Traits and Sadism. *Journal of Personality*, 79: 75–100.
doi:10.1111/j.1467-6494.2010.00691.x
- Ribeiro, M. A., Ferriani, M. G. C., & Reis, J. N. (2004). Violência sexual contra crianças e adolescentes: características relativas à vitimização nas relações familiares. *CADERNOS de saúde Pública*, 20 (2), 456-464.
- Robertson, C. A., & Knight, R. A. (2014). Relating Sexual Sadism and Psychopathy to One Another, Non-Sexual Violence, and Sexual Crime Behaviors. *Aggressive Behavior*, 40, 12-23.
- Sampaio, R. F.; Mancini, M. C. (2007). Systematic review studies: a guide for careful synthesis of the scientific evidence. *Revista Brasileira de Fisioterapia*, 11(1), 77-82.
doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-35552007000100013>
- Scortegagna, S. A., & Amparo, D. M. (2013). Avaliação Psicológica de Ofensores Sexuais com o Método de Rorschach. *Avaliação Psicológica*, 12 (3), 411-419.
- Shrout, P. E. & Fleiss, J. L. (1979). Intraclass Correlations: Uses in Assessing Rater Reliability. *Psychological Bulletin*, 86(2), 420-428.
- Turner, D., Rettemberger, M., Lohmann, L., Eher, R. & Briken, P. (2014). Pedophilic sexual interests and psychopathy in child sexual abusers working with children. *Child Abuse & Neglect*, 38, 326-335.
- Valverde, C. S. (2005). Psicopatía y violación: un estudio con ofensores sexuales costarricenses. *Medicina Legal de Costa Rica*, 22 (1), 1-11.

- Vasconcellos, S. J. L., Salvador-Silva, R., Dias, A. C., Davoglio, T. R. & Gauer, G. (2014). Psicopatia e Reconhecimento de Expressões Faciais de Emoções: Uma Revisão Sistemática. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 30 (2), 125-134.
- Vough, M.G., & Howard, M.O. (2005). The construct of psychopathy and its potential contribution to the study of serious, violent, and chronic youth offending. *Youth Violence and Juvenile Justice*, 3(3), 235-252.
- Vilela, W. V. & Lago, T. (2007). Conquistas e desafios no atendimento das mulheres que sofreram violência sexual. *Cadernos de Saúde Pública*, 23(2), 471-475.
- Vitacco, M. J., Neumann, C. S., & Jackson, R. L. (2005). Testing a four-factor model of psychopathy and its association with ethnicity, gender, intelligence, and violence. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 73(3), 466-476. doi:10.1037/0022-006X.73.3.466
- Walters, G. D., Knight, R. A., & Thornton, D. (2009). The Latent Structure of Sexual Violence Risk: A Taxometric Analysis of Widely Used Sex Offender Actuarial Risk Measures. *Criminal Justice and Behavior*, 36 (3), 290-306.
- Weaver, C. M., Meyer, R. G., Van Nort, J. J., & Tristan, L. (2006). Two-, Three-, and Four-Factor PCL-R Models in Applied Sex Offender Risk Assessments. *Assessment*, 13 (2), 208-216.
- Williamson, S., Hare, R. D., & Wong, S. (1987). Violence: Criminal psychopaths and their victims. *Canadian Journal of Behavioural Science*, 19, 454-462.
- Yates, M. P. (2009). Is sexual offender denial related to sex offence risk and recidivism? A review and treatment implications. *Psychology, Crime & Law*, 15, 183-199.
- Young, M. H., Justice, J. V., & Edberg, P. (2010). Sexual Offenders in Prison Psychiatric Treatment: A Biopsychosocial Description. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 54 (1), 92-112.

ARTIGO II

Psicopatia e Vitimização em Autores de Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes

Julia Nunes de Souza Teixeira

Ana Cristina Resende

Resumo: O objetivo do presente estudo foi investigar traços de psicopatia em autores de violência sexual (AVS) contra crianças e adolescentes, assim como sua relação com as vivências de vitimização ao longo da vida. Participaram do estudo 30 reeducandos cumprindo pena em regime fechado por crimes sexuais contra crianças e adolescentes, que foram divididos em dois grupos: G1, composto pelos AVS considerados psicopatas ($PCL-R \geq 30$); e G2, composto pelos AVS considerados não psicopatas ($PCL-R < 30$). Os resultados apontaram diferenças significativas entre os grupos com relação à reincidência, fuga e rebelião, mostrando que os AVS psicopatas são mais indisciplinados e têm mais chances de reincidir criminalmente do que os não psicopatas. Além disso, há indícios de que participantes do G1 sofreram mais vitimizações durante a vida do que os demais do G2.

Palavras-chave: Psicopatia, PCL-R, Autor de Violência Sexual, Vitimização.

ARTICLE II

Psychopathy and Victimization in Sex Offender Against Children and Adolescents

Julia Nunes de Souza Teixeira

Ana Cristina Resende

Abstract: The objective of the present study was to investigate the traits of psychopathy in sex offender against children and adolescents, as well as their relationship with life experiences of victimization. The study consisted of 30 re-educators serving a closed sentence for sexual crimes against children and adolescents, which were divided into two groups: G1, composed of ASV considered psychopathic ($PCL-R \geq 30$); and G2, composed of ASV considered non-psychopathic ($PCL-R < 30$). The results showed significant differences between the groups in relation to recidivism, escape and rebellion, showing that psychopathic ASV are more undisciplined and are more likely to recidivate criminally than non-psychopaths. In addition, there are indications that G1 participants have suffered more victimization during life than the others.

Key words: Psychopathy, PCL-R, Sex Offender, Victimization.

INTRODUÇÃO

O tema central deste estudo é a psicopatia e vitimização em autores de violência sexual (AVS). De acordo com a literatura, a maior parte dos crimes violentos são cometidos por pessoas com psicopatia. A psicopatia é considerada um transtorno de personalidade de difícil remissão. Pessoas que cometem crime e apresentam esse transtorno podem ser diferenciadas dos demais criminosos por seus padrões característicos de sintomas interpessoais, afetivos e comportamentais. Considerando os sintomas interpessoais, os psicopatas se destacam por serem egocêntricos, manipuladores, dominadores e por estabelecerem vínculos mais superficiais e instáveis. Em relação aos sintomas afetivos, os psicopatas revelam superficialidade, frieza, falta de empatia, falta de remorso ou culpa e falta de ansiedade. No que diz respeito aos sintomas comportamentais, os psicopatas são impulsivos e irresponsáveis, ávidos de sensações, violando regras sociais e mais predispostos a fazer uso de substâncias psicoativas (Hare 2006; Hare & Neumann, 2006; Hill, Habermann, Klusmann, Berner & Briken 2008; Morana, 2003; van Ghesel Grothe, Waldorp, Watts, Edens, Skeem & Noordhof, 2017). Além disso, suas vítimas normalmente são pessoas estranhas, que não fazem parte de sua convivência diária (Yesuron, 2015).

A vida criminosa dessas pessoas tem início precoce, geralmente na adolescência. No sistema prisional, são os mais indisciplinados, apresentando respostas não satisfatórias nos programas de reabilitação e os mais elevados índices de reincidência criminal (Balsis, Busch, Wilfong, Newman & Edens, 2017; Gacono, Meloy & Bridges 2008). Os psicopatas representam, em média, 1% da população geral e em 15% a 20% da população carcerária. Quando se trata de AVS, essa porcentagem pode ser ligeiramente maior (Hare, 2003; Hauck Filho, Teixeira & Dias, 2012; Hare, Hart & Harpur, 1991; Hemphill, Hare & Wong, 1998).

Por meio de uma revisão sistemática da literatura, Serafim et al. (2009) apontam que mais da metade dos criminosos sexuais que foram condenados e acabaram de cumprir pena voltam para a penitenciária em menos de um ano. Em dois anos, esse percentual sobe para 77,9%. A taxa de reincidência entre os AVS varia entre 18% e 45%. Hill, Habermann, Klusmann, Berner e Briken (2008) reiteram que quanto mais violento foi o crime cometido, maior é a chance de que o criminoso volte a repeti-lo.

Uma operacionalização do construto psicopatia, ou um diagnóstico desse transtorno, pode ser realizada por meio do *Psychopathy Checklist-Revised* (PCL-R; Hare, 2003). Os resultados do PCL-R têm sido amplamente aceitos como uma ferramenta válida para corroborar várias decisões forenses. O instrumento tem se mostrado relevante para a tomada de

decisões legais em diferentes países, especialmente nos Estados Unidos, quando é necessário considerar a capacidade de resposta a tratamentos psicoterapêuticos, a probabilidade de reincidência de crimes comuns, reincidência de comportamentos violentos e reincidência de abuso sexual (D'Silva, Duggan & McCarthy, 2004; Mokros, Vohs & Habermeyer, 2014; Singh, Grann & Fazel, 2011; Hawes, Boccaccini & Murrie, 2013; Van Ghesel, 2017). Esse instrumento tem sido usado principalmente em contextos de alto risco, tais como determinações de liberdade condicional, pena de morte e a capacidade de um AVS assumir um compromisso civil ou ter uma progressão de pena (Blais, 2015; DeMatteo, Edens, Galloway, Cox, Smith, Koller, et al., 2014, Guy, Kusaj, Packer e Douglas, 2015).

Considerando o autor de violência sexual, neste estudo, o termo AVS é utilizado para se referir à pessoa do sexo masculino que cometeu qualquer tipo de agressão sexual. Os AVS compõem um grupo heterogêneo, provenientes de *backgrounds* diferentes, com uma significativa variedade no tipo e no modo como cometem seus crimes (Huss, 2011; Soares, Silva, Matos, Araújo, Silva & Lago, 2016).

No Brasil, o perfil mais comum do AVS contra crianças e adolescentes é um agressor homem, com idade entre 30 e 40 anos, em sua maioria de etnia parda, com ensino fundamental incompleto, solteiros e trabalhadores braçais. Frequentemente, respondem criminalmente apenas a processos sexuais, não possuem histórico de reincidência criminal, são próximos de suas vítimas (pai, padrasto, tio ou vizinhos, por exemplo), têm preferência por vítimas crianças e adolescentes e geralmente escolhem como local do abuso a residência da vítima ou a sua própria (Martins & Jorge, 2010; Santos, Costa, Amaral, Nascimento Sobrinho, Musse & Costa, 2015; Serafim, Saffi, Rigonatti, Casoy & Barros, 2009; Soares, Silva, Matos, Araújo, Silva & Lago, 2016).

A literatura científica tem apontado uma série de características de personalidade encontradas nos AVS, independentemente de qualquer subclassificação. Entre elas destacam-se a imaturidade geral, instabilidade afetiva e emocional, agressividade mediante à frustração, hostilidade com relação ao outro, autoestima rebaixada, insegurança e carência afetiva. Além disso, os AVS podem possuir um forte componente sádico em sua personalidade, com grande potencial hostil e sentimento de insegurança com relação à sua masculinidade (Martins & Jorge, 2010; Santos et al., 2015; Serafim et al., 2009; Soares et al., 2016). Costa & Mello (2012) acrescentam que os AVS muitas vezes possuem condutas comportamentais semelhantes à personalidade antissocial.

De acordo com o perfil de personalidade, alguns autores têm classificado os AVS de crianças e adolescentes em quatro categorias: pedófilos, psicóticos ou com retardo mental,

AVS situacional e psicopatas ou antissociais. A pedofilia é um comportamento anormal que envolve fantasias recorrentes, intensas, sexualmente excitantes, impulsos sexuais ou comportamentos envolvendo atividade sexual com uma criança ou pré-púberes. Os AVS pedófilos podem ser abusadores ou molestadores. Os abusadores geralmente são mais sutis e discretos, tendem a ser indivíduos imaturos e com poucas habilidades sociais. Comumente, envolvem-se com material pornográfico infantil. Os molestadores têm um padrão de comportamento mais invasivo e agressivo. São inteligentes e agem de forma premeditada. Sabem que estão agindo fora da lei, porém intelectualizam seu comportamento, convencendo-se de que não estão cometendo nenhum crime e que seu comportamento é socialmente aceitável (Huss, 2011; Sharma, 2003; Serafim et al, 2009; Misaka, 2014).

Com relação aos AVS psicóticos ou com retardo mental, são indivíduos que estão impossibilitados de perceber que existe uma diferença entre o que é certo e o que é errado com relação à sua prática sexual. Não são capazes de perceber o caráter delituoso dos atos sexuais que praticam e, no geral, não manifestam um comportamento agressivo para com a vítima (Serafim et al., 2009; Lu, Freeman & Sandler, 2015).

Os AVS situacionais tendem a ser os mais oportunistas e impulsivos, avaliam as características gerais da vítima e usam como critérios de escolha a disponibilidade da vítima e a oportunidade apresentada. Podem ser pessoas que foram expostas a situações de estresse extremo. Geralmente, são pessoas que possuem poder absoluto sobre a vítima e têm dificuldade no controle dos impulsos (Serafim et al, 2009; Holmes, 2002)

Os AVS psicopatas e antissociais são insensíveis na afetividade, têm uma diminuição considerável da capacidade empática, seus comportamentos são impulsivos, são ávidos por sensações, comumente se envolvem com criminalidade e abuso de substâncias psicoativas e suas condutas sexuais evidenciam crueldade. Experimentam prazer com o sofrimento da vítima, e essa é reduzida a um mero objeto de degradação e rejeição (Gacono, Meloy & Bridges 2008; Hare 2006; Hill et al. 2008; Morana, 2003; Krstic, Neumann, Robertson, Kninght & Hare, 2017). No que diz respeito ao diagnóstico de AVS como psicopatas por meio do PCL-R, Riquelme, Pérez e Muñoz (2004) fizeram um estudo com 60 AVS condenados pelos seus crimes. Aqueles AVS considerados psicopatas apresentavam maior probabilidade de reincidir criminalmente e tendiam a reincidir com maior frequência. Os resultados apontaram que esses AVS possuíam mais características interpessoais e emocionais que são próprias da psicopatia e tiveram pontuações significativamente maior no PCL-R do que indivíduos condenados por outros tipos de crimes.

Os estudos de Gonçalves e Vieira (2005) e de Valverde (2005) corroboram a investigação de Riquelme et al. (2004). Os autores concluíram que há uma relação positiva entre risco de violência sexual e a psicopatia, ou seja, AVS psicopatas apresentavam maior probabilidade de reincidência no crime sexual, bem como cometem, significativamente, mais crimes violentos do que os não psicopatas. No estudo de Valverde (2005), os resultados apontaram que 35% dos AVS eram psicopatas ($PCL-R \geq 30$).

Langton, Barbaree, Harkins e Peacock (2006) examinaram a relação entre a reincidência criminal de AVS e os resultados de tratamento cognitivo-comportamental. Um total de 25,4% da amostra foi condenada por um novo crime grave em um período médio de 5,1 anos. Um total de 11,1% da amostra foi condenada mais de uma vez por um novo crime sexual no tempo médio de 5,5 anos. Houve correlação positiva entre altas pontuações do PCL-R e abandono do tratamento, mostrando que os AVS com mais traços de psicopatia abandonam mais facilmente o tratamento.

Hawes, Boccaccini e Murrie (2013), por meio de uma revisão da literatura, buscaram fornecer um quadro mais detalhado da relação entre os escores do PCL-R e reincidência de crimes sexuais. Os resultados revelam que o Fator 2 do PCL-R (Transtorno de Personalidade Antissocial - TPA) foi mais útil para prever a reincidência criminal, especialmente em AVS violentos. Contrariamente, um estudo realizado por Oliver e Wong (2009), com 156 AVS com média de idade de 32,8 anos, participantes de um programa de tratamento para criminosos sexuais no Centro Regional de Psiquiatria Clearwater, no Canadá, apesar de apontar que 28,8% da amostra preenchiam os critérios para psicopatia ($PCL-R \geq 25$), não mostrou correlação significativa entre reincidência para os AVS e psicopatia.

O estudo realizado por Krstic et al. (2017), utilizando o PCL-R de quatro fatores, teve como objetivo examinar traços psicopáticos em uma amostra de 958 AVS. Os fatores que avaliam a área afetiva e o comportamento antissocial foram preditores de crimes sexuais violentos. Os resultados mostraram que os AVS com maior número de traços de psicopatia prototípica (pontuação alta nos quatro fatores da escala e $PCL-R$ total ≥ 30) cometeram crimes sexuais mais violentos do que os demais AVS.

No âmbito da Psicologia e do Direito, a vitimização é caracterizada pela vivência de alguma situação de violência, ou danos causados à pessoa por ações de outrem, que violou as normas sociais e deixou algum tipo de sequela. Uma vitimização pode desencadear estados psicológicos que vão aumentar o risco de ocorrência de diferentes vitimizações no futuro. Assim sendo, além dos problemas que foram gerados pela atual vitimização, a vítima torna-se ainda mais suscetível a situações de vitimizações futuras com o mesmo tipo de

violência, o que seria a revitimização, e/ou com outros tipos, o que seria a polivitimização ou vitimização múltipla (Finkelhor, Ormrod & Turner, 2007).

No Canadá, estudos (Greenberg et al. 2005; Stirpe e Stermac, 2003) apontam que os AVS contra crianças mostraram os maiores índices de vitimização sexual na infância ou antes dos 16 anos, e eram provenientes de famílias mais problemáticas do que os criminosos violentos e os criminosos não-violentos pesquisados. Os dados indicaram também que a maior parte dos AVS reportaram maior incidência de violência física na infância (maus-tratos), assim como dificuldades no ambiente familiar que era agressivo e desorganizado, sendo que um terço de um dos estudos reportou ainda ter sido expulso de casa pelos pais antes dos 16 anos de idade (Stirpe & Stermac, 2003). Um estudo realizado na França, Bélgica e Suíça, por Abbiati et al. (2014), corroborou as investigações anteriores que afirmam que os AVS, comumente, foram vítimas de violência física, psicológica ou sexual. O estudo apontou ainda que a vitimização por violência sexual foi mais frequente entre os AVS contra crianças e adolescentes, e que o pai, na maior parte, era o autor da punição.

Assim, considerando a questão da vitimização de AVS, pesquisas realizadas em diferentes países apontam que experiências de vida anteriores e circunstâncias da vida atual, como, por exemplo, crescer com violência doméstica e exposição ao abuso sexual, juntamente com uma vida familiar conturbada e vivências de violência extrafamiliar, tinham um grande potencial de suscitar o comportamento criminoso e de abuso sexual no futuro por parte desses indivíduos (Abbiati et al, 2014; Blackman & Dring; 2016; Ferguson, Ogloff & Thomson, 2009; Greenberg et al.; 2005; Mendes & França, 2012; Prentky, Knight & Lee, 2008; Stirpe & Stermac, 2003).

Desse modo, tomando como base o que foi exposto, o presente estudo teve como objetivo geral avaliar diferenças criminais e de vivências de vitimização entre participantes considerados psicopatas e não-psicopatas em uma amostra de autores de violência sexual contra crianças e adolescentes. Os objetivos específicos foram: descrever o perfil dos AVS considerados psicopata (G1) e não psicopata (G2); verificar se existe diferenças entre os grupos (G1 e G2) quanto a prevalência de traços psicopáticos por meio dos Fatores do PCL-R (F1, traços mais típicos de psicopatia, e F2, traços típicos de personalidade antissocial); avaliar a diferença entre esses dois grupos (G1 e G2) com relação às variáveis sociodemográficas (idade, escolaridade, estado marital, raça, filhos, número de filhos e profissão) e do perfil criminal (número de processos, número de processos por violência sexual, tipo de crime, número de vítimas, sexo das vítimas, proximidade com a vítima e local do crime); analisar os tipos de vitimizações sofridas ao longo da vida pelos participantes.

MÉTODO

Delineamento do estudo

Trata-se de um estudo descritivo, comparativo, de campo, que busca conhecer e interpretar a realidade estudada, fazendo uso de métodos padronizados e observação naturalista para coleta de dados.

Participantes

Os participantes foram provenientes de uma população de 1.504 reeducandos, do sexo masculino, de uma penitenciária do estado de Goiás, que foram condenados e respondiam pelos mais variados tipos de crimes no ano de 2015. Desses reeducandos, 13,3% (N= 200) respondiam processos por crimes sexuais. Entre os criminosos sexuais (N= 200), 68% (N= 136) eram AVS contra crianças e adolescentes. Participaram do presente estudo 30 reeducandos AVS contra crianças e adolescentes, ou seja, 22% de todos os condenados que cumpriam pena por crimes de natureza sexual contra crianças e adolescentes em regime fechado, em uma penitenciária do estado de Goiás. Eles foram selecionados aleatoriamente e as idades variaram de 18 a 60 anos. Os critérios de inclusão dos participantes da pesquisa foram: 1) reeducandos do sexo masculino condenados por crimes sexuais; 2) cumprindo pena em regime fechado; 2) ter vitimado crianças e/ou adolescentes. Os critérios de exclusão dos participantes foram: 1) reeducandos que não forneceram informações suficientes durante a entrevista; 2) reeducandos cujos prontuários do cartório não ofertassem os dados necessários e relevantes à pesquisa.

Durante a pesquisa, 34 reeducandos foram convidados a participar, mas quatro deles foram excluídos pelo critério de exclusão número 1 (todos se recusaram a dar continuidade às entrevistas). Os 30 participantes foram divididos em dois grupos de estudo: o Grupo 1 (G1) e o Grupo 2 (G2). O G1 foi constituído por dez AVS com maior número de traços de psicopatia, ou seja, com pontuação maior ou igual a 30 no PCL-R que, de acordo com Edberg (2010), DeMatteo et al. (2014) e Krstic et al. (2017), indicam traços suficientes para terem o diagnóstico de psicopatia neste instrumento. O G2 foi constituído pelos demais 20 AVS que tiveram pontuações menores do que 30 no PCL-R.

Instrumentos

Psychopathy Checklist-Revised (PCL-R): também conhecida como escala Hare, foi desenvolvida e validada por Rorbert Hare (Hare, 1991 e 2003) nos Estados Unidos para avaliar a

psicopatia em populações forenses masculinas. No Brasil, foi validada por Morana (2004), que apresentou também pontos de cortes para a população brasileira. É composto por três partes: um roteiro de entrevista semiestruturada; outro roteiro para investigação de dados objetivos e de informações adicionais; uma escala de pontuação de 20 itens que deve ser preenchida pelo próprio examinador que realizou a entrevista. O tempo médio de preenchimento da escala pode variar entre duas horas e 30 minutos e três horas.

A primeira parte, o roteiro de entrevista, objetiva orientar as pontuações dos itens da escala e permitir o examinador observar o estilo de relacionamento interpessoal do examinando. Esse roteiro abrange os seguintes aspectos: ajustamento escolar; histórico profissional, carreira, metas futuras e finanças; saúde, vida familiar e sexual e relacionamentos; uso de drogas, comportamentos antissociais na infância, adolescência e vida adulta; informações gerais, tais como sentimento de culpa ou arrependimento, maior alegria e maior tristeza. A segunda parte, o roteiro de informações objetivas, é um *script* de registro de informações adicionais sobre o examinando. Essas informações adicionais podem ser levantadas a partir do processo criminal, de entrevistas com familiares e outros profissionais, ou outros documentos do participante. No caso do presente estudo, esse segundo roteiro foi preenchido somente com informações provenientes do processo criminal.

A terceira parte, a escala de 20 itens, qualifica-os em uma escala numérica ordinal de três pontos (0, 1 ou 2), de acordo com o grau em que cada comportamento do examinando condiz com a descrição do item. Na padronização brasileira, o ponto de corte para homens que cometeram crimes e possuem maior probabilidade de reincidência criminal foi fixado em 23 pontos entre os 40 possíveis na escala. As faixas de pontuação do PCL-R da população forense estudada correspondem a: Sem Transtorno (0 a 12 pontos); Transtorno Parcial (13 a 22 pontos); e Transtorno Global (23 a 40 pontos). Contudo, neste estudo, foi utilizado o ponto de corte de 30 pontos para os participantes que compuseram o G1, que foi o ponto de corte estabelecido por Hare (1991) ao desenvolver a escala, para identificar indivíduos com maior número de traços de psicopatia. Esse ponto de corte também foi utilizado por Young, Justice e Edberg (2010), DeMatteo, Edens, Galloway, Cox, Smith, Koller e Bersoff (2014); Krstic, Neumann, Robertson, Kninght e Hare (2017) para discriminar os participantes que preenchiem critérios para serem considerados psicopatas (≥ 30 pontos).

Os demais participantes, com pontuação abaixo de 30, constituíram o G2. Esse ponto de corte é maior do que o utilizado por Morana (2004) na amostra brasileira. A autora não tinha o interesse na identificação do transtorno, uma vez que no Brasil não há leis diferen-

ciadas para pessoas que cometem crimes e possuem o diagnóstico de psicopatia. Sua preocupação ao estabelecer um ponto de corte estava em identificar criminosos com maior ou menor potencial de reincidência criminal.

A escala é dividida em dois Fatores. O Fator 1, com oito itens, relacionados à traços mais frequentes em pessoas com psicopatia, tais como loquacidade e charme superficial, superestima, mentira patológica, vigarice e manipulação, ausência de remorso ou culpa, insensibilidade afetivo-emocional, indiferença e falta de empatia e incapacidade de aceitar responsabilidade pelos próprios atos. E o Fator 2, com nove itens, geralmente mais frequente em pessoas com transtorno de personalidade antissocial (TPA), tais como necessidade de estimulação e tendência ao tédio, estilo de vida parasitário, descontroles comportamentais, transtorno de conduta na infância, ausência de metas realistas e de longo prazo, impulsividade, irresponsabilidade, delinquência juvenil e revogação da liberdade condicional. Além desses dois fatores, há três itens na escala que não se enquadraram estatisticamente em nenhum dos fatores, porém são usados para derivar um escore total no PCL-R. Esses itens avaliam: a promiscuidade sexual e a existência de muitas relações conjugais de curta duração, sempre com intenção de obter vantagens sobre os outros, e versatilidade criminal mesmo que tenha uma atividade criminosa mais frequente.

Os índices de confiabilidade interavaliadores por itens do PCL-R, na validação de Morana (2004), foi calculado por meio do ICC (*intraclass correlation coefficient*). O ICC para a amostra de prisioneiros foi de 0,91 e para a amostra de pacientes forenses foi de 0,93. A confiabilidade do teste-reteste (r) das pontuações do escore total do PCL-R foi de 0,94. O instrumento não será apresentado nos anexos porque está protegido por direitos autorais.

Juvenile Victimization Questionnaire (JVQ): este instrumento foi utilizado para o levantamento das vitimizações sofridas pelos participantes. Trata-se de um questionário de autorrelato, adaptado para uso em adultos, composto por 39 itens breves e fechados, elaborados para reunir informações sobre uma ampla gama de vitimizações que abrangem cinco áreas gerais de preocupação: crime convencional (oito itens); maus tratos (quatro itens); vitimização por pares e irmãos (cinco itens); vitimização sexual (sete itens); vitimização indireta ou testemunho (nove itens); vitimização virtual (seis itens) (Finkelhor, Hamby, Ormrod & Turner, 2005). Nesse estudo, o instrumento foi baseado no JVQ traduzido e adaptado para o português por Faria e Zanini (2011).

Cada uma dessas cinco áreas de preocupação é considerada um módulo/crivo do JVQ. O primeiro crivo corresponde aos crimes convencionais, tais como roubo, assalto, vandalismo, agressão com ou sem arma de fogo, sequestro e preconceito. O segundo crivo engloba os maus-tratos, abuso emocional, negligência e corresponde às vitimizações que têm como agressor pessoas da família e cuidadores. O terceiro crivo trata das vitimizações por pares, que são as agressões efetuadas por pessoas de idade semelhante ou irmãos, tais como bullying, ataques aos genitais sem cunho sexual e violência por namorado (a). O quarto crivo trata das vitimizações sexuais, que englobam agressão sexual por adulto, por pares e assédio sexual. O quinto crivo trata da vitimização indireta, que se refere a testemunhar violência sofrida por outras pessoas, tais como testemunhar violência doméstica, assassinato, terrorismo ou motins e exposição a conflitos étnicos. O sexto item trata da vitimização virtual, que abrange a vitimização sofrida pelos meios eletrônicos de comunicação, tais como internet e celular. Todos os crivos apresentados foram avaliados ao longo da vida.

O questionário avalia as vitimizações sofridas tanto ao longo da vida, como no último ano. No presente estudo, foram utilizadas apenas as respostas ao longo da vida, uma vez que todos os reeducandos estavam presos há mais de um ano, e o objetivo era verificar se existia relação entre a vitimização sofrida e o crime cometido.

Procedimentos

Inicialmente, o projeto foi aprovado pela direção da Penitenciária Odenir Guimarães e submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da PUC-Go. Em seguida, foi feita a coleta de dados nos prontuários no cartório da penitenciária de AVS contra crianças e adolescentes, e 34 foram escolhidos aleatoriamente. Aqueles que aceitaram assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE e, logo em seguida, foi realizada a entrevista. O tempo para coletar os dados de cada participante foi de aproximadamente três horas e trinta minutos: uma hora e quinze minutos para levantar as informações no processo, duas para a entrevista do PCL-R e, aproximadamente, quinze minutos para o JVQ.

Posteriormente, os protocolos do PCL-R foram classificados aleatoriamente e corrigidos por dois juízes, para o cálculo da análise de concordância entre os avaliadores. Como valores de referência para os coeficientes de fidedignidade entre avaliadores, por meio do Kappa de Cohen ou do Coeficiente de Correlação Intraclass (ICC, foi utilizado, do inglês, *Intraclass Correlation Coefficient*) foram: entre 0,40 e 0,59 considerou-se os valores moderados, entre 0,60 e 0,74 bons e acima de 0,74 excelentes (Cicchetti, 1994; Hunsley & Mash, 2008; Shrout & Fleiss, 1979).

Para o cálculo da fidedignidade do PCL-R, no presente estudo, inicialmente foram considerados 30% dos protocolos (N=9) para o cálculo do Kappa e o resultado foi de 0,63, o que indica uma concordância moderada. Esse nível de concordância não foi tão alto como o índice que a autora obteve no estudo de fidedignidade inter-avaliadores. Contudo, foi semelhante ao encontrado na literatura, em que o ICC variou entre 0,31 a 0,60 (Boccaccini, Turner & Murrie, 2008; Murrie & Boccaccini, 2009; Miller, Kimonis, Otto, Kline & Wasserman, 2012). As discordâncias encontradas na correção desses nove testes foram solucionadas por meio de uma discussão entre os juízes a respeito da classificação mais apropriada.

Um novo estudo de fidedignidade foi realizado utilizando os outros 20 protocolos por meio do ICC. Dessa vez, os valores foram mais altos, variando entre 0,62 a 0,96. O ICC médio foi de 0,89 e a mediana 0,91. Esses novos resultados foram semelhantes àqueles alcançados nos estudos de Morana (2004), bem como nos estudos de Hare e Neumann (2006) e Olver e Wong (2015).

Outra análise de fidedignidade foi realizada por meio da consistência interna, medida por meio do coeficiente Alfa de Cronbach. Para o Fator 1 (traços de psicopatia), o coeficiente Alfa foi 0,79 e para o F2 (traços antissociais) foi 0,94. No geral, a consistência interna do total de pontuações com o PCL-R pode ser considerado aceitável para uma escala clínica, com índice de 0,93 para todos os itens. É interessante notar que valores alcançados foram próximos daqueles alcançados no estudo brasileiro do PCL-R realizado por Morana (2003).

Após as análises de fidedignidade do PCL-R, seguiu-se com os levantamentos de pontos alcançados nos dois instrumentos e as análises foram realizadas por meio de estatísticas descritivas e comparativas utilizando o *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS). As variáveis qualitativas foram apresentadas como frequência absoluta e relativa e as quantitativas como média e desvio-padrão (DP). Verificou-se a diferença estatística entre os grupos de participantes (G1 versus G2). Para as variáveis qualitativas, foi realizado o teste de qui-quadrado de Pearson para tendência ou exato de Fisher, e, para as quantitativas, o teste t de student para amostras independentes. Além disso, foram verificados os tamanhos dos efeitos entre os grupos e algumas variáveis, utilizando o d de Cohen para as variáveis quantitativas e o V de Cramer para as qualitativas. O tamanho do efeito será classificado como pequeno ($d = 0,20$ a $0,49$), médio ($d = 0,50$ a $0,79$) e grande ($d \geq 0,80$) com base nos valores de referência sugeridos por Cohen (1988). Para o V de Cramer, o efeito será classificado como pequeno ($v = 0,10$ a $0,20$), médio ($v = 0,21$ a $0,60$) e grande ($v = 0,61$ a $1,0$), usando como referência os valores sugeridos por Rea e Parker (1992).

Por fim, foi verificada a relação entre variáveis sociodemográficas, relacionadas ao perfil criminal e vitimizações mensurados pelo JVQ e as pontuações do PCL-R utilizando o coeficiente de correlação de Pearson. Em todas as análises, valores de $p < 0,05$ foram considerados estatisticamente significativos.

RESULTADOS

Perfil sociodemográfico

Considerando o perfil sociodemográfico dos participantes, observou-se que a idade variou entre 18 e 60 anos, com uma média de 33,5 anos (DP = 9,2). No que diz respeito à escolaridade, a maioria dos participantes (N = 19, 63,3%) possuía de cinco a oito anos de estudo. Quanto à raça/cor da pele, 43,3% (N= 13) dos participantes se autodeclararam brancos, seguidos de 30% (N= 9) de raça parda e 13,3% (N= 4) da raça negra. Com relação ao estado marital, 40% (N= 12) eram casados. Do total de participantes, 46,7% (N = 14) possuíam filhos, sendo a média de filhos de 2,9 (DP = 2,2; Mínimo: 1, Máximo: 9). A profissão predominante foi o trabalho braçal, especialmente da construção civil com 40,0% (N = 12), seguido de manutenção/serviços gerais com 16,7% (N= 5) dos participantes. A Tabela 1 dispõe com mais detalhes os dados sociodemográfico dos participantes.

Tabela 1. Características sociodemográficas dos Autores de Violência Sexual

| Variáveis | N = 30 | % |
|--|---------------|----------|
| Idade (anos), média (DP) | 33,5 (9,2) | |
| Escolaridade (anos) | | |
| ≤ 4 | 8 | 26,7 |
| 5-8 | 19 | 63,3 |
| > 8 | 3 | 10,0 |
| Estado marital | | |
| Com companheira* | 12 | 40,0 |
| Sem companheira** | 18 | 60,0 |
| Raça/cor da pele (autodeclarada)*** | | |
| Branca | 13 | 43,3 |
| Parda | 9 | 30 |
| Negra | 4 | 13,3 |
| Filhos | | |
| Não | 16 | 53,3 |
| Sim | 14 | 46,7 |
| Número de filhos (N = 14), média (DP) | 2,9 (2,2) | |
| Profissão | | |
| Trabalho braçal | 12 | 40,0 |
| Manutenção/serviços gerais | 5 | 16,7 |

| | | |
|---------------------|---|------|
| Vigilante/motorista | 4 | 13,3 |
| Autônomo | 3 | 10,0 |
| Trabalhador rural | 2 | 6,7 |
| Outro | 2 | 6,7 |
| Desempregado | 2 | 6,7 |

*Agrupado as categorias casado e união consensual;

**Agrupado as categorias solteiro e divorciado;

***Missing: 4

Perfil criminal

Quanto ao perfil criminal, foram levantados os seguintes aspectos: a idade das vítimas (se crianças ou adolescentes são vitimizadas), o número de vítimas, o sexo delas, a proximidade dos agressores, versatilidade criminal, local mais frequente em que o crime foi cometido e o número de processos respondidos (processos totais e por crimes sexuais).

No que se refere à idade das vítimas, a média foi de 10,0 anos (DP = 2,9; Mínimo: 5; Máximo: 15). Quanto ao número de vítimas, a média foi de 1,6 (DP = 1,1; Mínimo: 1; Máximo: 6). Com relação ao sexo da vítima, 86,7% (N = 26) eram do sexo feminino e 13,3% (N = 4) eram do sexo masculino.

Com relação à proximidade do agressor com a vítima, 66,7% (N= 20) dos participantes tinham algum tipo de proximidade (pai, padrasto ou tio), sendo que desses, 85% (n= 17) eram pais ou padrastos. Quanto ao local do crime, 50% (N = 15) dos abusos ocorreram na residência da vítima, e 26,7% (N = 8) ocorreram na residência do AVS.

Quanto aos processos criminais, 76,7% (N = 23) dos participantes respondiam a um processo e 23,3% (N = 7) entre 2 e 5 processos criminais. Com relação aos processos por crimes sexuais, 86,7% (N= 26) respondiam a um processo por violência sexual e 13,3% (N = 4) entre 2 e 5 processos dessa natureza. Quanto à versatilidade criminal, a maioria dos participantes (76,7%, N = 23) apresentou somente crimes sexuais. Com relação à reincidência, o dado não pôde ser mensurado estatisticamente devido à ausência de dados referentes a essa variável, tanto no processo, como na entrevista (para mais detalhes ver Tabela 2).

Tabela 2. Perfil criminal dos Autores de Violência Sexual

| Variáveis | N = 30 | % |
|---|---------------|------|
| Número de processos, média (DP) | 1,6 (DP= 1,1) | |
| 1 | 23 | 76,7 |
| 2-5 | 7 | 23,3 |
| Número de processos por violência sexual, média (DP) | 1,3 (DP= 0,8) | |
| 1 | 26 | 86,7 |
| 2-5 | 4 | 13,3 |
| Tipo de crime | | |
| Somente sexual | 23 | 76,7 |

| | | |
|---|----------------|------|
| Sexual e outro | 7 | 23,3 |
| Número de vítimas, média (DP) | 1,6 (DP= 1,1) | |
| Número de vítimas crianças, média (DP) | 1,0 (DP= 0,5) | |
| Número de vítimas adolescentes, média (DP) | 0,3 (DP= 0,6) | |
| Número de vítimas adultas, média (DP) | 0,3 (DP= 0,9) | |
| Idade das vítimas*, média (DP) | 10,0 (DP= 2,9) | |
| Sexo das vítimas* | | |
| Masculino | 4 | 13,3 |
| Feminino | 26 | 86,7 |
| Proximidade com a vítima* | | |
| Parentesco | 20 | 66,7 |
| Nenhum | 6 | 20,0 |
| Vizinho, amizade | 4 | 13,3 |
| Local do crime* | | |
| Residência da vítima | 15 | 50,0 |
| Residência do AVS | 8 | 26,7 |
| Terreno baldio ou matagal | 3 | 10,0 |
| Outro | 4 | 13,3 |

*Considerando a primeira vítima.

Os participantes foram divididos em dois grupos: o G1 formado pelos participantes com pontuação ≥ 30 no PCL-R (N = 10; 33,3%), considerados psicopatas, e o G2, constituído pelos participantes com pontuação < 30 (N = 20, 66,7%), considerados não psicopatas. Tomando por base os dados levantados por meio do PCL-R, os resultados serão descritos na seguinte ordem: as diferenças entre os grupos (G1 e G2) quanto a prevalência de traços psicopáticos por meio dos Fatores do PCL-R (F1 – traços mais frequentes na psicopatia; F2 traços mais frequentes no TPA) entre os grupos; as diferenças entre o G1 e G2 em relação à idade, (idade, escolaridade, estado marital, raça, filhos, número de filhos, profissão, número de processos, número de processos por violência sexual, tipo de crime, número de vítimas, sexo das vítimas, proximidade com a vítima e local do crime), e analisar os tipos de vitimizações sofridas ao longo da vida.

As diferenças entre os grupos quanto a prevalência de traços psicopáticos por meio dos Fatores do PCL-R

No que diz respeito à prevalência dos Fatores no PCL-R, 73,3% da amostra (N=22) tiveram pontuações mais elevadas no Fator 1 e 26,7% (N=8) apresentaram pontuações mais altas no Fator 2. Considerando os Fatores (F1 e F2) em cada Grupos (G1 e G2), observou-se que os participantes do G1 (considerados psicopatas) obtiveram frequências significativamente maiores tanto no F1 (traços de psicopatia) quanto no F2 (traços de TPA). O G2

também obteve índices mais elevados de F1 do que F2, mas consideravelmente menores quando comparados com o G1. A Tabela 3 apresenta a estatística descritiva e comparativa dos grupos (G1, G2 e GT) com relação à pontuação nos Fatores 1 e 2 e a pontuação total no PCL-R.

Tabela 3. Pontuação por fator e pontuação total no PCL-R para G1, G2 e GT.

| | | <i>M</i> | <i>DP</i> | Min | Max | <i>t</i> | <i>p</i> | <i>d</i> |
|---------|----|----------|-----------|------|------|----------|----------------|----------|
| Fator 1 | G1 | 14,3 | 1,6 | 11,0 | 16,0 | 2,45 | 0,021 | 1,052 |
| | G2 | 11,9 | 2,8 | 6,0 | 16,0 | | | |
| | GT | 12,7 | 2,7 | 6,0 | 16,0 | | | |
| Fator 2 | G1 | 14,5 | 2,6 | 11,3 | 18,0 | 5,26 | < 0,001 | 2,165 |
| | G2 | 7,7 | 3,6 | 1,3 | 12,9 | | | |
| | GT | 10,0 | 4,6 | 1,3 | 18,0 | | | |
| PCL-R | G1 | 33,7 | 4,2 | 30,0 | 40,0 | 5,95 | < 0,001 | 0,312 |
| | G2 | 22,6 | 2,1 | 11,1 | 29,0 | | | |
| | GT | 26,3 | 7,1 | 11,1 | 40,0 | | | |

G1: indivíduos com PCL-R ≥ 30 (N=10); G2: indivíduos com PCL-R < 30 (N=20); GT: total da amostra (N=30).

As diferenças entre os grupo em relação às variáveis sociodemográficas e do perfil criminal

A Tabela 4 apresenta a estatística descritiva e comparativa das variáveis quantitativas (idade ao ser preso, número de vítimas, processos, processos por violência sexual, reincidência, fuga, rebelião, pena em anos, vítima criança, vítima adolescente e vítima adulto) com relação ao grupo total (GT) e as diferenças entre os grupos. O G1 apresentou média de idade ($M=28,4$ $DP=7,6$) significativamente menor ($p = 0,029$) que o G2 ($M= 36,1$, $DP=9,2$). Contudo, o G1 apresentou médias significativamente maiores de número de vítimas ($p = 0,006$), fugas ($p = 0,009$), rebeliões ($p = 0,014$), tempo total de pena ($p = 0,001$), vítima adolescente e adultas ($p = 0,024$). O tamanho do efeito (*d* de Cohen) foi grande para essas variáveis, variando de 0,70 a 1,21.

Não houve diferenças significantes entre os grupos com relação à vítima criança ($p = 0,797$), em que o tamanho do efeito também foi muito pequeno (*d* de Cohen = -0,200).

Tabela 4. Diferenças entre grupos para variáveis do perfil criminal.

| | | <i>M</i> | <i>DP</i> | Min | Max | <i>t</i> | <i>p</i> | <i>d</i> |
|--------------------|----|----------|-----------|-----|-----|----------|--------------|----------|
| Idade ao ser preso | G1 | 28,4 | 7,6 | 18 | 44 | -2,3 | 0,029 | 0,918 |
| | G2 | 36,1 | 9,1 | 23 | 60 | | | |
| | GT | 33,5 | 9,2 | 18 | 60 | | | |
| Nº de vítimas | G1 | 2,3 | 1,6 | 1 | 6 | 2,98 | 0,006 | 0,943 |
| | | | | | | | | |

| | | | | | | | | |
|--------------------------------|----|------|------|-----|------|-------|--------------|-------|
| | G2 | 1,2 | 0,4 | 1 | 2 | | | |
| | GT | 1,6 | 1,1 | 1 | 6 | | | |
| Processos | G1 | 2,1 | 1,5 | 1 | 5 | 1,9 | 0,068 | 0,665 |
| | G2 | 1,3 | 0,8 | 1 | 4 | | | |
| | GT | 1,6 | 1,1 | 1 | 5 | | | |
| Processos por violência sexual | G1 | 1,6 | 1,3 | 1 | 5 | 1,6 | 0,121 | 0,529 |
| | G2 | 1,1 | 0,3 | 1 | 2 | | | |
| | GT | 1,3 | 0,8 | 1 | 5 | | | |
| Reincidência | G1 | 0,7 | 0,5 | 0 | 1 | 1,75 | 0,074 | 0,799 |
| | G2 | 0,3 | 0,5 | 0 | 1 | | | |
| | GT | 0,5 | 0,5 | 0 | 1 | | | |
| Fuga | G1 | 1,1 | 0,9 | 0 | 3 | 2,79 | 0,009 | 0,961 |
| | G2 | 0,4 | 0,5 | 0 | 1 | | | |
| | GT | 0,6 | 0,7 | 0 | 3 | | | |
| Rebelião | G1 | 0,5 | 0,5 | 0 | 1 | 2,63 | 0,014 | 0,97 |
| | G2 | 0,1 | 0,3 | 0 | 1 | | | |
| | GT | 0,2 | 0,4 | 0 | 1 | | | |
| Pena (anos) | G1 | 34,1 | 23,4 | 8,6 | 92 | 3,52 | 0,001 | 1,208 |
| | G2 | 14,2 | 7,1 | 6,5 | 37,6 | | | |
| | GT | 20,8 | 17,1 | 6,5 | 92 | | | |
| Vítimas crianças | G1 | 1 | 0,5 | 0 | 2 | -0,25 | 0,797 | -0,2 |
| | G2 | 1,1 | 0,5 | 0 | 2 | | | |
| | GT | 1 | 0,5 | 0 | 2 | | | |
| Vítimas adolescentes | G1 | 0,6 | 0,8 | 0 | 2 | 2,38 | 0,024 | 0,827 |
| | G2 | 0,1 | 0,3 | 0 | 1 | | | |
| | GT | 0,3 | 0,6 | 0 | 2 | | | |
| Vítimas adultos | G1 | 0,9 | 1,6 | 0 | 5 | 2,37 | 0,024 | 0,701 |
| | G2 | 0,1 | 0,2 | 0 | 5 | | | |
| | GT | 0,3 | 0,9 | 0 | 5 | | | |

G1: indivíduos com PCL-R ≥ 30 (N=10); G2: indivíduos com PCL-R < 30 (N=20); GT: total da amostra (N=30).

A Tabela 5 mostra a relação entre a idade com que os participantes de cada grupo (G1 e G2) e do grupo total (GT) foram presos e os Fatores (F1 e F2) e Escore total do PCL-R. Os resultados referentes ao Grupo Total indicaram uma correlação negativa significativa entre idade e o Fator 2 e o Escore total do PCL-R. Isso sugere que quanto mais jovem é o AVS contra crianças e adolescentes maior era a tendência ao descontrole comportamental, à ausência de metas realistas e à impulsividade, traços geralmente mais frequente em pessoas com transtorno de personalidade antissocial (TPA).

Tabela 5. Correlação entre idade ao ser preso e pontuação por Fator (1 e 2) e pontuação total do PCL-R.

| | Grupo G1 | | | Grupo G2 | | | Grupo Total (GT) | | |
|-------------|----------|-------|----|---------------|--------------|----|------------------|--------------|----|
| | R | A | N | r | α | N | r | α | N |
| Fator 1 | 0,249 | 0,488 | 10 | -0,060 | 0,801 | 20 | -0,170 | 0,370 | 30 |
| Fator 2 | -0,212 | 0,557 | 10 | 0,506* | 0,023 | 20 | 0,567** | 0,001 | 30 |
| PCL-R Total | -0,018 | 0,961 | 10 | -0,349 | 0,132 | 20 | -0,461* | 0,010 | 30 |

r – Coeficiente de correlação de Pearson; α – nível de significância bi-caudal; N – número de indivíduos com informações nesse item; **. A correlação é significativa no nível 0,01; *. A correlação é significativa no nível 0,05.

A Tabela 6 apresenta a estatística descritiva com relação ao GT e aos grupos (G1 e G2), bem como a estatística comparativa das variáveis categóricas (estado marital, escolaridade, raça/cor da pele, filhos, número de processos, número de processos por violência sexual, tipo de crime e proximidade com a vítima) entre os grupos.

Tabela 6. Diferenças entre os grupos para as variáveis categóricas dos dados sociodemográficos e do perfil criminal

| Variáveis | G1 (N = 10) | G2 (N = 20) | p** | V Cramer |
|---|-------------|-------------|--------------|----------|
| Estado marital | | | | |
| Sem companheira | 8 (80,0) | 10 (50,0) | 0,235 | 0,289 |
| Com companheira | 2 (20,0) | 10 (50,0) | | |
| Escolaridade (anos) | | | | |
| ≤ 4 | 3 (30,0) | 5 (25,0) | 0,957 | 0,054 |
| 5-8 | 6 (60,0) | 13 (65,0) | | |
| > 8 | 1 (10,0) | 2 (10,0) | | |
| Raça/cor da pele (autodeclarada) | | | | |
| Branca | 3 (37,5) | 10 (55,6) | 0,545 | 0,216 |
| Parda | 4 (50,0) | 5 (27,8) | | |
| Negra | 1 (12,5) | 3 (16,7) | | |
| Filhos | | | | |
| Não | 5 (50,0) | 11 (55,0) | 1,000 | 0,047 |
| Sim | 5 (50,0) | 9 (45,0) | | |
| Número de processos | | | | |
| 1 | 6 (60,0) | 17 (85,0) | 0,181 | 0,279 |
| 2-5 | 4 (40,0) | 3 (15,0) | | |
| Número de processos por violência sexual | | | | |
| 1 | 8 (80,0) | 18 (90,0) | 0,584 | 0,139 |
| 2-5 | 2 (20,0) | 2 (10,0) | | |
| Tipo de crime | | | | |
| Somente sexual | 5 (50,0) | 18 (90,0) | 0,026 | 0,446 |
| Sexual e outro | 5 (50,0) | 2 (10,0) | | |
| Proximidade com a vítima* | | | | |
| Parentesco | 3 (30,0) | 17 (85,0) | 0,006 | 0,585 |
| Nenhum | 2 (20,0) | 2 (10,0) | | |
| Amizade ou vizinhança | 5 (50,0) | 1 (5,0) | | |
| Sexo das vítimas* | | | | |

| | | | | |
|---------------------------|----------|-----------|--------------|-------|
| Masculino | 1 (10,0) | 3 (15,0) | 0,704 | 0,069 |
| Feminino | 9 (90,0) | 17 (85,0) | | |
| Local do crime* | | | | |
| Residência da vítima | 5 (50,0) | 10 (50,0) | 0,035 | 0,536 |
| Residência do AVS | - | 8 (40,0) | | |
| Terreno baldio ou matagal | 2 (20,0) | 1 (5,0) | | |
| Outro | 3 (30,0) | 1 (5,0) | | |

*Considerado a primeira vítima; **Qui-quadrado de Pearson para tendência ou exato de Fisher.

Como seria esperado, o G1 responde por uma maior variedade de crimes com relação ao G2 ($p < 0,05$), o G2 tem mais proximidade (parentesco) com a vítima do que o G1, e o G2 é mais propenso a escolher sua própria residência como local do abuso. O tamanho do efeito mensurado pelo V de Cramer mostrou os seguintes efeitos: associação relativamente forte entre os grupos e versatilidade criminal (V Cramer = 0,446), proximidade com a vítima (V Cramer = 0,585) e local do crime (V Cramer = 0,536).

Vitimizações sofridas ao longo da vida.

Sobre as vitimizações sofridas, considerando o grupo todo, a mais frequente foi a vitimização testemunhada e indireta, depois o crime convencional, os maus tratos, a vitimização por pares ou irmãos, a vitimização sexual e, por último, a vitimização virtual. Na vitimização testemunhada e indireta, todos os AVS (N=30, 100%) foram revitimizados nesse crivo, ou seja, sofreram dois ou mais tipos de vitimização testemunhada e indireta, as mais citadas foram: ver alguém ser atacado sem uso de objetos, ouvir tiros, bombas ou motins na rua e ver alguém ser atacado com uso de objetos.

No crivo de crime convencional, apenas um AVS relatou que não sofreu nenhum tipo de vitimização. Dez por cento (N=3) dos AVS relaram que sofreram um único tipo de vitimização nesse crivo, e 86,5% (N=26) dos AVS foram revitimizados. Nessa categoria de vitimização, as mais frequentemente citadas foram: ser atacado de propósito com objetos ou armas, ser roubado e ser atacado sem uso de objetos ou armas.

Com relação à vitimização sofrida no crivo de maus-tratos, 6,7% (N=2) dos participantes relataram que não sofreram nenhuma vitimização, 16,7% (N=5) relataram que sofreram esse tipo de violência uma vez e 76,6% (N=23) foram revitimizados. Os maus tratos mais comuns foram ter medo por ser xingado ou por ouvir palavras ofensivas, apanhar ou ser machucado fisicamente de alguma forma e um familiar evitar o contato da pessoa com um membro da família ou alguém importante para o examinando.

Na vitimização por pares ou irmãos, 6,7% (N=2) dos participantes declararam que não sofreram nenhuma vitimização, 16,7% (N=5) declararam que sofreram esse tipo de violência uma vez e 76,6% (N=23) foram revitimizados. Nesse crivo, as vitimizações mais frequentes foram: ser azucrinado ou perseguido para fazer algo que não queria fazer, ser atacado por um grupo ou gangue, apanhar de alguém.

No que tange à vitimização sexual, 20% (N=6) dos AVS declararam que nunca sofreram nenhum tipo de vitimização sexual, 33,3% (N=10) dos AVS declararam que sofreram esse tipo de violência uma vez e 46,7% (N=14) foram revitimizados nesse crivo. Esse tipo de vitimização normalmente ocorreu nas seguintes circunstâncias: ter as partes íntimas tocadas por um estranho ou tocar as partes íntimas de um estranho contra vontade e fazer coisas relacionadas a sexo com alguém de 18 anos ou mais. Porém, dentro desse crivo, no item referente a “fazer coisas relacionadas a sexo com alguém de 18 anos ou mais”, todos os participantes responderam afirmativamente em relação a esse item, o que nos permite levantar a hipótese de que essa resposta pode ter sofrido influência do tipo de crime pelo qual eles foram condenados, ou seja, como todos foram condenados por abuso sexual de criança e adolescentes, para eles isso pode significar algo positivo.

No crivo da vitimização virtual, 63,3% (N=19) dos AVS não sofreram esse tipo de vitimização, 20% (N=6) foram vitimizados uma vez e 16,7% (N=5) foram revitimizados. Os contextos mais citados foram: ser magoado por algo que foi dito pela internet ou celular, ser envergonhado ou sofrer por algo que foi publicado na internet a seu respeito e se sentir mal por ser avaliado publicamente pela internet.

Ao comparar os dois grupos, considerando a pontuação total no JVQ, o G1 relata significativamente mais experiência de vitimização do que o G2 ($p = 0,003$), particularmente em relação a maus tratos e à vitimização por pares e indireta ($p < 0,005$). O tamanho do efeito para todas essas experiências foi grande, variando entre 0,82 e 0,90 (ver Tabela 7)

Tabela 7. Comparação entre os grupos com relação às vitimizações sofridas no último anos, ao logo da vida e em cada crivo do JVQ

| | | <i>M</i> | <i>DP</i> | Min | Max | <i>t</i> | <i>p</i> | <i>d</i> |
|-------------------------------|----|----------|-----------|-----|------|----------|--------------|----------|
| Vitimização no último ano | G1 | 2,5 | 2,9 | 0 | 9,0 | -0,11 | 0,907 | -0,031 |
| | G2 | 2,6 | 3,4 | 0 | 10,0 | | | |
| | GT | 2,6 | 3,2 | 0 | 10,0 | | | |
| Vitimização ao longo da vida. | G1 | 21,9 | 5,5 | 15 | 31 | 3,21 | 0,003 | 1,274 |
| | G2 | 14,5 | 6,1 | 3 | 26 | | | |
| | GT | 17,0 | 6,8 | 3 | 31 | | | |
| Pré- pós. Convencional | G1 | 5,6 | 2,5 | 2 | 12,0 | 1,55 | 0,132 | 0,600 |
| | G2 | 4,1 | 2,5 | 0 | 9,0 | | | |

| | | | | | | | | |
|-------------|----|-----|-----|---|----|------|--------------|-------|
| | GT | 4,6 | 2,5 | 0 | 12 | | | |
| | G1 | 3,8 | 0,8 | 3 | 5 | | | |
| Maus Tratos | G2 | 2,7 | 1,6 | 0 | 5 | 2,01 | 0,050 | 0,869 |
| | GT | 3,1 | 1,5 | 0 | 5 | | | |
| | G1 | 3,6 | 1,6 | 1 | 6 | | | |
| Por Pares | G2 | 2,2 | 1,5 | 0 | 6 | 2,26 | 0,031 | 0,902 |
| | GT | 2,7 | 1,6 | 0 | 6 | | | |
| | G1 | 2,1 | 1,4 | 0 | 5 | | | |
| Sexual | G2 | 1,3 | 1,2 | 0 | 5 | 1,59 | 0,112 | 1,380 |
| | GT | 1,6 | 1,3 | 0 | 5 | | | |
| | G1 | 8,3 | 2,0 | 6 | 12 | | | |
| Indireto | G2 | 6,3 | 2,8 | 2 | 12 | 2,12 | 0,050 | 0,821 |
| | GT | 7,0 | 2,7 | 2 | 12 | | | |
| | G1 | 1,1 | 1,5 | 0 | 5 | | | |
| Virtual | G2 | 0,4 | 0,7 | 0 | 2 | 1,69 | 0,100 | 0,598 |
| | GT | 0,6 | 1,1 | 0 | 5 | | | |

G1: indivíduos com PCL-R ≥ 30 (N=10); G2: indivíduos com PCL-R < 30 (N=20); G1+G2: total da amostra (N=30).

DISCUSSÃO

Tomando como base os dados coletados e analisados, o perfil mais frequente de AVS contra crianças de adolescentes do sexo masculino foi: idade entre 30 e 40 anos, em sua maioria de raça/cor da pele parda, com ensino fundamental incompleto, solteiro e trabalhador braçal (predominantemente da construção civil). Esse AVS normalmente respondia criminalmente apenas a processos sexuais, sem histórico de reincidência criminal, possuía alguma proximidade com a vítima, geralmente eram pais ou padrastos e tinham preferência por vítimas crianças e adolescentes. Embora os AVS contra crianças e adolescentes compo- nam um grupo heterogêneo, provenientes de *backgrounds* diferentes, o perfil encontrado corroborou os dados encontrados na literatura científica sobre o tema (Huss, 2011; Martins & Jorge, 2010; Santos et al., 2015; Serafim et al. 2009; Soares et al., 2016). É importante destacar que quaisquer conclusões gerais sobre a associação entre psicopatia e dados socio- demográficos devem aguardar por resultados de estudos epidemiológicos em larga escala.

Os dados apontam que um terço dos AVS contra crianças e adolescentes (N = 10; 33,3%) preenchem os critérios para Transtorno Global de Personalidade, ou seja, poderiam ser diagnosticados com psicopatia (conforme o critério de pontuação maior ou igual a 30 no PCL-R). A incidência de psicopatia em AVS, encontrada neste estudo, é ligeiramente maior do aquela encontrada em um estudo realizado por Young, Justice e Edberg (2010), em que

a incidência foi de 28% dos AVS ($PCL-R \geq 30$). Essa porcentagem se aproxima das porcentagens descritas na literatura, onde encontramos que a psicopatia está presente em 15% a 20% da população carcerária no geral e se torna ligeiramente maior quando se trata de AVS (Hare, 2003; Hauck Filho, Teixeira & Dias, 2012; Hare, Hart & Harpur, 1991; Hemphill, Hare & Wong, 1998).

Podemos observar diferenças significativas entre os grupos, G1 (considerados psicopatas) e G2 (considerados não psicopatas), com relação a algumas variáveis coletadas por meio dos processos que estavam disponíveis no cartório do presídio. O grupo de participantes considerados psicopatas prejudicou um número significativamente maior de vítimas do que os participantes considerados não psicopatas. Além disso, há significativamente mais registros de fugas, rebeliões, versatilidade criminal, maior o número de processos de modo geral e de processos por crimes sexuais, o que, conseqüentemente, faz com que o tempo total de pena seja também significativamente maior no G1.

Considerando ainda o G1, foi interessante observar que esse grupo possuía significativamente mais traços de psicopatia (F1), corroborando a literatura científica sobre o tema (Olver & Wong, 2009; Young, Justice & Edberg; 2010; Olver & Wong, 2015; Krstic et al., 2017), como também significativamente mais traços de TPA (F2) e, conseqüentemente, uma pontuação maior no PCL-R. O presente estudo ratifica os achados de Krstic et al. (2017), em que os autores de violência sexual com características prototípicas de psicopatia evidenciaram pontuações maiores em todos os Fatores do PCL-R e mais quantidade de crimes sexuais.

Tais observações em relação ao G1 apontam que este grupo foi composto por indivíduos mais indisciplinados no sistema carcerário e com mais chances de reincidirem criminalmente (Balsis, Busch, Wilfong, Newman & Edens, 2017; Gacono, Meloy & Bridges, 2008). Além disso, a literatura aponta que essas pessoas apresentam respostas não satisfatórias nos programas de reabilitação (Gacono, Meloy & Bridges, 2008; Hare, 2006; Hill et al. 2008; Morana, 2003).

Quanto ao baixo índice de reincidência criminal observado nos dois grupos ($G1= 0,7$ e $G2= 0,3$), essa é uma questão muito delicada. Serafim et al. (2009) destaca que mais da metade dos criminosos que acabaram de cumprir pena voltam para a penitenciária com menos de um ano. Esse percentual sobe para 77,9% em dois anos. Assim, a taxa de reincidência varia de 18% a 45%. Porém, Prentky, Knight e Lee (2008) alertam sobre a pouca confiabilidade dessa informação, ressaltando que a reincidência criminal é altamente variável, o que exige cautela na hora de apresentar quaisquer conclusões sobre a reincidência de AVS. Além

disso, o típico agressor se engaja em vários comportamentos pervertidos e molesta uma média de 117 jovens, cuja maioria não presta queixa (Serafim et al., 2009), o que torna difícil mensurar esse dado. Embora os resultados alcançados por Langton et al. (2006), Olver e Wong (2006), Hawes, Boccaccini e Murrie (2013) apontem a disposição para maior reincidência criminal em examinando considerados psicopatas ($PCL-R \geq 30$), os dados encontrados no presente estudo não sugerem tal fato. Isso pode ter ocorrido pelo fato de não haver histórico de reincidência criminal nos processos coletados no cartório, o que não significa que os AVS participantes da pesquisa não tenham reincidido. Tais achados vão ao encontro dos resultados alcançados por Olver e Wong (2009), em que não houve um aumento significativo de reincidência para os AVS e psicopatia.

Os resultados não apontam diferenças significativas entre o G1 e G2 para vítima criança, ou seja, AVS com mais traços de psicopatia não abusam mais de crianças do que os AVS com menos traços. Por outro lado, os AVS psicopatas revelaram preferência por vítimas adolescentes e adultas, respaldando os resultados encontrados por Yesuron (2015), apontando que o AVS psicopata tem como vítima de seu crime sexual uma pessoa maior de idade, indicando um tipo de violência sexual com adultos, caracterizada pela intimidação e uso da força.

Os AVS do G1 eram significativamente mais novos que os AVS do G2. Tal achado assemelha-se ao achado do estudo realizado por Young, Justice e Edberg (2010), que apontou que AVS com mais traços de psicopatia ($PCL-R \geq 30$) são mais jovens que os AVS com menos traços. Embora a literatura trace o indivíduo psicopata como o indivíduo que inicia a vida criminoso muito cedo, esse dado não pôde ser observado neste estudo por conta da ausência de histórico criminal dos AVS na adolescência, uma vez que os processos dos AVS no cartório não remetem a nenhuma passagem dos AVS por programas socioeducativos, o que acabou dificultando o preenchimento desse item no PCL-R, e isso pode ter contribuído para a não pontuação dos AVS nesse tópico. Além disso, psicopatas tendem a ser menos impulsivos após os 40 ou 50 anos. Huss e Langhinrichsen-Rohling (2000) e Huss (2011) apontam que os psicopatas apresentam um decréscimo considerável em seu comportamento criminal após os 40 anos de idade.

É provável que o G2 seja composto por vários AVS situacionais, que são oportunistas e impulsivos, que avaliam as características gerais da vítima e usam como critérios de escolha a disponibilidade da vítima e a oportunidade apresentada. Não possuem nenhum transtorno psiquiátrico e podem ser pessoas que foram expostas a situações de estresse ex-

tremo. Geralmente, são pessoas que possuem poder absoluto sobre a vítima e têm dificuldade no controle dos impulsos (Serafim et al, 2009; Holmes, 2002). Outra possibilidade é que este G2 também seja composto por vários pedófilos molestadores, que têm um padrão de comportamento mais invasivo e agressivo. São inteligentes e agem de forma premeditada. Sabem que estão agindo fora da lei, porém intelectualizam seu comportamento, convencendo-se de que não estão cometendo nenhum crime e que seu comportamento é socialmente aceitável. É possível também que nesse grupo também tenha AVS com algum grau de retardo mental ou com traços psicóticos, que está impossibilitado de perceber que existe uma diferença entre o que é certo e o que é errado com relação à sua prática sexual.

No que tange à vitimização sofrida pelos AVS, fica evidente que todos eles já foram vítimas de algum tipo de violência ao longo da vida, sendo a vitimização testemunhada e indireta o tipo de vitimização mais frequente, onde todos os AVS declaram que sofreram (presenciaram) mais de uma vez esse tipo de violência. A vitimização no crivo de maus-tratos também foi muito frequente, onde 93,3% dos AVS foram vítimas desse tipo de violência. Embora o fato de terem sido vitimizados não justifique o crime cometido, a vitimização pode influenciar na prática de crimes. Ferguson e Thomson (2009) reforçam essa afirmação ao apontarem que maus-tratos na infância estão diretamente relacionados à prática de crimes na adolescência e na vida adulta. Blackman e Dring (2016) ratificam esses dados ao afirmarem que grande parte dos AVS sofreram algum tipo de negligência ou maus-tratos durante a infância.

Vale lembrar que como o JVQ é um instrumento de autorrelato, algumas respostas podem ter sido *faking (simulação)*. Os AVS podem ter dado respostas que os colocassem como vítimas, como pessoas que também sofreram violências ao longo da vida. Vitimização indireta e maus-tratos também foram mais frequentes no G1 (psicopata). De modo semelhante ao que pode ter ocorrido no grupo todo, esse dado pode ter sofrido simulação, onde os AVS com mais traços de psicopatia podem ter dado respostas que os colocassem como vítimas da sociedade. Porém, as associações empíricas feitas no presente estudo falseiam essas suspeitas.

Partindo para o crivo da vitimização sexual, 80% (N=24) dos AVS foram vítimas de um ou mais tipos de violência sexual. Tais dados reforçam a ideia de que a maioria dos AVS também foram vítimas desse tipo de crime. Pesquisas realizadas por Stirpe e Stermac (2003) e Greenberg et al. (2005) no Canadá e por Abbiati et al. (2014) na França, Bélgica e Suíça reforçam esses achados. Os resultados dessas três investigações apontaram que os AVS contra crianças mostram maior índice de vitimização sexual na infância. Greenberg et al. (2005)

e Abbiati et al (2014) acrescentam que os AVS também foram mais vitimizados física, e psicologicamente, o que também corrobora os resultados do presente estudo.

De modo geral, o presente estudo chegou a resultados que ainda não foram relatados em outros estudos. Nessa amostra específica de AVS contra crianças e adolescentes, um terço da amostra apresentou pontuações condizentes à personalidade psicopática. Embora alguns estudos apresentem porcentagens elevadas de 28%, considerando os examinando com a pontuação maior ou igual a 30 no PCL-R, indicando a presença de mais traços de psicopatia, o presente estudo apontou o resultado de 33,3%. Levando em consideração o alto risco de reincidência criminal de psicopatas, esse dado torna-se preocupante, uma vez que sugere que um terço dos AVS são propensos a vitimizar novas crianças e adolescentes.

Observou-se que, nessa amostra específica, a maior parte dos AVS (76,7%, 23 de um total de 30) cometeram crimes somente de natureza sexual, apontando que os AVS não costumam praticar outros tipos de crime. Porém, tais dados não podem ser generalizados, uma vez que pode variar de uma população à outra, pode sofrer influência cultural, entre outros aspectos.

Os dados também revelam que os AVS psicopatas relatam mais experiência de maus-tratos durante a vida, o que mostra uma associação positiva entre maus-tratos e psicopatia nessa amostra de AVS. Esse achado abre espaço para novos estudos que investiguem essa associação em outras populações/culturas.

Assim, considera-se que, de acordo com os dados coletado, os AVS psicopatas, além de serem mais indisciplinados no sistema prisional, apresentando maior número de fugas, rebeliões, maior versatilidade criminal e maior tempo total de pena, também foram mais vitimizados que os demais AVS sem com menos traços de psicopatia.

REFERÊNCIAS

- Abiatti, M. Mezzo, B.; Waeny-Desponds. J.; Minervini, J.; Mormont, C. & Gravier, B. (2014). Victimization in Childhood of Male Sex Offenders: Relationship between Violence Experienced and Subsequent Offenses through Discourse Analysis. *Victims and Offenders*, 9, 234–254.
- Balsis, S., Busch, A. J., Wilfong, K. M., Newman, J. W. & Edens. J. F. (2017): A Statistical Consideration Regarding the Threshold of the Psychopathy Checklist–Revised. *Journal of Personality Assessment*, 13, 1-9.
- Blackman, J. S. & Dring, K. (2016) *Sexual aggression against children: Pedophiles' and Abusers' Development, Dynamics, Treatability, and the Law*. Routledge, New York

- Blais, J. (2015). Preventative detention decisions: Reliance on expert assessments and evidence of partisan allegiance within the Canadian context. *Behavioral Sciences & the Law*, 33(1), 74–91. doi:10.1002/bsl.2155
- Blais, J., Forth, A. E., & Hare, R. D. (2017). Examining the interrater reliability of the Hare Psychopathy Checklist—Revised across a large sample of trained raters. *Psychological Assessment*, 29(6), 762.
- Costa, C. S. & Mello, M. F. (2012). Indicadores comportamentais de propensão ao homicídio em agressores sexuais. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, 61 (1), 33-38.
- DeMatteo, D., Edens, J. F., Galloway, M., Cox, J., Smith, S. T., Koller, J. P., & Bersoff, B. (2014). Investigating the role of the Psychopathy Check- list–Revised in United States case law. *Psychology, Public Policy, and Law*, 20(1), 96–107. doi:10.1037/a0035452
- D’Silva, K., Duggan, C., & McCarthy, L. (2004). Does treatment really make psychopaths worse? A review of the evidence. *Journal of Personality Disorders*, 18, 163–177. doi:10.1521/pedi.18.2.163.32775
- Ferguson, A. M.; Ogloff, J. R. P. & Thomson, L. (2009). Predicting Recidivism by Mentally Disordered Offenders Using the LSI-R:SV. *Criminal Justice and Behavior*, 30 (1), 5-20.
- Finkelhor, D., Hamby, S. L., Ormrod, R., & Turner, H. (2005). The juvenile victimization questionnaire: reliability, validity, and national norms. *Child Abuse & Neglect*, 29, 383-412.
- Finkelhor, D., Ormrod, R., & Turner, H. (2007). Re-victimization patterns in a national longitudinal sample of children and youth. *Child Abuse & Neglect*, 31, 479-502.
- Fleiss, J. L. (1981). Métodos estatísticos para taxas e proporções (2ª ed). New York: John Wiley.
- Gacono, V. B., Meloy, J. R. & Bridges, M. (2008). A Rorschach Understanding of Psychopaths, Sexual Homicide Perpetrators, and Nonviolent Pedophiles. In C. Gacono, B. Evans. *The Handbook of Forensic Rorschach Assessment*. New York, Routledge.
- Gonçalves, R. A. & Vieira, S. (2005). A Avaliação do estilo de vida criminal em ofensores sexuais. *Psicologia: Teoria, Investigação e Prática*, 1, 81-92.
- Greenberg, D. M.; Firestone, P.; Nunes, K. L.; Bradford, J. M.; Curry, S. (2005). Biological fathers and stepfathers who molest their daughters: psychological, phallometric, and criminal features. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 17 (1), 39-46.
- Guy, L. S., Kusaj, C., Packer, I. K., & Douglas, K. S. (2015). Influence of the HCR-20, LS/CMI, and PCL–R on decisions about parole suitability among lifers. *Law and Human Behavior*, 39, 232–243. doi:10.1037/ lhb0000111

- Hare, R. D. (1991). *The Hare Psychopathy Checklist-Revised (PCL-R)*. Toronto, Ontario: Multi-Health Systems.
- Hare, R. D. (2003). *Hare Psychopathy Checklist-Revised technical manual* (2nd ed.). Toronto, ON, Canada: Multi-Health Systems.
- Hare, R. D. (2006). Psychopathy: a clinical and forensic overview. *Psychiatric Clinic of North American*, 29(3), 709-724.
- Hare, R. D. & Neumann, C. S. (2006). *The PCL-R assessment of Psychopathy: Development, structural properties and new directions*. In C. Patrick (Ed.), *Handbook of Psychopathy* (pp. 58-90). New York: Guilford.
- Hawes, S. W., Boccaccini, M. T., & Murrie, D. C. (2013). Psychopathy and the combination of psychopathy and sexual deviance as predictors of sexual recidivism: Meta-analytic findings using the Psychopathy Checklist-Revised. *Psychological Assessment*, 25, 233–243. doi:10.1037/a0030391
- Hill, A.; Habermann, N; Klusmann, D.; Berner, W. & Briken, P. (2008). Criminal Recidivism in Sexual Homicide Perpetrators. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 52 (1), 5-20.
- Huss, M. T., & Langhinrichsen-Rohling, J. (2000). Identification of the psychopathic batterer: The clinical, legal, and policy implications. *Aggression and Violent Behavior*, 5, 403–422.
- Huss, M. T. (2011). *Psicologia Forense: Pesquisa, Prática Clínica e Aplicações*. Porto Alegre: Artmed.
- Krstic, S.; Neumann, C. S.; Roy, S.; Robertson, C.A.; Knight, R. A. & Hare, R. D. (2017). Using Latent Variable- and Person-Centered Approaches to Examine the Role of Psychopathic Traits in Sex Offenders. *Personality Disorders*. DOI: 10.1037/per0000249.
- Langton, C. M.; Barbaree, H. E.; Harkins, L. & Peacock, E. J. (2006). Sex Offenders' Response to Treatment and its Association with Recidivism as a Function of Psychopathy. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 18 (1), 99-120.
- Lu, Y.; Freeman, N. J. & Sandler, J. C. (2015). Predictors of the sex offender civil commitment trial outcomes in New York State. *Law and Human Behavior*, 39(5), 514-524.
- Martins, C. B. G., & Jorge, M. H. P. M. (2010). Abuso Sexual na Infância e Adolescência: Perfil das Vítimas e Agressores em Município do Sul do Brasil. *Texto Contexto Enfermagem*, 19 (2), 246-255.
- Mendes, A. P. N. & França, C. P. (2012). Contribuições de Sándor Ferenczi para a Compreensão dos Efeitos Psíquicos da Violência Sexual. *Psicologia em Estudo*, 17 (1), 121-130.

- Misaka, M. Y. (2014). Violência sexual infantil intrafamiliar: não há apenas uma vítima. *Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas (UNIFAFIBE)*, 2(2), 237-277.
- Mokros, A., Vohs, K., & Habermeyer, E. (2014). Psychopathy and violent reoffending in German-speaking countries. *European Journal of Psychological Assessment*, 30, 117–129. doi:10.1028/1015-5759
- Morana, H. C. P. (2003). *Identificação do ponto de corte para a escala PCL-R (Psychopathy Checklist Revised) em população forense brasileira: caracterização de dois subtipos de personalidade; transtorno global e parcial*. Tese de Doutorado Não-Publicada. Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.
- Morana, H. (2004). *Escala Hare PCL-R: critérios para pontuação de psicopatia revisados*. Versão brasileira. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Olver, M. E., & Wong, S. C. P. (2009). Therapeutic Responses of Psychopathic Sexual Offenders: Treatment Attrition, Therapeutic Change, and Long-Term Recidivism. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 77 (2), 328-336.
- Olver, M. E., & Wong, S. C. P. (2015). Short- and long-term recidivism prediction of the PCL-R and the effects of age: A 24-year follow-up. *Personality Disorders: Theory, Research, and Treatment*, 6(1), 97-105.
- Prentky, R. A.; Knight, R. A. & Lee, A. F. S. (2008). Child Sexual Molestation. In C. R. Bartol & A. M. Bartol. *Current Perspectives in Forensic Psychology and Criminal Behavior*. (pp. 123-134) ed. 2. Los Angeles: Sage.
- Resende, A. C.; & Garcia-Santos, S. C. (2008). A Polêmica do uso dos Testes Psicológicos. Em M. N. Strey e D. C. Tatim (Orgs.), *Sobre ETs e Dinossauros: Construindo Ensaio Temáticos*, pp. 142-162. Passo Fundo: UPF Editora.
- Riquelme, C. A.; Pérez, N. & Muñoz, C. G. (2004). *Adaptación de la Escala de Calificación de la Psicopatía Revisada (PCL-R) de Robert Hare en población reclusa del Centro de Detención Preventiva de San Miguel*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Facultad de Ciencias Sociales, Universidade do Chile.
- Rocha, M. C. O.; Formiga, N. S. & Lopes, E. J. (2014). Esquemas de personalidade mais prevalentes em indivíduos que praticaram crimes. *Psicologia Revista*, 23(2), 197-217.
- Santos, C. A.; Costa, M. C. O.; Amaral, M. T. R.; Nascimento Sobrinho, C. L.; Musse, J. O. & Costa, A. M. (2015). Agressor Sexual de Crianças e Adolescentes: Análise de Situações Relacionadas à Violação e Vítimas. *Adolescência e Saúde*, 12 (3), 7-20.
- Serafim, A. D. P., Saffi, F., Rigonatti, S. P., Casoy, I., & Barros, D. M. D. (2009). Perfil psicológico e comportamental de agressores sexuais de crianças. *Revista de Psiquiatria Clínica*, 36(3), 101-111.

- Sharma, B. R. (2003). Disorders of sexual preference and medicolegal issues thereof. *American Journal of Forensic Medicine Pathology*, 24(3), 277-282.
- Singh, J. P., Grann, M., & Fazel, S. (2011). A comparative study of violence risk assessment tools: A systematic review and metaregression analysis of 68 studies involving 25,980 participants. *Clinical Psychology Review*, 31, 499–513. doi:10.1016/j.cpr.2010.11.009
- Soares, E. M. R.; Silva, N. L.; Matos, M. A. S.; Araújo, E. T. H.; Silva, L. R. & Lago, E. C. (2016). Perfil da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes. *Revista Interdisciplinar*, 9 (1), 87-96.
- Stirpe, T. S. & Stermac, L. E. (2003). An exploration of childhood victimization and family of origin characteristics of sexual offenders against children. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 47 (5), 542-555.
- Valverde, C. S. (2005). Psicopatía y violación: un estudio con ofensores sexuales costarricenses. *Medicina Legal de Costa Rica*, 22 (1), 1-11.
- Yesuron, M. R. (2015). Perfil psicopatológico de delincuentes sexuales. *Anuario de Investigaciones de la Facultad de Psicología*, 2 (1), 192-203.
- Young, M. H., Justice, J. V., & Edberg, P. (2010). Sexual Offenders in Prison Psychiatric Treatment: A Biopsychosocial Description. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 54 (1), 92-112.

CONSIDERAÇÕES FINAIS DA DISSERTAÇÃO

A presente dissertação de Mestrado foi desenvolvida com o intuito de apresentar dados científicos do PCL-R usado em AVS a partir de uma revisão da literatura sobre o tema e de dados coletados por meio de processos e entrevistas com essa população forense específica em uma penitenciária do estado de Goiás.

O estudo de revisão bibliográfica recolheu dados na literatura científica, predominantemente internacional, que indicam validade e confiabilidade do uso do PCL-R na população específica de autores de violências sexual (AVS) (Boccaccini, Turner & Murrie, 2008; Miller, Kimonis, Otto, Kline & Wasserman, 2012; Murrie & Boccaccini, 2009; Murrie e Boccaccini, 2012; Rettenberger et. al., 2010; Walters, Knight & Thornton, 2009; Weaver et al., 2006;). Observou-se que no Brasil tem-se estudado pouco esse instrumento, apenas três estudos foram encontrados nas bases de dados pesquisadas, mas não fizeram parte do material analisado porque não compreenderam um grupo de participantes que fosse composto somente por AVS.

O PCL-R foi desenvolvido para avaliar a psicopatia em populações forenses masculinas e tem se mostrado muito eficaz para a avaliação de tal construto. Foi validado para uso no Brasil, porém com um ponto de corte menor que o original, sendo usado no país apenas para avaliar o risco de reincidência criminal da população carcerária. Embora tenha parecer favorável do conselho federal de psicologia, o PCL-R, como foi observado tanto no campo de coleta de dados, quando por meio da literatura publicada, ainda é pouco usado no sistema penitenciário brasileiro.

Uma hipótese para esse uso limitado do PCL-R é que, para administrar a escala, o profissional precisa estar registrado nas entidades regionais que regulamentam e fiscalizam as avaliações e diagnósticos de distúrbios mentais (tais como o CRP), ter experiência com população forense, limitar o uso da escala às populações para as quais ela é plenamente validada, fazer treinamento adequado e ter experiência no uso do PCL-R. Tais exigências podem diminuir o interesse do profissional psicólogo pela escala. Além dos requisitos supracitados, o fato de a população carcerária ser uma população de difícil acesso - não apenas pelo rigoroso processo enfrentando para entrar na penitenciária, como também para conseguir autorização para ter acesso a essa população - e o ambiente penitenciário ser extremamente hostil, podem ser fatores atenuantes na diminuição do interesse por parte do profissional de psicologia.

Outra hipótese é a “resistência” por parte de alguns profissionais contra a utilidade prática do PCL-R por acreditarem que é mais um instrumento que rotula e estigmatiza o indivíduo e, desta maneira, ele seria objeto de segregação tanto nas prisões quanto na sociedade. Entende-se aqui que os testes não devem ser bodes expiatórios para os problemas sociais, nem para os objetivos da sociedade de aumentar as oportunidades para os grupos minoritários. A busca por uma sociedade mais justa tem colocado os instrumentos psicológicos no centro das controvérsias e lhes conferido uma distorcida reputação. Quem pode rotular, estigmatizar ou discriminar são os profissionais que redigem os resultados dos instrumentos por meio de relatórios psicológicos descontextualizados da realidade social e das questões idiossincráticas do examinando. Neste caso, o despreparo para o uso desse instrumento psicológico pode ser a questão principal. Confundir o despreparo profissional com a desqualificação dos instrumentos é, no mínimo, uma atitude preconceituosa em relação a determinadas áreas de produção do conhecimento dentro da psicologia, um processo claramente ideológico de exclusão de um tipo de conhecimento que ainda é privativo do psicólogo (Resende & Garcia-Santos, 2008; Rovinski, 2006).

No estudo empírico, que buscou avaliar diferenças criminais entre psicopatas e não-psicopatas em uma amostra de AVS contra crianças e adolescentes, foi possível verificar que boa parte dos AVS (33,3%; N = 10) preenchiam os critérios para psicopatia levando em consideração o ponto de corte (≥ 30 ponto no PCL-R) sugerido por Hare (1991), Young, Justice e Edberg (2010), DeMatteo, Edens, Galloway, Cox, Smith, Koller e Bersoff (2014); Krstic, Neumann, Robertson, Kninght e Hare (2017), mostrando que esses AVS apresentavam mais comportamentos socialmente indesejáveis que os demais. De modo semelhante ao encontrado no presente estudo, os AVS também se apresentaram como mais indisciplinados no sistema prisional, com maior número de fugas e rebeliões, maior versatilidade criminal, maior número de processos aos quais respondiam e maior tempo total de pena em anos.

Esse estudo avaliou ainda as vitimizações que esses AVS sofreram ao longo da vida. Os dados evidenciaram que todos os AVS que participaram da pesquisa já sofreram algum tipo de vitimização ao longo da vida. Entre as vitimizações sofridas, a mais frequente foi crime convencional, em que 100% da amostra foi vitimizada, seguida de vitimização indireta e maus tratos. Considerando a vitimização sexual, observou-se que não foi esse o principal tipo de vitimização sofrida pelos AVS contra crianças e adolescentes, embora 80% da amostra tenha relatado que vivenciado um ou mais situações de abuso sexual.

Com relação às vitimizações sofridas pelos AVS, vale destacar que o JVQ, por ser um instrumento de autorrelato, pode ser passível de manipulação por parte do entrevistado. Porém, nesse estudo, as associações empíricas falseiam essa suspeita, expondo que o JVQ, nessa população específica de AVS, é válido para avaliar as vitimizações sofridas. Para estudar melhor essa questão da manipulação e falseamento das respostas no JVQ, novas pesquisas tornam-se importantes e necessárias.

Foi possível apontar duas limitações em relação ao presente estudo empírico. Uma delas foi em relação ao cálculo da confiabilidade entre juízes, em que os juízes foram treinados pela mesma supervisora e pertenciam ao mesmo grupo de pesquisa. O ideal seria utilizar avaliadores de grupos distintos e com mentores também diferentes. A outra limitação foi em relação ao número de participantes restrito (N= 30). Apesar disso, os resultados podem ser considerados consistentes, uma vez que se assemelham com os dados encontrados na literatura científica, especialmente no que diz respeito aos seguintes aspectos: ao aumento da porcentagem de participantes com pontuações equivalentes à psicopatia, que tende a ser alta em AVS; às diferenças significativas entre os Grupos (G1 e G2) com relação às variáveis do perfil criminal, em que o G1 (psicopatas) apresentou índices mais elevados de fuga e rebeliões, como também maior versatilidade criminal e um tempo total de pena maior; às vitimizações sofridas pelos AVS ao longo da vida, principalmente no crivo maus-tratos.

Neste estudo, o PCL-R orientou na investigação de todos os itens relacionados à vida do participante da pesquisa, e não apenas à situação atual em que o reeducando se encontrava ou pelo crime que estava respondendo, até porque, não se pode correlacionar um perfil de personalidade com a natureza do crime praticado (Rocha, Formiga & Lopes, 2014).

Os dois estudos apresentados nesta dissertação apontam para a importância de continuar os estudos científicos usando o PCL-R, principalmente quando se trata de AVS, uma vez que ainda existem algumas lacunas e controvérsias nos estudos com AVS. Estudar a fidedignidade entre juízes para o PCL-R em amostras de AVS é um ponto crucial, uma vez que os estudos apontam um alto índice de discordância entre juízes com relação à pontuação no PCL-R. Os dados indicam que esse instrumento traz informações úteis e confiáveis. Um estudo de normatização da escala para uso com AVS ou com qualquer outra população carcerária específica poderia ajudar no aprofundamento da compreensão dos diferentes perfis ou predisposições para cometer crimes. Apesar de a escala ter sido desenvolvida para uso com população forense masculina, em outros países já foram realizados estudos com população forense feminina, o que abre espaço para estudos com essa população no Brasil.

A prática com o teste indicou que o PCL-R não é um teste psicológico que estigmatiza as pessoas para o diagnóstico de psicopatia. O seu uso na pesquisa propiciou maior compreensão das dimensões estruturais do construto que se apresenta no contexto forense, bem como enxergar, por meio do PCL-R, uma forma de promover a saúde mental e atuar de modo ético e comprometido por meio da ciência. Ao final, entende-se como importante o fato de poder contribuir para a identificação de pessoas que merecem uma atenção diferenciada no sistema prisional, bem como auxiliar para a diminuição da reincidência criminal.

Referências

- Boccaccini, M. T., Turner, D. B., & Murrie, D. C. (2008). Do Some Evaluators Report Consistently Higher or Lower PCL-R Scores Than Others? Findings From a Statewide Sample of Sexually Violent Predator Evaluations. *Psychology, Public Policy, and Law*, 14 (4), 262-283.
- DeMatteo, D., Edens, J. F., Galloway, M., Cox, J., Smith, S. T., Koller, J. P., & Bersoff, B. (2014). Investigating the role of the Psychopathy Checklist-Revised in United States case law. *Psychology, Public Policy, and Law*, 20(1), 96-107. doi:10.1037/a0035452
- Hare, R. D. (1991). *The Hare Psychopathy Checklist-Revised (PCL-R)*. Toronto, Ontario: Multi-Health Systems.
- Krstic, S.; Neumann, C. S.; Roy, S.; Robertson, C.A.; Knight, R. A. & Hare, R. D. (2017). Using Latent Variable- and Person-Centered Approaches to Examine the Role of Psychopathic Traits in Sex Offenders. *Personality Disorders*. DOI: 10.1037/per0000249.
- Miller, C. S., Kimonis, E. R., Otto, R. K., Kline, S. M & Wasserman, A. L. (2012). Reliability of Risk Assessment Measures Used in Sexually Violent Predator Proceedings. *Psychological Assessment*, 24 (4), 944-953.
- Murrie, D. C., Boccaccini, M. T., Turner, D. B., Meeks, M. & Woods, C. (2009). Rater (Dis)agreement on Risk Assessment Measures in Sexually Violent Predator Proceedings. *Psychology, Public Policy, and Law*, 15 (1), 19-53.
- Murrie, D. C., Boccaccini, M. T., Caperton, J., & Rufino, K. (2012). Field Validity of the Psychopathy Checklist-Revised in Sex Offender Risk Assessment. *Psychological Assessment*, 24 (2), 524-529.
- Resende, A. C.; & Garcia-Santos, S. C. (2008). A Polêmica do uso dos Testes Psicológicos. Em M. N. Strey e D. C. Tatim (Orgs.), *Sobre ETs e Dinossauros: Construindo Ensaio Temáticos*, pp. 142-162. Passo Fundo: UPF Editora.

- Rettenberger, M., Matthes, A., Boer, D. P., & Eher, R. (2010). Prospective Actuarial Risk Assessment: A Comparison of Five Risk Assessment Instruments in Different Sexual Offender Subtypes. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 54 (2), 169-186.
- Rocha, M. C. O.; Formiga, N. S. & Lopes, E. J. (2014). Esquemas de personalidade mais prevalentes em indivíduos que praticaram crimes. *Psicologia Revista*, 23(2), 197-217.
- Rovinski, S. L. R. (2008). *A avaliação psicológica no contexto jurídico*. Porto Alegre.
- Walters, G. D., Knight, R. A., & Thornton, D. (2009). The Latent Structure of Sexual Violence Risk: A Taxometric Analysis of Widely Used Sex Offender Actuarial Risk Measures. *Criminal Justice and Behavior*, 36 (3), 290-306.
- Weaver, C. M., Meyer, R. G., Van Nort, J. J., & Tristan, L. (2006). Two-, Three-, and Four-Factor PCL-R Models in Applied Sex Offender Risk Assessments. *Assessment*, 13 (2), 208-216.
- Young, M. H., Justice, J. V., & Edberg, P. (2010). Sexual Offenders in Prison Psychiatric Treatment: A Biopsychosocial Description. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 54 (1), 92-112.



**PUC
GOIÁS**

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRO-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

Av. Universitária, 1969 • Setor Universitário
Caixa Postal 86 • CEP 74605-010
Goiânia • Goiás • Brasil
Fone: (62) 3946.1070 • Fax: (62) 3946.1070
www.pucgoias.edu.br • prope@pucgoias.edu.br

Registro CEP 1841/2011

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins que o Projeto, **Características de Personalidade de Autores de Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes Por Meio do Rorschach e da Escala Hare PCL/R**, coordenado pelo (a) pesquisador (a) **Ana Cristina Resende**. Foi cadastrado no Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (CEP-SGC/PUC Goiás) sob o **CAAE 0110.0.168.168-11**, em 08/7/2011 e **aprovado** em 05/10/2011.

- CEP-SGC/PUC Goiás pode, a qualquer momento, fazer escolha aleatória de estudo em desenvolvimento para avaliação e verificação do cumprimento das normas da Resolução 196/96 (Manual Operacional Para Comitês de Ética em Pesquisa – item 13).
- Informamos que é obrigatória a entrega do relatório de acompanhamento da pesquisa, conforme a categoria de pesquisa realizada, em cumprimento da Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde.
- Modelo do relatório de acompanhamento da pesquisa se encontra no site do Comitê de Ética <http://www.pucgoias.edu.br/cep> - modelos documentos.

Categorias de pesquisa

TCC: Final da pesquisa
Especialização: Final da pesquisa
Mestrado: Relatório anual e final
Doutorado: Relatório anual e final
Outros: Relatório anual e final

Rodrigues
Prof. Dr. José Rodrigues do Carmo Filho
Coordenador do CEP-SGC/PUC Goiás

Goiânia, 05 de Outubro de 2011.



PONTIFÍCA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PÓS

Av. Usterópolis, 1388 - Setor Universitário
Caixa Postal 86 - CEP 14095-070
Goiânia - Goiás - Brasil
Fone: (51) 3942.1878 - Fax: (51) 3942.1879
www.pucgoias.edu.br - prope@pucgoias.edu.br

Ilmo Sr.

Márcio Tadeu Brito Firmino
Gerente de Educação
Sistema de Execução Penal do Estado de Goiás

Gostaria de solicitar autorização para dar continuidade à coleta de dados do Projeto de Pesquisa Características de Personalidade de Autores de Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes por meio do Rorschach e Escala Hare PCL/R na Penitenciária Odenir Guimarães (POG). O presente projeto foi aprovado pelo anterior Coordenador Geral da CIPEPE/SUSEPE/SSP, Sr. Joseleno Borges Sales (Anexo), assim como pelo Comitê de Ética em Pesquisa da PUC Goiás (CEP). A coleta de dados foi suspensa no início de 2013 porque a Pesquisadora Responsável pelo projeto, Profa. Dra. Ana Cristina Resende (CRP 09/2119), esteve de licença até maio de 2015 para a realização do seu pós-doutorado, em regime de dedicação exclusiva, com bolsa pela FAPESP, na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).

Para viabilizar o término da pesquisa supracitada, os pesquisadores necessitam realizar um levantamento no cartório da POG, com o objetivo de identificar os possíveis participantes reeducandos e, posteriormente, contatá-los para submetê-los aos instrumentos psicológicos: Escala Hare (Psychopathy Checklist-Revised - PCL-R), JVQ (Juvenile Victimization Questionnaire) e do Rorschach R-PAS (Rorschach Performance Assessment System).

Contamos também com sua prestigiosa atenção para que possamos utilizar salas, determinadas pela gerência desta Unidade Prisional visando a coleta de dados.

Os pesquisadores responsáveis pela coleta, são todos Psicólogos(as), mestrandos ou doutorandos do Programa de Pós Graduação Stricto Senso da PUC Goiás, sob a orientação da Profa. Dr. Ana Cristina Resende. No momento, estão discriminados dois pesquisadores, mas em 2016 outros dois deverão compor a equipe: Omar Pinto Pereira Jr (CRP 09/ 8470) e Julia Nunes de Souza Santos (CRP 18/2084)

Pede e aguarda deferimento,

Atenciosamente,

Ana Cristina Resende
Ana Cristina Resende

Goiânia, 09 de novembro de 2015

Ana Cristina Resende
Profa. PUC Goiás
CRP 09/2119-8



PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DO PARTICIPANTE

I- ESCLARECIMENTOS

Este é um convite para você participar de uma pesquisa, com pessoas cumprindo pena na penitenciária, que é coordenada pela Dra. Ana Cristina Resende. Sua participação é voluntária, o que significa que você poderá desistir a qualquer momento, retirando o seu consentimento, sem que isso lhe traga nenhum prejuízo, penalidade ou constrangimento.

Caso decida aceitar o convite, você deverá participar de uma entrevista, com duração de mais ou menos 1 hora e 30 minutos, e ser submetido a um teste psicológico que geralmente é realizado em aproximadamente 1 hora e 30 minutos.

Os riscos envolvidos na sua participação são: sentir-se incomodado ao ser solicitado a fornecer algumas informações a seu respeito. Caso você sinta qualquer tipo de incômodo com sua participação, você será acolhido pelo serviço de atendimentos psicológico na própria Penitenciária Odenir Guimaraes – POG. Além disso o(a) pesquisador(a) estará disponível para orientá-lo e dar maiores esclarecimentos sempre que você desejar. De qualquer forma, você receberá o ressarcimento de todos os gastos que tiver ao participar da pesquisa, bem como será indenizado e terá direito à assistência integral e imediata, de forma gratuita, pelo tempo que for necessário, em caso de danos decorrentes desta pesquisa.

Em relação aos benefícios envolvidos na pesquisa, caso tenha interesse, você terá uma devolução verbal de seus resultados, além de estar contribuindo para uma melhor compreensão dos aspectos psicológicos de pessoas que estão cumprindo pena de reclusão, como também estará colaborando com o levantamento de informações que podem gerar intervenções psicológicas, aconselhamentos, orientações e encaminhamentos mais adequados para pessoas que se encontram em situações semelhantes à sua, além de fornecer informações que podem ser usadas para se desenvolver medidas mais eficientes de reinserção de pessoas em conflito com a lei no meio social. Todas as informações obtidas serão sigilosas e seu nome não será identificado em nenhum momento. Os dados serão guardados em local seguro e a divulgação dos resultados será feita de forma a não identificar os voluntários.

Você terá uma cópia deste Termo em seu prontuário no cartório do presídio e toda a dúvida que você tiver a respeito desta pesquisa você poderá perguntar diretamente para a coordenadora da pesquisa **Dra. Ana Cristina Resende** pelo telefone (62) 3946-1097.

Dúvidas a respeito da ética dessa pesquisa poderão ser questionadas ao Comitê de Ética em Pesquisa da PUC Goiás, onde também poderá apresentar reclamações em relação a este estudo pelo telefone (62) 3946-1512.

Somos gratos pela sua compreensão e colaboração com esta pesquisa.

II- CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____, RG nº _____ CPF nº _____, abaixo assinado, declaro que compreendi os objetivos desta pesquisa,

como ela será realizada, os riscos e benefícios envolvidos e concordo em participar voluntariamente da pesquisa **coordenada pela Profa. Dra. Ana Cristina Resende** como sujeito. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Goiânia, ____ de _____ de 2016

Nome do sujeito: _____

Assinatura do sujeito: _____

| |
|---------------------------------|
| Assinatura Datiloscópica |
|---------------------------------|

Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e aceite do sujeito em participar

Testemunhas (não ligada à equipe de pesquisadores):

Nome: _____ Assinatura: _____

Nome: _____ Assinatura: _____

Assinatura e CRP da pesquisadora

JUVENILE VICTIMIZATION QUESTIONNAIRE (JVQ)

Prezado (a) participante, neste instrumento cada item terá duas respostas, uma referente ao acontecimento **no último ano** e a outra se o fato ocorreu **alguma vez em sua vida**. Assim, após a leitura de cada frase marque um **X** em *Sim* ou *Não* de cada uma das duas colunas. Você não precisa se identificar e todas as informações serão trabalhadas em conjunto, garantindo o anonimato.

| | | No último ano | | Alguma vez em sua vida | |
|----|---|---------------|-----|------------------------|-----|
| | | SIM | NÃO | SIM | NÃO |
| 1 | Alguém fez uso da força para tomar alguma coisa que você estava carregando ou usando? | | | | |
| 2 | Alguém roubou algo de você? Coisas como uma mochila, dinheiro, relógio, roupas, bicicletas, som, ou qualquer outra coisa? | | | | |
| 3 | Alguém quebrou ou estragou qualquer uma das suas coisas de propósito? | | | | |
| 4 | Alguém bateu ou atacou você de propósito com algum objeto ou arma? Em algum lugar como: () Casa; () Escola; () Jogando; () Em um carro; () Na rua; () Em uma loja; () Em qualquer outro lugar? | | | | |
| 5 | Alguém bateu ou atacou você sem uso de algum objeto ou arma? | | | | |
| 6 | Alguém tentou atacar você, mas por alguma razão, isso não aconteceu? Por que alguém te ajudou ou você fugiu? | | | | |
| 7 | Alguém tentou sequestrar você? | | | | |
| 8 | Você foi agredido por causa da cor da sua pele, religião, ou por causa do lugar de onde sua família vem, ou por algum tipo de problema físico ou por sua opção sexual? | | | | |
| 9 | Alguém te bateu ou te machucou fisicamente de alguma forma? | | | | |
| 10 | Você teve medo ou se sentiu muito mal porque alguém te xingou ou te chamou de outros nomes ou disse coisas ofensivas para você ou disseram que não queriam você? | | | | |
| 11 | Você sofreu algum tipo de negligência? | | | | |
| 12 | Alguns familiares tentou evitar que você tivesse contato com alguma outra pessoa da sua família que fosse importante pra você? | | | | |
| 13 | Alguns grupos ou gangues bateu ou atacou você? | | | | |
| 14 | Alguém, até mesmo um irmão ou irmã, te bateu? Em que lugar? () Casa; () Escola; () Jogando; () Em uma loja; () Em qualquer outro lugar? | | | | |
| 15 | Alguém tentou machucar suas partes íntimas de propósito, te batendo ou te chutando? Quem? () Adulto; () Adolescente; () Criança | | | | |
| 16 | Alguém, até mesmo seu irmão ou irmã, azucrinou você te perseguindo ou agarrando seu cabelo ou suas roupas para que você fizesse algo que você não queria fazer? | | | | |
| 17 | Você se sentiu assustado ou muito mal porque algum familiar lhe chamou de determinados nomes, disseram coisas ruins para você, ou disseram que não queriam você por perto? | | | | |
| 18 | Um namorado ou namorada, ou qualquer pessoa que você paquerou bateu em você? | | | | |
| 19 | Alguém que você conhece tocou você nas partes íntimas sem que você quisesse, ou o forçou a fazer sexo? | | | | |
| 20 | Alguém que você não conhece tocou suas partes íntimas sem que você quisesse, ou fez você tocar nas partes íntimas dele ou forçou você a ter relações sexuais sem que você quisesse? | | | | |
| 21 | Alguma outra pessoa fez você fazer coisas relacionadas a sexo? | | | | |
| 22 | Alguém tentou forçar você para fazer sexo? De qualquer tipo (oral, anal, com ou sem penetração), mesmo que não tenha acontecido, mas alguém tentou? | | | | |
| 23 | Alguém fez você olhar para as partes íntimas dele (a) usando de força ou surpresa, ou por mostrar rapidamente a você? | | | | |

| | | | | | |
|----|---|--|--|--|--|
| 24 | Alguém feriu seus sentimentos, dizendo ou escrevendo algo relacionado a sexo sobre você ou seu corpo? | | | | |
| 25 | Você fez coisas relacionadas a sexo com alguém de 18 anos ou mais, mesmo sendo coisas que vocês dois queriam? | | | | |
| 26 | Você viu algum de seus pais ou familiares serem agredidos um pelo outro, ou por namorado ou namorada? | | | | |
| 27 | Você viu seus pais baterem, dar pontapé, ou machucar fisicamente seus irmãos ou irmãs menores? | | | | |
| 28 | Na vida real, você viu alguém ser atacado com um pedaço de pau, pedra, pistola, faca, ou outra coisa que machucasse? Em lugares como: () Casa; () Escola; () Jogando; () Em um carro; () Na rua; () Em uma loja; () Em qualquer outro lugar? | | | | |
| 29 | Na vida real, você viu alguém ser atacado, sem que fosse usado um pau, pistola, faca, ou algo que machucasse? | | | | |
| 30 | Alguém roubou algo de sua casa que pertencia à sua família ou a alguém com quem você vive? Coisas como uma TV, aparelho de som, carro, ou qualquer outra coisa? | | | | |
| 31 | Teve alguém perto de você, ou que vivesse em sua família, um amigo ou vizinho, que tenha sido assassinado? | | | | |
| 32 | Você viu alguém assassinado na vida real? Não vale ter visto na TV, vídeo games, ou filmes. | | | | |
| 33 | Você esteve em um lugar onde você pôde ver ou ouvir as pessoas levando tiros, bombas explodindo ou motins nas ruas? | | | | |
| 34 | Você esteve no meio de uma situação de guerra onde você podia ver luta real com armas ou bombas? | | | | |
| 35 | Alguém disse coisas a você por internet ou celular (msn, sites de relacionamento, mensagem celular) que te magoaram ? | | | | |
| 36 | Alguém publicou coisas sobre você na internet (msn, sites de relacionamento, twitter, facebook, etc.) que te fizeram sofrer ou que te deixaram envergonhado? | | | | |
| 37 | Alguém fez alguma brincadeira com você utilizando sua imagem (foto) e expôs na internet para outras pessoas e isso te deixou chateado? | | | | |
| 38 | Alguém te xingou ou falou coisas sobre você na internet que te deixaram triste? | | | | |
| 39 | Alguém te avaliou mal publicamente via internet que deixou você chateado? | | | | |